



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

**O LUGAR DO TURISMO NO PROGRAMA BRASIL  
QUILOMBOLA-PBQ:**

A experiência Construída no Quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira-SP

**FRANCINETE PEREIRA DA CRUZ**

Orientador: Drº Luiz Carlos Spiller Pena

**Brasília  
Julho/2016**



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

**O LUGAR DO TURISMO NO PROGRAMA BRASIL  
QUILOMBOLA-PBQ:**

A experiência Construída no Quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira-SP

**FRANCINETE PEREIRA DA CRUZ**

Orientador: Drº Luiz Carlos Spiller Pena

Manuscrito para qualificação de dissertação a ser apresentado pela aluna Francinete Pereira da Cruz ao programa de mestrado profissional em Turismo, vinculado ao Programa de Pós- Graduação em Turismo da Universidade de Brasília – UnB, para a linha de pesquisa Cultura e Sustentabilidade no Turismo.

**Brasília  
Julho/2016**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C9551 CRUZ, FRANCINETE PEREIRA  
O LUGAR DO TURISMO NO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA  
PBQ: A experiência Construída no Quilombo de  
Ivaporunduva no Vale do Ribeira-SP / FRANCINETE  
PEREIRA CRUZ; orientador Luís Carlos Spiller. --  
Brasília, 2016.  
141 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em  
Turismo) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. O quilombo e as políticas públicas para o  
desenvolvimento local . 2. Turismo: abordagem  
conceitual. 3. Políticas públicas de turismo e o  
plano nacional de turismo 2013-2016. 4. A  
experiência de turismo de base comunitária nas  
comunidades quilombolas do vale do ribeira . 5. O  
turismo étnico no quilombo . I. Spiller, Luís  
Carlos, orient. II. Título.



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

## **DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**O LUGAR DO TURISMO NO PROGRAMA BRASIL  
QUILOMBOLA-PBQ:**  
A experiência Construída no Quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira-SP

**FRANCINETE PEREIRA DA CRUZ**

Banca Examidora:

Dr<sup>o</sup> Luiz Carlos Spiller Pena  
Presidente

Dr<sup>a</sup> Paula Balduino de Melo  
1<sup>o</sup> Membro

Dr<sup>a</sup> Eloisa Barroso  
2<sup>o</sup> Membro

Dr<sup>a</sup> Maria Elenita Menezes Nascimento  
(suplente)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Ribamar, ao meu Pai Agerico Machado da Cruz, a minha Filha Mylena Pereira, minhas primeiras referências de vida e minhas principais referências de luta e resistência. Dedico também a minha eterna sobrinha e seu filho (In memória) Nayres Rodrigues e Luis Gustavo, mesmo que de um outro plano me transmitem força para continuar e fazer justiça.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, a Deus e aos Orixás que me protejam e me guiam nessa jornada de luta, trilhada com muitos desafios, uns cumpridos outros nem tanto, com muita fé e de cumpri-los um dia.

À minha mãe mulher negra, guerreira e lutadora meu símbolo de resistência, sem ela não teria condições de estar aqui com tanta liberdade.

À minha filha, Mylena Pereira, primeiro pela sua existência e segundo por permitir que eu siga em busca de dias melhores, e pacientemente compreender a importância de tudo isso nas nossas vidas.

Ao meu Pai, que mesmo longe ora por mim, pelos meus irmãos, amigos e amigas, mesmo aqueles que não conhece pessoalmente.

Aos meus irmãos Francinaldo, Francivaldo, Francenildo, pela admiração e confiança que depositam em mim. Em especial a Minha irmã Francilene que supera a cada dia a dor de perder sua filha e seu neto.

Aos meus amados sobrinhos Nerivan, Anderson e Nayane que me encantam com seu jeito carinhoso de ser e me pedirem “*bênção tia*”.

Ao meu grande amigo e compadres Servulo Borges e sua esposa Eliete por contribuírem com meu crescimento e compartilharem comigo lágrimas e risos.

À minha querida e amada prima Ana Cristina Paixão, que mesmo de longe me ouve, que seca as minhas lágrimas nas horas difíceis e nos momentos de felicidades.

Ao Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) que me abriu longos caminhos para o conhecimento e também para a resistência.

À minha grande amiga irmã Givania Maria e toda sua família linda e abençoada que me adotaram e cuidaram de mim com muito carinho todos esses anos, pela sua valiosa hospitalidade. Tenho muito orgulho, carinho e respeito pois é uma grande mulher, e onde estiver levarei comigo cada palavra dita por ela.

Agradeço a todos (as) os (as) Conaquianas e Conaquianos, em nome das minhas queridas amigas mãe e irmã Sandra Maria da Silva, Kátia Penha e Maria Rosalina, por acreditarem em mim, na importância do meu trabalho e na confiança estabelecida por cada um e cada uma delas.

Agradeço a equipe SEPPIR/SECOMT, espaço onde ao longo do mestrado passei grande parte do tempo, no qual aprendi para além de aspectos técnicos da gestão pública, o quanto somos importantes na vida de milhões de pessoas que acreditam e dependem das nossas ações e tomadas de decisões.

Agradeço a minha turma do mestrado CET/UNB que, ao longo de dois anos e meio, aprendemos a dividir as angústias e compartilhar alegrias.

Agradeço as lideranças e moradores das comunidades quilombolas de Mandira, São Pedro, Pedro Cubas de Cima e Pedro Cubas de Baixo, Sapatu.

Agradeço em nome de Paulo Pupo, a Coordenação da Associação do Quilombo do Bairro de Ivaporunduva e toda a comunidade, por confiarem no meu trabalho e me permitirem desenvolver a minha pesquisa.

Agradeço em especial Dona Maria da G. M. Rodrigues e seu esposo José Rodrigues de Moraes, Oriel Rodrigues e Silvana pela hospedagem e o acompanhamento nos dias de trabalho de campo.

Agradeço a Stephanie Nasuti, mesmo com pouco tempo de amizade, teve um papel importante nessa reta final da minha pesquisa, como conselheira e amiga.

Agradeço meu professor orientador Luis Carlos Spiller, por suas orientações, por seus conselhos motivadores e pela convivência nesses dois anos e meio.

E por fim agradecer a todas e todos aquelas e aqueles que não citei, mas que fazem parte de cada momento gratificante da minha vida e que me deram força, principalmente naqueles momentos de fraqueza e desânimo que foram muitos.

## EPÍGRAFE

Guerra da colonização

Fogo!...Queimaram Palmares;  
Nasceu Canudos

Fogo!...Queimaram Canudos;  
Nasceu Caldeirões

Fogo!...Queimaram Caldeirões;  
Nasceu Pau de Colher

Fogo!... Queiram Pau de Colher;

E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades  
que os vão cansar se continuarem queimando;

Porque mesmo que queimem a escrita

Não Queimarão a oralidade;

Mesmo que queimem os símbolos

Não queimarão os significados;

Mesmo queimando o nosso povo

Não queimarão a ancestralidade.

(Nego Bispo)



## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo entender se o turismo de base comunitária em caso positivo constitui um vetor de inclusão social para as comunidades quilombolas do Brasil, se seria possível pensar a inclusão de ações de turismo no Programa Brasil Quilombola (PBQ). Para tanto, buscaremos identificar as transversalidades que existem entre as políticas públicas intermediadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Ministério do Turismo (MTur). Analisaremos essa questão a partir de um estudo de caso na comunidade quilombola de Ivaporunduva na região do Vale do Ribeira (SP). A primeira parte da pesquisa aprofunda a formação social e territorial em três períodos históricos: o período colonial; o período inaugurado com a Constituição Federal (CF) de 1988 e o período iniciado com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ). Em seguida, discutiremos conceitualmente o Turismo de Base Comunitária (TBC), e o novo conceito de “turismo étnico-cultural”, “tradução” local do TBC elaborada no Quilombo Ivaporunduva a partir da mobilização e do planejamento estratégico conduzido pela comunidade. Na sequência, analisaremos a replicação desse conceito em outras comunidades quilombolas vizinhas, com a criação do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira. Demonstraremos que o sucesso do turismo nos territórios quilombolas repousa num longo processo de apropriação das atividades turísticas pela comunidade. São essas dimensões que precisam estar em diálogo em uma aproximação entre a SEPPIR e o MTur para identificar qual lugar o turismo pode de fato vir a ter no Programa Brasil Quilombola.

**Palavras chaves:** Quilombo. Turismo de base comunitária. Políticas públicas. Inclusão social.

## ABSTRACT

This research aims to understand if the community-based tourism in positive case is a vector of social inclusion for the quilombo's communities in Brazil, if it would be possible to consider the inclusion of tourism activities in Brazil Quilombola Program (PBQ). Therefore, we will identify the transversalities that exist between public policies mediated by the Secretariat for the Promotion of Racial Equality (SEPPIR) and the Ministry of Tourism (MTur). We will analyze this issue by a case study in the Ivaoporunduva's Quilombo in the Ribeira Valley's region (SP). The first part of the research deepens on the social and territorial formation in three historical periods: the colonial period; the period initiated with the 1988 Federal Constitution (FC) and the period beginning with the creation of the Secretariat for the Promotion of Racial Equality (SEPPIR) and Brazil Quilombola Program (PBQ). After that, we will conceptualize the Community-Based Turismo (TBC), and the new concept of "ethno-cultural tourism", the local translation of TBC elaborated in Ivaoporunduva's Quilombo from the mobilization and strategic planning led by the community. We will analyze the replication of this concept in others quilombo's communities neighborings, with the creation of the Ribeira Valley's Quilombola Circuit. We demonstrate that the success of tourism in quilombo territories rests on a long process of appropriation of touristic activities in the community. These are dimensions that need to be in the dialogue between SEPPIR and MTur to identify in which place tourism can actually be part of Brazil Quilombo Program.

**Key words:** Quilombo. tourism community. public policies. social inclusion.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUADRO DE INDICADORES DO PBQ, POR EIXOS DISPONÍVEIS NO SMPPIR.....	41
TABELA 2: PROGRAMAS E AÇÕES EM IMPLEMENTAÇÃO .....	43

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DA AGENDA SOCIAL DO PBQ .....	38
FIGURA 2: ORGANOGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE IVAPORUNDUVA.....	84
<b>FIGURA 3:</b> ARTESANATO DA FIBRA DA BANANA.....	86
<b>FIGURA 4:</b> IGREJA DE NOSSA SENHORA DO .....	86
FIGURA 5: PASSEIO NA CAVERNA DO DIABO GRUPO DE ESTUDANTES DE SÃO PAULO .....	90
FIGURA 6: INTERIOR DA CAVERNA DO DIABO .....	90
FIGURA 7: CIRCUITO QUILOMBOLA DO VALE DO RIBEIRA .....	94
FIGURA 8: FOTO DO ALTO DO QUILOMBO SÃO PEDRO E CARACTERIZAÇÃO .....	99
FIGURA 9 - OFICINA DE CESTARIA NO QUILOMBO DE SÃO PEDRO (MESTRE ANTONIO).....	99
<b>FIGURA 10:</b> OFICINA DE CESTARIA NO QUILOMBO SÃO PEDRO (MESTRE ANTONIO).....	100
FIGURA 11:TRILHA DAS OSTRAS (QUILOMBO SAPATU) .....	103
FIGURA 12: GRUPO DE MULHERES COSTUREIRAS E ARTESÃS DO QUILOMBO MANDIRA.....	105
FIGURA 13: ATRATIVOS TURÍSTICOS NO QUILOMBO DO MANDIRA.....	106
FIGURA 14 – PLACA INFORMATIVA NA ENTRADA DO QUILOMBO MANDIRA .....	107
FIGURA 15: RESTAURANTE FAMILIAR DOS MANDIRAS.....	107
FIGURA 16: CHEGADA NA VILA DE IVAPORUNDUVA (PRAÇA CENTRAL).....	108

## **LISTA DE SIGLAS**

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AMAMEL	Associação de Monitores Ambientais de Eldorado
BID	Bando Interamericano de Desenvolvimento
CF	Constituição Federal
CEPSCE	Centro de Educação Profissionalização Cultura e Empreendimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CGASQ	Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola
CC/PR	Casa Civil da Presidência da República
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CNT	Conselho Nacional de Turismo
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
ITESP	Instituto de Terra de São Paulo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto de Socio Ambiental
MAB	Movimento do Atingidos por Barragens
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MI	Ministério da Integração
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINC	Ministério da Cultura
MS	Ministério da Saúde

MTUR	Ministério do Turismo
MTIC	Ministério do Trabalho Industria e Comercio
OMT	Organização Mundial do Turismo
PAPP	Plano Anual de Publicidade e Promoção
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PDSCO-VR	Programa de Desenvolvimento Sustentável nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira
PPFST	Programa de Formação Profissional do Setor Turístico
PPA	Plano Plurianual
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROECOTUR	Programa Nacional de Ecoturismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PNT	Plano Nacional do Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
REDE TRAF	Rede de Turismo Rural da Agricultura Familiar
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMPPIR	Sistema de Monitoramento de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SECOMT	Secretária de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. O QUILOMBO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>24</b>
1.1 Da formação social ao auto-reconhecimento dos quilombos.....	24
1.2 Políticas públicas para as comunidades quilombolas.....	33
1.2.1 O Programa Brasil Quilombola (PBQ).....	37
1.2.2 O Sistema de monitoramento e o Programa Brasil Quilombola.....	41
<b>2. O LUGAR DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CONCEITO E NOS INSTRUMENTOS LEGAIS.....</b>	<b>45</b>
2.1 Turismo: Abordagem conceitual .....	46
2.2 Conceito de Turismo de Base Comunitária.....	51
2.3 Políticas públicas de turismo e o Plano Nacional do Turismo 2013-2016.....	59
<b>3. A EXPERIÊNCIA DE TBC NOS QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA.....</b>	<b>67</b>
3.1 Contexto histórico do Vale do Ribeira .....	67
3.2 Os quilombos do Vale do Ribeira .....	72
3.3 O Turismo étnico no quilombo .....	75
3.3.1 O Turismo étnico-cultural como aplicação do Turismo de Base Comunitária ...	76
3.3.2 O Conceito definido da vivência: O turismo étnico-cultural na concepção dos moradores de Ivaporunduca .....	78
3.3.3 A experiência no quilombo Ivaporunduva: Aqui deu certo!.....	81
3.3.4 Circuito quilombola, como tentativa de desenvolvimento do turismo étnico-cultural: o que deu certo?.....	91
3.3.5 As Comunidades do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira.....	98
3.4 Visita de campo um passeio pelo circuito quilombola do Vale do Ribeira. ....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe analisar o lugar do turismo no Programa Brasil Quilombola (PBQ) a partir da experiência desenvolvida na comunidade quilombola de Ivaporunduva, na região do Vale do Ribeira/Eldorado Estado de São Paulo. Abordaremos nesse sentido a sua dimensão social e produtiva a partir da implementação das políticas públicas direcionadas para as comunidades quilombolas, bem como, a relação da comunidade mediante o desenvolvimento da atividade turística como uma das fontes de geração de renda e fortalecimento dos vínculos sociais e institucionais da comunidade.

As comunidades quilombolas são consideradas grupos étnicos caracterizados por símbolos de resistência, em geral expressos pela sua forma de organização social, pelo uso do território e seus recursos, bem como a utilização de elementos linguísticos e litúrgicos<sup>1</sup> em suas manifestações socioculturais.

Desde o sistema escravocrata no período colonial que os fatos, além dos registros históricos e estudos evidenciaram um panorama de resistência das comunidades quilombolas que datam do período bem anterior à Lei Áurea. A existência da escravidão no Brasil, além de ter contribuído para a formação da base econômica e social por aproximadamente quatrocentos anos, formou a mistura que constituiu a chamada sociedade brasileira. (SOUZA, 2008)

No Brasil, sempre foi grande a mistura dos povos que aqui chegaram: vinham do Senegal, de Angola, do Congo, da Costa da Mina e do Golfo de Benin, mas também desembarcaram, aos milhares, jejes, nagôs (iorubas), tapas (nupés), haussás e grupos sudaneses. Cerca de um terço dos escravos, porém, provinha dos povos bantos de Angola e da África Central (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p.89).

Inicialmente, essa mistura caracterizou-se pela ampla distribuição do contingente de negros em todo o território, não concentrados por grupos de uma mesma origem étnica. No movimento de resistência essa repartição influenciou na criação dos Quilombos onde a formação de seus territórios representou a possibilidade da recuperação de uma unidade, de um propósito de vida, mesmo na diversidade de suas origens. A terra constituiu-se, pois, em

---

<sup>1</sup> Conjunto dos modos usados no desenvolvimento dos ofícios e/ou sacramentos, ritos ou rituais elaborados pelas comunidades quilombolas.

um elemento físico básico para a formação de sua territorialidade, ou seja, para além do sustento recuperou o sentido da dignidade e o pertencimento de grupo.

Passados cerca de quatrocentos anos, até o momento, foram reconhecidas pelo Estado brasileiro até então 2.849<sup>2</sup> comunidades quilombolas, por meio da certificação de auto reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>3</sup>, somando-se pouco mais de 12 (doze) mil quilombolas. A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) constituiu-se no marco legal que garantiu aos quilombolas, no usufruto de suas terras, o acesso à sua propriedade, devendo o Estado emitir-lhes o título definitivo.

Verifica-se que a perpetuação da resistência avançou a partir da institucionalização de instrumentos legais que afirmam o reconhecimento e o acesso ao território como essenciais à manutenção do modo de vida dessas populações tradicionais. Garantido esse direito fundamental é possível às comunidades quilombolas buscarem alternativas de sobrevivência e de fortalecimento da sua identidade. Entre tais opções vislumbra-se o turismo.

Porém, o que significa desenvolver o turismo de forma integrada com o modo de vida de uma comunidade quilombola? Primeiramente, pode-se pensar que o tipo de turismo a ser realizado deveria seguir no fortalecimento da sua identidade (valorização histórico cultural), bem como na agregação da melhoria da sua condição de vida (como meio de produção de trabalho e renda), objetivos persistido pelos quilombolas. Em segundo lugar, se esses forem os objetivos, qual a maneira mais adequada de se fazer turismo? Talvez o chamado Turismo de Base Comunitária (TBC), e ainda: existem políticas públicas estabelecidas que desenvolvem benefícios para as comunidades quilombolas atingirem o fortalecimento pretendido?

A essa última questão poderia se responder destacando-se as políticas públicas promovidas por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em especial o Programa Brasil Quilombola (PBQ), ou mesmo os projetos do Ministério do Turismo (MTur) de fortalecimento do turismo comunitário deslocando o seu potencial como

---

<sup>2</sup> Informação atualizada em 20/05/2016 - publicado no Diário Oficial da União (<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/QUADRO-RESUMO.pdf>: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016/

<sup>3</sup> Autarquia do Ministério da Cultura que possui o Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA) responsável por *atividades relacionadas à proteção, preservação e promoção da identidade das comunidades dos remanescentes de quilombos e das comunidades religiosas de matriz africana*. FONTE - [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=31465](http://www.palmares.gov.br/?page_id=31465) (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016)



*indutor do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda [...] baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais*, além de outros benefícios do desenvolvimento da atividade turística<sup>4</sup>.

Cabe aqui destacar que tais setores da política nacional surgiram a partir do governo sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, refletindo o turismo como uma *viagem de inclusão social* e a promoção da igualdade racial no fomento de políticas estruturantes para a população negra.

Neste sentido, os quilombos simbolizam a diversidade linguística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil, somado às hostilidades recíprocas já trazidas da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos da mesma etnia nas mesmas propriedades, e, até mesmo, nos navios negreiros, o que impediu a formação de núcleos solidários que tivessem o patrimônio cultural e africano (RIBEIRO, 2006, p.103).

Diante disso, a referência que ligou a formação do povo brasileiro ao período escravocrata, memorada a partir da formação da identidade afro-brasileira, esteve presente no conjunto de legados e tradições, ainda que na clandestinidade, inclusive aquelas vivenciadas pelos quilombolas nas mais distintas regiões do País.

Contudo, o advento oriundo do processo de reconhecimento das comunidades negras rurais e seus valores sociais, culturais e econômicos, também vão sendo reconstruídos mediante o processo de formação coletiva e ressignificação da sua história, por meio da memória dos grupos que viriam a formar as comunidades quilombolas.

Sendo assim, através do processo de mobilização, a estratégia utilizada pelo movimento quilombola, na perspectiva de resistência intrínseca, busca a garantia de direitos fundamentais e de marcos legais que viabilizem a implementação das políticas específicas para as comunidades quilombolas. Segundo Barbara de Oliveira Souza o processo de mobilização é tido pelos quilombolas como momento de afirmação da identidade e garantia das políticas públicas. (SOUZA, 2008).

O processo de luta coletiva dos quilombos se dá na busca dos direitos constitucionais, como bem menciona Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011), a respeito do reflexo da morosidade na implementação desses direitos já constituídos, que interfere

---

<sup>4</sup> <http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4821-estruturacao-do-turismo-em-areas-priorizadas.html> (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016)

diretamente no avanço das políticas públicas de igualdade racial, em especial para as comunidades quilombolas.

Criada no âmbito do governo federal a partir de três elementos que fundamentam a política de igualdade racial, a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), traz sob a sua responsabilidade as lutas dos movimentos sociais; as lutas internacionais pela superação do racismo; e a decisão do então governo brasileiro, de criar uma Secretaria Especial dedicada a promover às políticas de promoção de igualdade racial. Sua missão é de promover e articular as políticas de igualdade racial e a superação do racismo no sentido de consolidar a sociedade democrática, princípios estes até então vigentes na ideologia social brasileira, principalmente com o foco nos 50.7% da população negra existente no País.

Logo, a SEPPIR veio afirmar que sem igualdade racial não há democracia, portanto, consolidar uma sociedade mais democrática a partir da formulação de políticas públicas direcionadas ao povo negro é uma missão estabelecida como central na criação da Secretaria.

Consequentemente, cabe a SEPPIR a responsabilidade de defender e resguardar a ancestralidade Africana, por meio das Comunidades e Povos Tradicionais, onde um de seus públicos prioritários é representado pelo conjunto das Comunidades Quilombolas.

Por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ) lançado em 2004, se previu o elo entre o Estado e as comunidades quilombolas, com o objetivo de consolidar as políticas públicas (de outros setores) destinadas a esse público. Com a proposta de integrar as políticas para as comunidades quilombolas surge a necessidade de envolver os demais órgãos, entre eles o de Turismo, cabendo a SEPPIR o papel de articular as diversas políticas públicas de desenvolvimento local para as comunidades.

A partir da reflexão acima, se elegeu o tema da presente dissertação com a seguinte delimitação do problema: O lugar do turismo no Programa Brasil Quilombola como diálogo transversal necessário à valorização histórico cultural e à melhoria da condição de vida das comunidades quilombolas.

Em um segundo plano destacam-se outros questionamentos: É possível o Turismo ter um lugar no Programa Brasil Quilombola a partir do foco no desenvolvimento comunitário? Qual a importância do diálogo entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Ministério do Turismo (MTur)? Qual a necessidade de

dialogar a transversalidade entre as políticas desses dois setores? A existência do turismo em território quilombola permite enxergar as possibilidades de um diálogo transversal concreto?

Os questionamentos acima induziram à formulação do problema de pesquisa: Quais são os principais aspectos que caracterizam a existência ou a falta de uma transversalidade (a historicidade do fenômeno do turismo com enfoque no desenvolvimento comunitário e relacionado à questão quilombola; suas relações diante dos entraves e das contradições entre o fenômeno do turismo segundo os “moldes” do capital e o desenvolvimento das comunidades quilombolas) a partir da experiência do Quilombo de Ivaporunduva com o turismo? Localizado na região do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, que desenvolve o Turismo Étnico-Cultural, onde relacionam a atividade turística com a geração de renda e o fortalecimento institucional da comunidade.

Para tanto, traçou-se como objetivo geral da pesquisa analisar o desenvolvimento do turismo na comunidade quilombola da região do Vale do Ribeira (SP) a partir da existência das políticas públicas intermediadas via o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e/ou do Ministério do Turismo (MTur), políticas que servem de estímulo ao desenvolvimento sustentável da atividade do turismo de um modo geral. Buscaremos localizar as Comunidades Quilombolas no contexto das políticas públicas e descrever o discurso político do desenvolvimento econômico sustentável; identificar a importância do Ministério do Turismo (Plano Nacional de Turismo 2013-2016) e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Programa Brasil Quilombola); Observar ações desenvolvidas pelo Ministério do Turismo (MTur) que se relacionam com as ações de inclusão social nacional e em comunidades quilombolas e estudar as ações de turismo desenvolvidas nas comunidades pelo Programa Brasil Quilombola. Por fim, realizar um estudo de caso onde o fenômeno do turismo corresponde ao resultado de políticas de inclusão, desenvolvimento social e econômico para as comunidades de quilombo.

### **Abordagem metodológica**

Para a compreensão dessa realidade, intrinsecamente dinâmica e complexa, entendendo-se que o turismo, numa acepção restrita, é um fenômeno tradicionalmente relacionado aos anseios do capitalismo, não seria cabível imaginar um produto final ou uma totalidade como uma síntese da superação total dos conflitos e desigualdades historicamente estabelecidos pela ordem do capital. Por outro lado, Mészáros (2009, p: 189), ao destacar a visão marxiana da ciência, afirma que *as condições materiais para superar o antagonismo estrutural da ordem socioeconômica agora dominante são elas mesmas criadas no interior da*

*estrutura da sociedade burguesa dada*, a partir da formação da consciência e da mudança pela prática social.

O sentido dessa totalidade, no plano da realidade, segundo Demo (2000, p:108) não é o das *partes tranquilamente justapostas, estáticas, mas aquela que apresenta rachaduras constantes, por onde sempre pode entrar a antidinâmica da mudança*.

Para os objetivos do presente trabalho utilizaremos como método de reflexão e produção de conhecimento o materialismo histórico dialético. Para instrumentalizar uma rota de investigação que auxilie nos principais aspectos que caracterizam a existência ou a falta de uma transversalidade a partir da experiência do Quilombo de Ivaporunduva com o turismo.

O estudo da atividade turística, construída pela comunidade como uma das alternativas de garantir a sustentabilidade social e econômica, terá como sujeito norteador da pesquisa o Quilombo de Ivaporunduva.

Portanto, entende-se que o significado da história do fortalecimento da identidade quilombola por meio do desenvolvimento da produção liga uma história sobre modos específicos a outros ao longo dos séculos, liga a história do desenvolvimento e das forças produtivas locais, as relações de produção entre os homens, que por si só, já são construídas e expandidas, primordialmente através da ciência histórica e de estudos do descobrimento das leis de produção e das forças e relações de desenvolvimento econômico ligado à sociedade.

A operacionalidade da atividade turística é considerada grande impulsora da geração de renda no mundo, permanentemente vislumbrada pela concretude das suas atividades, uma fonte de riquezas disponível capaz de transformar a sociedade e o espaço geográfico.

Por outro lado, a importância das políticas públicas sociais, com o foco nas minorias estabelecidas deve fazer frente ao novo ciclo do capital marcado pela tomada agressiva de pressupostos neoliberais e que transfere os ativos públicos para o campo do mercado.

O Estado foi transformado num parceiro ativo na ocupação mercantil de setores estratégicos da sociedade, e, ao mesmo tempo, foi redefinido seu papel, passando de provedor para compensador dos resultados nefastos das relações de mercado. (PALUDO; VITÓRIA, 2014, p: 123).

Assim, esperou-se refletir sobre a implementação das políticas públicas específicas para esta população, tendo como finalidade o desenvolvimento do turismo por meio da implementação das políticas e as melhorias de infraestrutura e beneficiamento das comunidades.

O método dialético, discutido em sua totalidade na dimensão fechada de acordo com a dialética de Hegel ou também segundo a concepção Marxista, pode ser descrito da seguinte forma: na tese, se afirma o que se vê o que se sente e o que se percebe; na antítese se suspende o momento para a análise das múltiplas determinações essenciais; e, por fim, na síntese do processo dialético se chega à totalidade concreta, superando os momentos anteriores a partir da resolução dos opostos.

Na concepção de Marx o método é confirmado através do modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada e constituída através de fatores determinantes, a exemplo da organização política e das representações intelectuais de uma época.

A partir do estudo de caso desenvolvido no quilombo de Ivaporunduva foi possível perceber que a dinamização das relações sociais e a relação trabalho e renda, são ferramentas primordiais para o desenvolvimento local. A luta pela conquista e permanência no território, é comum a grande maioria das comunidades quilombolas, como elemento de resistência.

O método dialético, como é entendido atualmente, consiste em ultrapassar a contradição entre a tese e antítese por meio da síntese que, por sua vez, é contraditada, e esse processo se repete até que se atinja a perfeição.

Não lhe escapava a ligação essencial existente entre o todo e a parte, mas quando procurou inserir o indivíduo humano como uma parte a integrar uma totalidade - fez com que o todo absorvesse as partes, de tal modo que as partes nele se diluíam. Isso ocorreu porque Hegel não se situou na perspectiva de um imanentismo absoluto e concebeu a história da humanidade a partir de um princípio abstrato (a Ideia Absoluta). (KONDER, 2009, p: 75).

Neste sentido, o método se apoiou em uma metodologia de cunho qualitativo, com campo descritivo e interpretativo a partir das categorias (complementares) de entendimento da realidade pesquisada: a priori, teoria e prática; objetivo e subjetivo; quantidade e qualidade. A posteriori: cultura e identidade; destruição e sustentabilidade.

A essas últimas categorias, associadas também ao entendimento da realidade pesquisada, destaca-se a possibilidade de identificar que:

[...]por um lado, enquanto no passado nunca se deu ao potencial produtivo um uso positivo, por outro, a realidade destrutiva dos desenvolvimentos em andamento - tanto no plano militar quanto no de reprodução social - não apenas se equipara como também supera as forças produtivas da humanidade a ponto de uma destruição potencialmente total, sob o controle das personificações mais que ávidas do capital. Pois destruir é muito mais fácil que construir. É isso que inevitavelmente qualifica a sentença de Marx citada,

segundo a qual “a humanidade só levanta os problemas que são capazes de resolver”. (MÉSZÁROS, 2009, p: 191).

Da mesma forma,

[...] o capitalismo, como qualquer outro meio de produção, baseia-se no usufruto da natureza. O esgotamento e a degradação da terra e dos chamados recursos naturais não fazem mais sentido no longo prazo do que a destruição dos poderes coletivos de trabalho, pois ambos estão na raiz de toda a riqueza. (HARVEY, 2011)

A apropriação da totalidade das forças produtivas seria a condição essencial para, além de chegar a *autoatividade*, alcançarmos mais benefícios que malefícios para assegurar a existência da humanidade. (MÉSZÁROS, 2009, p: 191)

O conjunto das referências, a partir da revisão bibliográfica, estará alicerçado na discussão sobre cultura e identidade. As questões relacionadas com a territorialidade trás a perspectiva e busca pela garantia da terra, por meio dos marcos legais conquistados nas ultimas décadas, onde o processo de formalização influência no desenvolvimento do território e na identidade quilombola.

No entanto, é importante o destaque para as políticas de promoção da igualdade racial e combate a pobreza. A relação com o território e os seres humanos se fez totalmente por interesses de apropriação de um mundo novo, tudo era visto a partir da lógica de domínio dos exploradores, como conquistas apenas para um dos lados. (RIBEIRO, 2014, p. 41).

Diante desse contexto é possível analisar a limitada concepção que o turismo utiliza, onde o mesmo pode originar a concepção linear e cartesiana da ciência, a qual só é possível ser construída quando o objeto de estudo for constituído de fronteiras específicas, que delimitem seu conteúdo. Esta concepção não permite a entrada de objetos interdisciplinares como possibilidade de ponto de partida para a construção de uma epistemologia própria. (CARVALHO, 2013, p: 2).

A pesquisa está estruturada a partir dos parâmetros da análise documental referente ao Programa Brasil Quilombola (PBQ); o Plano Nacional do Turismo (PNT) 2013/2016 e da pesquisa de campo descritiva do estudo de caso quilombo Ivaporunduva.

No campo, as técnicas utilizadas foram à entrevista semi-estruturada e o acompanhamento/observação dos roteiros turísticos estabelecidos pela comunidade.

Os procedimentos utilizados para a pesquisa foram à análise bibliográfica e pesquisa de campo com a condução de entrevista semiestruturada e observação participante. As fontes utilizadas: Guia de políticas Públicas para Comunidades Quilombolas; Plano

Nacional de Turismo (PNT); instrumentos legais a exemplo da Constituição Federal (CF) de 1988; Decreto 4887/2003; Lei 8181/2009; Relatórios de gestão da SEPPIR; entrevistas, visitas de campo, observação participante.

Assim, buscaremos compreender a função do turismo enquanto modo de produção e a compreensão do Estado no que diz respeito à aplicabilidade das políticas públicas, no sentido de atender aos anseios das comunidades que historicamente lutam pela garantia dos direitos territoriais e que por vezes são sucumbidos pelo acúmulo do capital e as relações institucionais estabelecidas.

Portanto, a pesquisa busca perceber como o turismo é capaz de refletir no cotidiano das comunidades, influenciar na economia local e na organização social sem que a comunidade modifique seu ponto de vista sobre o acesso e a adequação do seu espaço.

No primeiro capítulo aprofundaremos o debate a partir da formação social do quilombo em três períodos históricos: o período colonial, a Constituição Federal de 1988 a Criação da SEPPIR e o Programa Brasil Quilombola. Esses períodos contam de forma cronológica o importante processo de luta e de resistência das comunidades quilombolas e que contribuíram com o fortalecimento da sua identidade.

No segundo, refletiremos sobre os caminhos percorridos pelo Ministério do Turismo em busca do lugar do turismo em programas sociais e nas políticas de desenvolvimento local, da produção e dos impactos causados pela atividade do turismo em bases/comunidades locais.

No terceiro, apresentaremos o Quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, como experiência desenvolvida de turismo local construído a partir da mobilização e do seu planejamento estratégico, definido como “turismo étnico-cultural”, onde 98% da comunidade participa de modo democrático desde a elaboração dos roteiros, organização das equipes até a distribuição da renda. Ainda nesse capítulo faremos uma explanação sobre o Circuito Quilombola do Vale do Ribeira, a partir do Ivaporunduva, como estratégia para o envolvimento e a atuação das demais comunidades quilombolas da região.

Por fim, buscaremos defender que outro turismo é possível em comunidades quilombolas, como o mesmo é incorporado pelo Estado segundo uma política de inclusão social, dialogado por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ).

## **1. O QUILOMBO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.**

A produção do conhecimento acerca das políticas públicas para as comunidades quilombolas em evidência nos últimos anos políticas prioritárias de promoção da igualdade racial, como consequência do modelo de desenvolvimento no local e inclusão social do público quilombola com vistas à garantia de direitos, que ao longo de sua história vem sendo legalmente constituídos.

A luta pela garantia dos direitos e do acesso a terra abriu caminhos para que as comunidades quilombolas se tornassem prioridade também em outras políticas públicas estruturantes, para além da política de regularização fundiária.

Neste sentido, o capítulo se propõem a contextualizar a formação histórica e social das comunidades quilombolas, caracterizando uma historicidade que remonta do período colonial até a realidade contemporânea do país a partir do primeiro Governo Lula.

A Constituição Federal de 1988, o Decreto 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, são elementos históricos centrais que possibilitaram avanços relativos aos direitos sociais, gerando antagonismos à ordem sóciometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2009).

### **1. 1. Da formação social ao auto-reconhecimento dos quilombos**

A formação social do quilombo se deu por meio de princípios culturais e estratégias de resistências, possibilitada ao longo dos séculos também através de elementos linguísticos e litúrgicos utilizados em suas manifestações culturais e mantidas de forma tradicional.

O quilombo é considerado símbolo de luta, de resistência onde à organização social contribuiu de forma significativa para a permanência histórica das comunidades negras espalhadas por todo o País, que incansavelmente resistiram até os dias atuais na luta pela garantia dos direitos, segundo definição do Conselho Ultramarino em resposta ao rei de Portugal datada de 2 de dezembro de 1740. Quilombo era "*toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em partes despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem pilões neles*". (MOURA, 1981, p: 16).



As relações estabelecidas entre os grupos de negros escravizados e ex-escravizados do campo e das cidades ganharam força a partir das mobilizações que tinham como objetivos resguardá-los dos ataques dos militares e das milícias armadas (MOURA,1981)

Os quilombos que se formaram e se espalharam pelo território brasileiro traziam duas práticas insurrecionais, a primeira relativa à ocupação da terra que não se fazia dentro do modelo colonial da compra e venda ou da sucessão hereditária, e a segunda que guarda relação com o próprio questionamento do regime servil e que acabou contribuindo para sua derrocada.

Assim, a existência da escravidão no Brasil, além de ter contribuído para a formação da base econômica e social por aproximadamente quase quatrocentos anos formou a mistura que constituiu o chamado povo brasileiro. Segundo a reflexão de Darcy Ribeiro, dentro de novos grupamentos de formação social, cada membro, cada pessoa, permanece inconfundível, mas passa a incluir sua pertença a certa identidade coletiva (RIBEIRO, 2006).

A partir das raízes africanas onde se tem a influência cultural para além do vocabulário, formaram-se os grupos etnicamente identificados, e entre eles os quilombos, até os dias de hoje mantenedores da cultura, da luta, da resistência expressa, diga-se, igualmente como a garantia de uso do território de forma coletiva e sustentável. Ou seja, sendo o ambiente natural objeto de transformação pela atividade humana num sentido coletivo, positivo, seria maior que a apropriação promovida pelo acúmulo do capital e sua *destruição criativa* dos recursos naturais (HARVEY, 2011, p: 153)<sup>5</sup>.

A definição inicial de quilombo ao longo de considerável tempo da história do país foi de certa forma construída a partir de uma visão criminalizadora, criticada por autores a exemplo de Almeida e O'dwyer, que consideram tal entendimento *frigorificado*, restrito à definição formal desde os tempos coloniais quando se estabeleceu a sua aceção e identificação baseada em quatro elementos definidores de um quilombo: *a fuga, a habitação, número de negros, e o pilão*. Elementos estes que caracterizavam a visão limitada do colonialismo e refletem até então na formação social do quilombo.

Nesse sentido, Alfredo Wagner B. Almeida destaca que, ao contrário do que imaginavam os defensores do “isolamento” como fator de garantia do território, foram as

---

<sup>5</sup> Segundo o autor, persiste uma longa história de destruição criativa sobre a terra e que produz a ideia de uma *segunda natureza*, remodelada pela ação humana.

transações comerciais da produção agrícola e extrativista dos quilombos que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas, tornando-os mais “aceitáveis” pelos segmentos sociais com que passaram a interagir (ALMEIDA, 2011, p: 60).

Tal forma de pensamento, apoiada em outras determinações históricas, bem como em estudos e pesquisas sobre a condição do negro na sociedade brasileira, evoluiu para novos marcos de definição que assegurassem juridicamente direitos e garantias. Segundo Barbara Oliveira de Souza

O conceito de Quilombo ganha novo marco jurídico após a Constituição de 1988, determinante para a garantia do direito à terra a essas comunidades. É também um fator fundamental para o estabelecimento e organização do movimento quilombola em nível nacional, que, a partir da construção de sua identidade étnica, reivindica o direito à terra. São poucas as comunidades que alcançaram esse direito. Das mais de três mil comunidades quilombolas presentes nas cinco regiões do País. (SOUZA, 2008: 175).

Contemporaneamente, os quilombos simbolizam um outro modelo de formação social, diante da dinâmica frenética de mobilização organizacional demográfica frente ao modelo de desenvolvimento vigente, do capital. A garantia de direitos fortalece também outras dinâmicas sociais que se colocam em paralelo à crescente urbanização da sociedade brasileira, ao que parece na perspectiva de um Estado que reconhece uma pluralidade de situações de desigualdade.

Para Moura (1981), o processo evolutivo do quilombo, em seus diversos níveis de relações entre trabalho e propriedade, justifica-se através das lutas sociais e políticas, conduzidas por escravizados e ex-escravizados, desde o período colonial, e que, mais tarde, vieram a se transformar na história de luta e resistência pela liberdade e conquista do território.

... o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de insurreição ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução do seu modo de vida característico e na consolidação de um território [...] (O'DWYER, 2002: 18).

Ainda que as comunidades quilombolas tenham sido caracterizadas principalmente através das fugas na tentativa de encontrar a liberdade, o sentido da sua existência como forma contrária ao sistema de dominação passou a representar a união de forças com outros grupos sociais como alternativa de fortalecer o modo de vida que os sustentava.

Nessa perspectiva, Almeida (2011) defende que no plano da historicidade o princípio da fundamentação da identidade quilombola é símbolo do fortalecimento de luta pela sobrevivência e permanência em seu território.

Se o quilombo assumia um significado amplo de resistência negra em diversos espaços (não somente físicos), havia referências de sentido estrito do termo, distanciadas no tempo, que marcavam ativistas dos movimentos negros: o quilombo dos Palmares e o Sítio da Serra da Barriga, onde se realizavam memoriais da luta negra, e as "comunidades negras rurais" em processo de identificação para as quais se percebia a necessidade de estudos adequados. (RATTS, 2006, p: 54).

Portanto, entendemos que a participação do negro na sociedade se deu a partir da construção histórica do país, e tem na representação do quilombo de hoje a resistência das comunidades quilombolas de antes, contra a exploração pelos senhores de escravos (MOURA, 1981). Foi baseada no modo de produção e reprodução social adaptado pelos negros em terras brasileiras, completamente diferente da monocultura dos senhores coloniais que mantinham o domínio das áreas e contavam com a mão de obra escrava para garantir a lavoura desde a plantação até a comercialização.

A autoafirmação das tradições emana como símbolo de resistência - refletidas no modo de se relacionar com a natureza, respeitando os princípios da sustentabilidade e assegurando as especificidades do território, onde as relações sociais e a consciência ecológica culminam na luta das comunidades quilombolas, com o intuito de fortalecer a identidade étnica na busca pela garantia dos direitos já constituídos.

Tal identidade quilombola foi defendida por O'Dwyer (2002) como sendo determinada nas relações estabelecidas com o Estado, apontada dentro do contexto de interação social da população quilombola, no qual as diferenças entre as categorias autodefinidas de grupos étnicos são determinadas por sua origem e formação no sistema escravocrata, destacando ainda que a definição se deu de forma tardia<sup>6</sup> no contexto da academia. (O'DWYER, 2002).

No entanto, o processo de constituição coletiva das comunidades negras é qualificado a partir de um espaço de resistência que não se extinguiu em 1988 com a Constituição Federal, do contrário, abriu brecha para uma definição ainda em processo de formação, que não está restrita aos territórios rurais (RATTS, 2006), mas também àqueles que

---

<sup>6</sup> Houve "demora" da academia em aceitar o quilombo como linha de pesquisa, com exceção do quilombo de Palmares. Dentre trabalhos de autores negros, as obras de Edison Carneiro, Abdias Nascimento (com a proposta do Quilombismo) e Clóvis Moura (nas várias edições de *Rebeliões da senzala* entre 1959 e 1981) aparecem quase isoladas ou foram desconsideradas no âmbito acadêmico (RATTS, 2006, p: 55).

foram transformados diante dos termos da identidade étnica aliada à formação e a definição do território e da identidade.

Os quilombolas abrem caminho, portanto, para dar à "consciência da necessidade" uma forma refletida e um sentido particular de cultura em tudo indissociado dos critérios político-organizativos, que orientam suas mobilizações e reforçam sua identidade coletiva face a interesses antagônicos que ameaçam seus territórios e seu modo de existir. (ALMEIDA, 2011, p: 169).

A estrutura social das comunidades quilombolas é ainda entranhada no seu dinamismo por uma diversidade, pelo grau de influência que as antigas relações escravistas exerceram no seu contexto. Assim, as relações de trabalho e propriedades familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda por uma reminiscência desse passado (MOURA, 1981, p: 13).

De certo, as características comuns rapidamente são entendidas a partir do período colonial, quanto à relação dos negros escravizados a interação dos quilombolas com outros segmentos de pequenos agricultores, pequenos proprietários de terras, comerciantes, vendedores ambulantes de um modo geral e a relação entre escravos aquilombados e os do engenho.

O modelo de organização comunitária e econômico dos quilombos sempre se manteve na luta pela terra e no fortalecimento do seu modo de produção como elementos importantes para o desenvolvimento social e a sobrevivência das comunidades quilombolas.

O uso comum do território foi estabelecido baseado nas relações sociais criadas de acordo com a necessidade e nas especialidades adquiridas nos sacrifícios da servidão em curso. Já nesse movimento a sociabilidade quilombola construía-se no trabalho constituído num modelo da práxis, em um processo, movimento dinamizado pelas contradições frente ao sistema de produção escravocrata (NETTO, 2011, p: 31), influenciando no artifício coletivo da sua sobrevivência.

Os agricultores tomavam conta das terras e produziam nas roças e plantações. Aqueles que eram encarregados dos engenhos, fabricação de açúcar, aguardente, azeite, farinha e outros produtos complementavam a camada de trabalho do quilombo. (MOURA, 1981: 41).

Diante disso os quilombos construíram suas especificidades, no sentido de garantir uma organização social como estratégia de sobrevivência. Foi portanto, um acontecimento singular no cenário político da época, seja qual for o ângulo que encaremos o posicionamento político da população que sempre foi mantida mediante controle da aristocracia, sendo eles, sempre considerados os negros rebeldes.

Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar - uma síntese dialética. Movimento contra o estilo de vida que os brancos lhe queriam impor, o quilombo mantinha sua independência a custa das lavouras que os ex-escravos haviam aprendido com seus senhores e a defendia, quando necessário, com as armas de fogo dos brancos e os arcos e flechas dos índios. (CARNEIRO, 2011, p: XLV).

Tal entendimento nos traz a diferença que se estabelece ao identificar grupos etnicamente constituídos, através da classificação de categorias sociais e específicas. Uma vez que o conceito de quilombo dialoga na perspectiva da autoidentificação da identidade enquanto elemento de resistência, apropriação e ao mesmo tempo expressa a definição do conceito de quilombo (RIBEIRO 2006, p: 18).

Portanto, o quilombo também é pensado a partir da tradição popular brasileira, que de antemão identifica-se, através da variação ou significado da palavra. Segundo Ilka Boaventura de Leite, tal significado hora está associado a um lugar, hora a um povo que vive neste lugar, ou a manifestação popular, ou ao local de uma prática condenada pela sociedade ou a um conflito, ou a uma relação social, ou ainda a um sistema econômico (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO, 1987, apud. LEITE, 2000, p: 15).

Podendo assim, a identidade social e política das comunidades quilombolas ter tido contribuições em inúmeras passagens históricas. Na então pesquisa focaremos em três grandes momentos: O Período Colonial, a Constituição Federal e o Decreto 4887/2003, momentos estes que tem importantes contribuições para o fortalecimento da identidade quilombola no Brasil.

Sendo reintroduzida como elemento jurídico na Constituição Federal do Brasil de 1988, exposto no Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que reconhece aos remanescentes de quilombo o direito a terra, cabendo ao Estado emitir-lhes o título definitivo dos territórios, considerando a autoidentificação como fim atribuído ao direito constituído.

A Constituição Federal de 1988 garante por meio do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

Mesmo mencionados na Carta Magna do país, as comunidades quilombolas continuaram lutando pela garantia de seus direitos, que a partir do Decreto 4887/2003 que regulamenta os procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação

e titulação das terras por elas ocupadas, conseguem assim estabelecer um rito para o processo fundiários de acordo com o estabelecido no Artigo 68 (ADCT).

A expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, que emerge na Assembleia Constituinte de 1988, é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma “dívida” que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária. (LEITE, 2000, p: 339).

Neste sentido, o avanço das discussões promovidas pelas comunidades quilombolas nos anos 1970 e 1980, com destaque para os Estados do Maranhão, Pará, Bahia e São Paulo, incidiu no processo de implementação da Constituição Federal (CF) de 1988, onde o Estado brasileiro os reconheceu e garantiu às comunidades quilombolas o direito de permanecer em seus territórios.

Formaram-se, ao longo do processo de constituição social das comunidades quilombolas, desde então, surgiram discussões referentes às questões fundiárias, bem como a garantia do acesso ao território, aproximando as comunidades quilombolas com o Estado, mas também levando ao enfrentamento no processo de demarcação e regularização desses territórios.

Para Souza (2008) a interpretação do Art. 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitória (ADCT), representa a ruptura do período colonial no que diz respeito à questão conceitual, amenizado com o processo de regulamentação através do decreto 4887/2003, onde através da autoidentificação as comunidades quilombolas são definidas como: “*Grupos étnico-raciais, seguindo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica*”. (DECRETO 4887/ 2003).

Segundo Souza (2008) as comunidades quilombolas trazem em seu histórico resquícios oriundos do período colonial imposto. Diante disso cabe ao Estado a obrigação do reconhecimento considerando a ancestralidade e a territorialidade historicamente mantidas pelas comunidades quilombolas identificadas no território brasileiro.

Neste sentido, após o reconhecimento por parte do Estado, buscou-se construir políticas integradoras para as comunidades quilombolas onde pudessem garantir a permanência das famílias em seus territórios, entende que a terra é o principal elemento utilizado como objeto de resistência.

Diante da necessidade de garantir a sustentabilidade das comunidades quilombolas, buscou-se construir políticas públicas direcionadas para esse fim. Assim, em

2004, sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foi criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ). O seu principal objetivo é a integração das políticas públicas na tentativa de dar celeridade na implementação das suas ações e processos de articulação e implementação, mantendo o acesso a terra como principal demanda do movimento quilombola. Perseguir a integração é um desafio por parte do Estado.

As dificuldades de implementação dessas políticas em comunidades quilombolas têm relação direta com a desconsideração de suas realidades específicas no próprio planejamento das políticas. Muitas vezes elas são até mencionadas nos programas gerados a partir do desenho dessas políticas públicas. No entanto, quando na ponta se verifica a complexidade na execução, ligadas evidentemente a secular exclusão e invisibilização, essas mesmas complexidades justificam o baixo atendimento, posicionando as comunidades como pontos fora da curva das políticas estruturantes do desenvolvimento nacional. (BRASIL, 2014, p: 75).

Dessa forma, as políticas públicas visam responder às demandas principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Todavia, sendo essas demandas interpretadas pelos grupos políticos que ocupam o poder, a agenda somente avança quando se cria na sociedade civil uma pressão e mobilização social.

Para Souza (2008) o processo de mobilização é tido pelos quilombolas como momento de afirmação da identidade e garantia das políticas públicas. E o processo de luta coletiva dos quilombolas se dá na busca dos direitos constitucionais, como bem menciona Almeida, a respeito do reflexo da morosidade na implementação dos direitos já constituídos que interfere diretamente no avanço das políticas públicas direcionadas às comunidades de quilombo. (ALMEIDA, 2011).

Sendo assim, através do processo de mobilização, a estratégia utilizada pelo movimento quilombola, na perspectiva de resistência intrínseca, foi à garantia de direitos fundamentais e de marcos legais que viabilizaram a implementação das políticas específicas para as comunidades.

Além disso a falta de avanço no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas e de seus territórios. A ausência de políticas públicas que promova alternativas econômicas compatíveis com a diversidade cultural e ambiental capaz de proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades e dos territórios, questões que vêm preocupando as comunidades quilombolas, que ainda vive, em constante ameaça de retrocesso dos marcos legais que garantem o direito já constituído.

As terras quilombolas apresentam uma malha fundiária composta por terras devolutas, terras particulares e Unidades de Conservação. Portanto é constante o conflito com

terceiros e outros indivíduos não quilombolas que ocupam áreas das comunidades, mesmo aquelas que já estão em processo de regularização fundiária.

Assim, as comunidades remanescentes de quilombos são o reflexo do movimento de resistência desde o período da escravidão, é referência de uma forma de proteção e sustentação de grupos que buscam a liberdade e a garantia dos direitos humanos. Portanto, o panorama da resistência, ainda atual das comunidades quilombolas, pode ser construído desde o estudo do sistema escravocrata no período colonial, a partir de registros históricos que datam o período anterior à lei áurea. (SOUZA, 2008, p:14)

Podemos nos utilizar de uma definição como equidade versus eficiência e a equidade versus liberdade, que implicam na necessidade da autoafirmação, bem como nas ações afirmativas de inclusão social, que garantam não somente a eficiência, mas também a equidade e a liberdade das comunidades quilombolas.

Logo, idealizar políticas públicas pautadas nos interesses coletivos e específicos das comunidades quilombolas, é considerar os aspectos sociais, econômicos sem deixar de lado critérios importantes como o identitário e o comunitário, sendo eles de suma importância para o desenvolvimento local e o autorreconhecimento dos quilombos.

De acordo com O'Dwyer (2002) há situações em que as comunidades quilombolas são consideradas um objeto simbólico e que representa um interesse diferenciado para os diversos sujeitos históricos.

Os resultados vivenciados nos dias atuais são reflexos da história de luta e resistência pela garantia dos territórios, e dos direitos advindos de um processo político organizativo, que permeia, além da regularização fundiária, o acesso às políticas públicas de inclusão social.

As proposições de terras de quilombos vinculam-se ao universo étnico-racial que envolve a luta pelos direitos dos quilombolas, a titulação, o reconhecimento e a regularização das terras como direito ancestral e político podendo dessa forma, ser atendida na elaboração das políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, considerando a diversidade cultural e a distribuição das políticas provenientes da classificação social, territorial e econômica (RIBEIRO, 2014, p: 269).

Para o desenvolvimento das ações afirmativas é importante ressaltar o necessário diálogo entre os órgãos executores das políticas, no sentido de dar consistência e transversalidade ao tema, onde possam garantir que as comunidades quilombolas tenham



visibilidade e acesso cada vez maior às políticas que lhes são destinadas e vem trazendo avanços.

## **1.2 Políticas públicas para as comunidades quilombolas**

É de responsabilidade do Estado promover o acesso das políticas públicas para as comunidades quilombolas, possibilita o encontro entre o benefício destinado ao público quilombola e a execução das políticas públicas. Visa dessa forma ampliar e efetivar o direito dos quilombolas reconhecidos institucionalmente por meio das lutas sociais secularmente conhecida como lutas de resistência.

As dificuldades em torno do reconhecimento dos direitos à territorialidade das comunidades quilombolas estão intimamente ligadas a uma concepção da formação social dos grupos, que a partir de uma leitura profunda da ocupação fundiária brasileira, percebe-se que os oportunistas são os grandes latifundiários e seus métodos pouco ortodoxos de legitimação de terras (MARQUES e GOMES, 2013).

Segundo Matilde Ribeiro (2014) a luta histórica das comunidades quilombolas ganha destaque no campo da política pública apenas nas últimas décadas, mais especialmente desde as mobilizações pré-constituintes e a partir da promulgação da Constituição de 1988. (RIBEIRO, 2014, p: 269).

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) faz parte do conjunto de políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial, que ainda perpassam pelo processo de institucionalização. Segundo Matilde Ribeiro (2010), embora a demanda da população quilombola seja histórica, somente em 1980 iniciaram-se ações desenvolvidas pelo poder executivo, no sentido de suprir algumas das diversas necessidades da população negra. Portanto a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) coordenada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), tem como referencia três eixos prioritários: a) transversalidade; b) descentralização; c) gestão democrática (RIBEIRO, 2014, p: 244).

Com o advento das manifestações sociais oriundas das comunidades negras rurais e movimento negro urbano ainda na década de 70 e 80, as comunidades quilombolas tiveram crescente ascensão, diante da violência no campo, por conta dos conflitos fundiários, assim, essas manifestações fizeram com que surgissem questões sociais, étnicas e econômicas relacionadas às comunidades negras rurais, que foram para além das questões fundiárias.

Portanto, não podemos falar das políticas públicas para as comunidades quilombolas, sem antes enfatizar a adoção de laços específicos de solidariedade, por meio das

diversas mobilizações sociais, de face coletivas, e unidade política, na tentativa de garantir a territorialidade etnicamente preservada.

De acordo com Souza (2008), até a Constituição Federal em 1988, as mobilizações das comunidades negras rurais em parceria com o movimento urbano, refletem mais tarde na criação do artigo 68 da Constituição Federal sendo após séculos de existências das comunidades quilombolas a primeira garantia de direito institucionalizado pelo estado para essas populações.

O Artigo 68 marca um divisor de águas da categoria quilombo no espaço legal do Estado, uma vez categoria de transgressão e crime (presente nas legislações coloniais e imperiais brasileiras), e passa para a categoria que reivindica direitos. (SOUZA, 2008, p:109).

Deste modo, a política de regularização fundiária é em todo esse período de luta e resistência a principal pauta de reivindicação do movimento quilombola, pois entendem que somente com a garantia do território será possível garantir o acesso as demais políticas públicas. Assim organizações sociais foram se consolidando e fortalecendo essa discussão que aos poucos foi se propagando, alcançando outras comunidades quilombolas.

No sentido de atender as demandas das populações afro-brasileiras foi criado no dia 22 de agosto de 1988 a primeira Instituição Pública no âmbito do Governo Federal a Fundação Cultural Palmares, com o objetivo de “*promover a preservação da arte e da cultura afro-brasileira*”, incluindo as comunidades quilombolas como Patrimônio Afro-brasileiro. Em 2003 assume a responsabilidade de emitir a certificação de autorreconhecimento das comunidades quilombolas.

A certificação de autorreconhecimento é o documento que reconhece o direito das comunidades quilombolas e lhes dá acesso às demais políticas públicas, sendo referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais das comunidades negras rurais.

Atualmente 2.849<sup>7</sup> comunidades quilombolas foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares e mais de 300 comunidades tem processo aberto que solicita a emissão da certificação (FCP, 2016). No que diz respeito à implementação das políticas públicas, mais de quinze (15) ministérios atualmente implementam programas, planos e ações destinadas ao público quilombola, há estados que se destacam com a criação de normativas e órgãos que complementam a execução e dialogam a implementação das políticas.

---

<sup>7</sup> Ver apêndice C: Quadro de comunidades certificadas no Brasil pela Fundação Cultural Palmares até maio de 2016

Segundo a Coordenação das Comunidades Negras Quilombolas (CONAQ), hoje no Brasil somam mais cinco mil comunidades. O movimento quilombola se fortalece a medida que foram criadas organizações representativas em alguns estados.

A exemplo do Maranhão que cria em 1995 a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ), compõem a comissão que cria a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), composta por 26 estados da federação, buscando assim, no artigo 68 (ADCT) elementos jurídicos que garanta a sustentabilidade de suas reivindicações.

Nos artigos 215 e 216 da Constituição é garantido o direito a manutenção da cultura e tradição, caracterizando o racismo como crime inafiançável e imprescritível, no artigo 5º, inciso XLII da constituição. Assim outros marcos legais foram criados a partir desse período nos estados com número significativo de comunidades quilombolas, a exemplo do Maranhão (Art. .229); Bahia (Art.51 ADCT)<sup>8</sup>; Goiás (Art. 33 ADCT); Pará (Art. 322); Mato Grosso (Art. 16 ADCT); São Paulo (Lei nº 9.757/1997, Decreto 41.774/1997, Decreto 42.839/1998).

Com a regulamentação do Artigo 68, por meio do decreto nº 4.887, de 2003, fica sob a competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a responsabilidade de executar a política de regularização fundiária e emitir o título definitivo dos territórios quilombolas. Em sua estrutura regimental houve-se a necessidade de criar a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), no âmbito da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas Superintendências Regionais, áreas de Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas (INCRA, 2016).

O direito à propriedade da terra passa a ser visto, na ótica do Estado, como fundamental. Assim, as políticas agrárias de reconhecimento e proteção da propriedade legalmente constituída, tais como o cadastro e a certificação de imóveis rurais, associadas àquelas que asseguram o cumprimento integral da função social estabelecida na lei.

Busca uma orientação não economicista frente à questão agrária, capaz de contemplar a sustentabilidade e a liberdade como valores constitutivos da reforma agrária e do ordenamento da estrutura fundiária, encontrou novos significados por meio da política de igualdade racial, configurando-se em instrumento da preservação dos direitos dos povos tradicionais e contribuindo para a diversidade cultural do Brasil.

Em março de 2003 por meio da Medida Provisória (MP) nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678 é criada a então Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ligada a Presidência da República (PR) que nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. Uma de suas atribuições é discutir, articular e monitorar as políticas públicas destinadas para as comunidades quilombolas, possibilitando dessa forma a criação do Programa Brasil Quilombola em março de 2004.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNP) considerada pelo poder executivo base para dois grandes planos, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) e o Plano Pluri Anual (PPA), os mesmos são estruturados a partir de doze<sup>9</sup> grandes objetivos dentre eles as Comunidades Remanescentes de Quilombo.

A questão quilombola envolve desafios e particularidades, que incorporam a dimensão territorial (o espaço geográfico) a dimensão social, econômica e cultural, reconhecidos por eles como um importante passo para a garantia do território, bem como, os elementos tradicionalmente mantidos e preservados.

Assuntos como desenvolvimento sustentável, equidade e identidade se apresentam de forma indissociável, criando desafios para a política pública que exige um alto nível de integração entre as ações governamentais, por intermédio da transversalidade inerente a gestão pública e a participação social das comunidades quilombolas.

Portanto, as políticas públicas para comunidades quilombolas, estão cada vez mais evidentes por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ), onde é possível visibilizar ações até então não direcionadas para o público quilombola, como o Minha Casa Minha Vida do Ministério das Cidades (MC), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Bolsa Família que atende 107.596 famílias quilombolas em estado de vulnerabilidade social.

Entende-se que o grande desafio na implementação das políticas públicas para as comunidades quilombolas, é ainda a busca por estratégias de como alcançar esse público, como atentar para a diversidade existente. Sobretudo como a organização política dessas comunidades influenciam na elaboração dessa política. Os projetos e os interesses são diferenciados, mas com um único objetivo: o acesso das políticas públicas para a melhoria da

---

<sup>9</sup> Objetivos do PLANAPIR: Trabalho e desenvolvimento econômico; Educação; Saúde; Diversidade Cultural; Direitos Humanos e Segurança Pública; Comunidades Remanescentes de Quilombos; Povos indígenas; Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar; Infraestrutura; e Juventude.

qualidade de vida, para essa parcela da população que sempre teve à margem dos interesses institucionais.

### **1.2.1 O Programa Brasil Quilombola (PBQ)**

Criado em abril de 2004 o Programa Brasil Quilombola (PBQ) tem como objetivo articular e consolidar as políticas de desenvolvimento para as comunidades quilombolas, seguindo as diretrizes da luta e das reivindicações do movimento quilombola e urbano perante o Estado, que passa a reconhecê-lo a partir da compreensão dos valores históricos e sociais assim defendidos e inseridos na Constituição Brasileira.

Em meio a um país que carrega consigo um longo período escravocrata, pouco mais de 100 anos separa o período colonialista dos primeiros marcos legais que reconhece a reminiscência das comunidades quilombolas, como preceitos do direito de permanecer nas terras seguindo a Constituição Federal de 1988.

Portanto, cabe ressaltar que a luta das comunidades quilombolas sempre se deu em torno da garantia do acesso a terra. Diante da prerrogativa dos movimentos sociais no processo de discutir a Constituição Federal de 1988, as comunidades quilombolas tiveram papel imprescindível no sentido de garantir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o Artigo 68.

O Decreto de nº 4887/03 estabeleceu regras para o processo de titulação dos territórios quilombolas, nessa perspectiva cabe ao INCRA a “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT”.

Com a garantia de marcos legais, a luta do movimento quilombola ganha outras alternativas além do acesso a terra. Assim, garantir a criação e implementação de políticas públicas estruturantes torna-se pauta de reivindicação perante o governo brasileiro.

A partir da existência do Programa Brasil Quilombola (PBQ) é instituído a Agenda Social Quilombola (ASQ) por meio do Decreto 6261/2007, que agrupa as ações para as comunidades quilombolas distribuídos em quatro eixos prioritários: a) Acesso a terra; b) Infra estrutura e qualidade de vida; c) inclusão produtiva e desenvolvimento local; d) Direito e Cidadania. (SEPPPIR, 2013)

**Figura 1 - Composição do comitê Gestor da Agenda Social do PBQ**



**Fonte:** Elaborada pela autora em 2015/ a partir do Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas.

O Comitê Gestor tem a finalidade de propor, articular e monitorar ações contempladas nos 11 (onze) Ministérios que compõem a Agenda Social Quilombola (ASQ) e nas instâncias governamentais dos Estados e Municípios. Além dos órgãos de governo, o Comitê Gestor tem sua atuação junto à entidade da sociedade civil por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), entidade representativa das comunidades quilombolas no âmbito nacional.

No sentido de fortalecer as políticas transversais, setoriais e intersetoriais, estabelece-se a interlocução com órgãos que promovem a política de promoção da igualdade racial, para a construção de estratégias de atuação dos Estados e Municípios junto às Comunidades Quilombolas. A SEPPIR realizou nos anos de 2011 a 2014 Seminários e Oficinas de Trabalhos de Ações Integradas de política para as comunidades.

As atividades foram realizadas no âmbito de dos estados e regiões, no qua a finalidade foi a elaboração, pactuação e implementação de planos de ações que culminaram em assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com 14 Estados da Federação, envolvendo gestores Federais, Estaduais, Municipais e Lideranças Quilombolas.

Os planos de ação são elaborados com base nos eixos do PBQ, que buscou-se agregar outras iniciativas e ações governamentais que se inter-relacione com as políticas setoriais do programa. Portanto, para alcançar tais finalidades, traçaram-se diretrizes e estratégias de execução dos planos de trabalhos elaborados, a partir das relações com os estados e municípios. (SEPPPIR, 2013).

Assim, diante da necessidade do envolvimento dos entes federados e na perspectiva da execução das políticas públicas destinadas para as comunidades quilombolas, cabe aos Estados que assinaram o acordo assumir a responsabilidade da destinação de recursos específicos para a construção e execução de ações priorizadas no plano, na perspectiva de potencializar o atendimento das demandas das comunidades, priorizando os eixos estabelecidos pelo Programa Brasil Quilombolas (PBQ).

Mesmo com as pactuações assumidas pelos estados, ainda é incipiente a priorização dos gestores no que diz respeito ao direcionamento das ações. Diante disso, há um árduo processo de construção e pactuação entre o órgão articulador e os órgãos gestores da política, no qual o principal desafio é a ampliação do acesso das comunidades aos bens e serviços públicos executados pelo parceiros.

Para encarar esse desafio eleger prioridades foi uma estratégia de garantir, em primeiro lugar, a visibilidade da Política de Igualdade Racial, em segundo o acesso dos públicos a essa política e as de desenvolvimento local. Assim coube a SEPPPIR o esforço de qualificar as relações institucionais necessárias e estabelecer o diálogo entre a União, os Estados e Municípios. Pois garantir recursos para a política de igualdade racial perpassa pela junção dos entes federados, no qual a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) lhes dará a institucionalidade das relações estabelecidas entre os entes parceiros.

Para o PPA 2008-2011, manteve-se a mesma estrutura do programa voltado ao atendimento das comunidades quilombolas em decorrência das experiências advindas de dois processos anteriores de construção do PPA.

A discussão no processo de construção do PPA 2012-2015 foi incorporada a partir de outro modelo e novas estratégias abordadas, onde a pauta quilombola compôs o Programa Temático 2034 "*Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial*" de responsabilidade da SEPPPIR, que visou garantir 37 metas, 17 iniciativas e 21 ações orçamentárias voltadas para as comunidades quilombolas. (SEPPPIR, 2011)

Segundo a SEPPIR, no processo de construção PPA 2016 -2019, houve novamente construção de diálogos e pactuações que tiveram grandes desafios, no sentido de garantir o Programa Temático 2034 com as metas, iniciativas e as ações previstas, bem como com a incidência na construção de outras metas, iniciativas e ações em outros Programas Temáticos como estratégia de potencializar a transversalidade da Política de Promoção da Igualdade Racial, no âmbito do documento do PPA 2016-2017.

Até 2010, o PBQ mantinha como prioridade os Estados com maior número de comunidades identificadas, a exemplo do Maranhão, Pará, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Sem deixar de atender demandas dos demais estados, ampliando em 2011 sua abrangência para Sergipe, Alagoas, Amapá, Paraíba, Paraná, Piauí e Rio Grande do Sul.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) também contribui de forma significativa para o alcance dos objetivos do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Isso porque parte significativa das comunidades quilombolas é público-alvo do Brasil sem Miséria, segundo dados do CadÚnico (set-2015), onde ao menos 70% das famílias quilombolas situam-se abaixo da linha da extrema pobreza.

Diante da magnitude do Programa e das dificuldades enfrentadas para o monitoramento e fiscalização das ações, ainda é incipiente a produção de indicadores que possam medir de forma objetiva a realidade das comunidades.

Por ser um programa que integra a execução das políticas através de outros órgãos é desafiador mensurar o que de fato chega de políticas públicas nas comunidades que necessitam, bem como, a qualidade das ações que são implementadas.

Segundo pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) existem diversas políticas que fazem parte do programa, mas que não fazem menção, nem mesmo são identificadas no banco de dados, nem tão pouco sabem se a política chegou de fato nas localidades destino.

Portanto, a identificação em diversas áreas do governo inviabilizam o monitoramento e a aplicação das políticas, ou seja, poucas informações são de fato aproveitadas com qualidade.

Surge daí um déficit de não abrangência da política, inviabilizando dessa forma, o alcance a inúmeros quilombolas que estão abaixo da linha da pobreza, mas que ao mesmo tempo são prioridades na perspectiva do estado. Nessa perspectiva, houve a necessidade por parte da SEPPIR de aprimorar o monitoramento das ações executadas por outros órgãos. A



criação de indicadores tornou-se instrumento primordial para o acompanhamento das ações abaixo relacionadas e distribuídas nos 4 eixos temáticos e em suas respectivas variáveis.

Tabela 1: Quadro de Indicadores do PBQ, por eixos disponíveis no SMPPIR<sup>10</sup>

EIXOS TEMÁTICOS	PRINCIPAIS VARIÁVEIS
Acesso a Terra	Comunidades Certificadas; Territórios titulados
Infraestrutura e qualidade de vida	Número de famílias quilombolas e características dos domicílios inscritos no CadÚnico; Unidades Contratadas no Minha Casa Minhas Vida que beneficiaram as comunidades quilombolas; Número de Famílias quilombolas atendidas com saneamento básico; Número de ligações efetuadas no Programa Minha casa minha vida.
Inclusão produtiva	Famílias quilombolas que recebem bolsa família; Renda média que recebem o Bolsa Família; Número de Famílias Quilombolas que vendem alimentos no Programa de Alimentos; Número de Famílias Quilombolas beneficiadas com Assistência Técnica e extensão Rural; Número de declaração de Aptidão ao PRONAF.
Direitos e cidadania	Número de escolas quilombolas e características das escolas (contém material didático específico e acesso à internet); Número de alunos quilombolas matriculados; Número de equipes formadas no âmbito do Programa Mais Médico; Número de equipe para o atendimento do Programa Saúde da Família; Número de estudantes quilombolas atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**Fonte:** Caderno de estudos - Desenvolvimento Social e Debate Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados (MDS 2014).

### 1.2.2 O Sistema de Monitoramento e o Programa Brasil Quilombola

O Sistema de Monitoramento de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SMPPIR é uma ferramenta construída pela SEPPIR em parceria com a Fundação Ford, o Programa das Nações Unidas (PNUD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Cultural Palmares (FCP).

Em um primeiro momento o sistema tem a função de agrupar dados oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério do

<sup>10</sup> Sistema de Monitoramento de Política de Promoção de Igualdade Racial (SMPPIR)

Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os órgãos fornecem informações para alimentação do sistema, no qual permite o monitoramento e a disponibilidade das informações para a alimentação do banco de dados, considerando sempre os eixos temáticos e as variáveis detalhadas.

O Sistema de Monitoramento parte da premissa de que só é possível monitorar as entregas do governo por meio de uma integração das bases de dados Federais e Estaduais relacionados a população quilombola, com a criação de Identificadores Únicos para cada comunidade e para cada Território<sup>11</sup>.

Segue um exemplo de extração resumida de variáveis do banco de dados do sistema: *“As comunidades são identificadas por meio do ID (Identificador), a partir da definição de ID, realizada pela SEPIR em conjunto a FCP e ao INCRA”*. No qual foi possível agregar as comunidades autodeclaradas do CadÚnico em um mesmo ID, é importante a identificação com o CadÚnico é a partir deste esforço, que será possível retirar de forma ágil e automatizada os dados consistentes da base do CadÚnico das comunidades cujos habitantes se auto-declararam pertencente a um seguimento de povos e comunidades tradicionais ou a população quilombola.

Os avanços e desafios ao longo dos 13 anos de execução do PBQ revela que é importante criar outras interfaces, portanto parcerias e estratégias de atuação são consideradas no sentido de consolidar informações qualificadas para que o público quilombola seja visível mediante a implementação das políticas.

Dizer onde estão e como estão os quilombolas é desafiador ao sistema, que além de subsidiar a elaboração de novas políticas, tem também, a expertise de quando e como foi atendida a população quilombola desse País. Neste sentido, o Estado adota ao longo desses anos estratégias de atuação nas comunidades, no qual a dimensão da vulnerabilidade e a situação de extrema pobreza, onde 70% são beneficiários do Programa Bolsa Família.(PBF)

Até novembro de 2015 o CadÚnico identificou 121.881 mil famílias quilombolas, das quais 69%, estão localizadas na região nordeste e 12% na região norte, onde há maior concentração de comunidades quilombolas identificadas. (MDS, 2015).

Através da Busca Ativa, no âmbito do CadÚnico é possível identificar em 2015 o aumento de 28% de quilombolas inscritos, que possibilita o acesso a outros programas do Governo Federal, mencionados na tabela 2:

---

<sup>11</sup> Território é todo aquele perímetro de área oficializado, seja pelo INCRA (a partir do RTID) ou pela titulação dos institutos de terra estaduais ou, ainda titulado pela FCP até 2003. Hoje são 262 territórios com perímetro de área, que contemplam 446 comunidades quilombolas.

**Tabela 2: Programas e ações em implementação**

<b>PROGRAMA/AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>
Programa de Habitação e Vias de Acesso	MC
Água Para Todos	MDS
Saneamento Básico	FUNASA
Luz para Todos	MME
Selo Quilombos do Brasil	SEPPIR/MDA
Emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF	MDA
Programa de Aquisição de Alimentos- PAA	MDA/CONAB
Programa de Cisterna	MDS
Programa Nacional de Alimentação Escolar	FNDE/MEC
Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ)	MS
Programa Mais Médico	MS
Regularização Fundiária	INCRA/MDA
Certificação	FCP/MINC

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do Guia de Políticas para comunidades quilombolas.

Dentre outros programas que desenvolvem ações com o recorte da transversalidade para o atendimento das comunidades quilombolas, é inegável que há necessidade do aprimoramento das políticas Públicas, no qual desafia a criação de estratégias de atuação que venha fortalecer o PBQ no sentido de garantir os direitos e promover a cidadania.

Diante disso, é possível apontar como política agregadora para o desenvolvimento social e econômico das comunidades quilombolas um conjunto de ações intergovernamentais que dialogam para além do acesso, mas que viabilize a apropriação das comunidades sobre o uso sustentável do seu território.

Assim, a orientação para a atuação é incrementar a luta pela garantia do direito a terra e pela viabilização de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades, considerando como fundamental: a preservação dos costumes, da cultura e da tradição entre gerações das populações quilombolas; apropriação da política pública que levem em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, sua história e cultura em harmonia com o meio ambiente; o zelo pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes como continuadores da cultura e da tradição quilombolas; o enfrentamento de toda e qualquer discriminação racial e de gênero, de qualquer forma de intolerância religiosa e de violência contras as mulheres. (RIBEIRO, 2014, p: 277 -278).

É nessa perspectiva, que o conjunto de ações do programa se compromete a dialogar, que de certo contribui de forma significativa para o aprimoramento e a interlocução das comunidades com o Estado, no qual permite a construção d estratégias de atuação conjunta no combate à pobreza e no acesso aos direitos constituídos.

Sem duvidas, há avanços nas políticas públicas direcionadas para esse público, mas ainda há grande resistência do Estado em trabalhar a flexibilidade do acesso a essas comunidades, que em sua maioria estão sujeitas à tutela institucional.

Diante disso, Melo (2010) afirma que, mesmo com a ampliação das ações destinadas paras as comunidades quilombolas, há um risco de se formar guetos, na medida em que as políticas estruturantes fazem parte do projeto de Desenvolvimento Nacional e podem se eximir de considerar e contemplar tais populações, que vão se estruturadas a partir da identificação e do seu auto reconhecimento.

Na nossa compreensão, a própria estrutura do Estado brasileiro tem sido em grande medida impermeável às comunidades quilombolas. Apesar do enfoque das políticas nas comunidades negra rurais, o que representa um avanço, não houve flexibilização dos procedimentos de implementação de ações governamentais, as quais não podem ser cumpridas por populações historicamente alijada do curso dos processos nacionais. (MELO, 2010, p: 84).

À medida que busca relacionar as dificuldades de execução das políticas públicas, tende haver um desentendimento e incoerência na implementação das ações a partir da política pública construída e estruturada para o público quilombola, no qual a apropriação das comunidades estão relacionadas ao direito constituído.

Entende-se o desafio posto ao PBQ, no sentido do aprimoramento entre as ações pensadas e articuladas no qual o conhecimento tradicional associado ao processo de inclusão dessa população.

Ao analisar a articulação das políticas de desenvolvimento e inclusão social das comunidades quilombolas aponta-se no programa, metas e diretrizes criadas para o combate a pobreza que se correlacionam com infinitas ações de inclusão social e sustentabilidade dos povos que secularmente se mantém e defendem seus territórios.

Diante disso, nos desafiamos a refletir a partir do PBQ, as relações possíveis de políticas participativas envolvendo a atividade do turismo como uma ação de inclusão social, para além da questão econômica, essa relação pode vir a ser um instrumento que possibilita a comunidade pensar a partir do acesso às políticas públicas e à sustentabilidade social e econômica do território.

## **2. O LUGAR DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CONCEITO E NOS INSTRUMENTOS LEGAIS**

Ao longo dos anos o turismo vem se tornando uma das atividades de grande relevância no mercado nacional e internacional, dessa forma contempla a demanda do mercado enquanto agente transformador do espaço. Portanto aproveitar a relevância da atividade do turismo no sentido de agregar e potencializar as demanda das comunidades quilombolas a partir de suas potencialidades e também necessidades sociais e espaciais.

Segundo Milton Santos (2009) o espaço tornou-se a mercadoria universal por excelência, onde frações do território são marcadas por potencialidade, cuja definição não se pode encontrar senão *a posteriori*. O espaço seria onde se convertem especulações de ordem econômica, ideológica e política de forma isolada ou em conjunto. (SANTOS, 2009, p:30)

Entende-se que o turismo desenvolvido em comunidade pode contribuir de forma relevante para o desenvolvimento sustentável, que assim restringe o crescimento econômico ao desenvolvimento humano e social, no qual chama a atenção para a necessidade do equilíbrio ambiental, e o fortalecimento da cultura local e da identidade das populações tradicionais.

Assim, busca-se por meio dos requisitos desse processo o envolvimento comunitário, que se alicerça diante das relações horizontais e da noção do empoderamento que visa à inserção da comunidade no processo de transformação e inclusão social através da atividade do turismo.

Em contraposição ao turismo de massa surge o Turismo de Base Comunitária - TBC, que traz na bagagem premissas que permitirão o envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo, não apenas como expectadores e trabalhadores, mas como protagonistas, a partir do processo de planejamento, execução, monitoramento e realização da atividade nos territórios.

Mesmo que não haja uma definição amplamente aceita do que é o Turismo de Base Comunitária (BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN, 2009), as expectativas teóricas sobre o tema e a similaridade de conceitos que se apresentam de diferentes formas em alguns países da América Latina.

Neste sentido abordaremos neste capítulo o conceito de turismo a partir da abordagem teórica estabelecido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e os autores Leonard J. Lickorish e Carson L. Jenkins. Na sequência refletirei sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) a partir de conceitos já estabelecidos junto ao Ministério do Turismo a

partir de experiências sistematizadas no livro “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras”.

Em seguida faremos uma reflexão acerca das implicações das políticas públicas de turismo, e suas influências na concepção do Turismo de Base Comunitária nos territórios quilombolas, bem como, o Plano Nacional de Turismo (PNT) pode incluir em seu planejamento o diálogo entre O MTur e a SEPPIR a partir do PBQ.

## **2.1 Turismo: Abordagem conceitual**

Buscaremos aprofundar o conceito de turismo a partir da experiência constituída no quilombo Ivaporunduva, por meio do desenvolvimento produtivo paralelo à utilização da atividade desenvolvida no quilombo, como fator de geração de renda, que influência no desenvolvimento coletivo entre os moradores.

Dessa forma, a comunidade busca mediante o desenvolvimento do turismo relacionar as atividade de geração de renda com os interesses socioculturais, na perspectiva de garantir as especificidades dos modos e costumes ainda vivenciados na comunidade. Ao buscar suas determinações e a forma de ser do ser, seguindo os escritos de Marx e Engels as relações são estabelecidas mediante a transformação social dos meios de produção e a da consciência humana, atos estes que representam a formação ideológica da sociedade através da dominação diante do surgimento das classes.

Deste modo, o ponto de vista da comunidade quilombola de Ivaporunduva, é a busca pela atividade do turismo, onde a comunidade a partir do todo pensado e compartilhado desenvolve suas iniciativas, testando-as em suas práticas e relações estabelecidas.

A produção do saber turístico, de modo geral, e de modo específico no Brasil, se constitui num conjunto de iniciativas do setor privado, empresarial e muito pouco de academias, sejam universidades e/ou faculdades públicas ou particulares. Este contexto permite delinear a hipótese de que o saber turístico é um fazer-saber, não existindo saber além daquele que resulta de um fazer saber. (MOESCH, 2004, p:32).

Portanto o conhecimento da atividade do turismo era até então reduzido e as informações limitada, as produções circulavam em âmbito restrito. A partir da década de vinte surgem os escritos relacionadas ao desenvolvimento do turismo no mundo, de forma mais ampla é também quando iniciam as primeiros abordagem sobre a atividade e o deslocamento de pessoas, bem como a sua influência nos meios de produção e consumo.

Ao analisar a necessidade da teorização e intervenção do campo científico, verifica-se que o turismo enquanto fenômeno social se desenvolve mediante a movimentação

de pessoas, que se deslocam do seu local de convivência diária a outras localidades, com tempo determinado para o retorno.

Cabe portanto, compartilhar as experiências sociais e culturais, vivenciadas a partir dessa movimentação, diante da perspectiva econômica que perpassa por meio da formação dos elos conectados ao sistema do turismo que visualiza as relações e a ótica sistêmica evolutiva da atividade turismo.

Neste sentido a reflexão a partir da definição do turismo instituído pela Organização Mundial do Turismo (OMT) formaliza os aspectos da atividade turística, no qual compreendi-se que a conceituação advêm de elementos baseados no princípio do deslocamento de pessoas.

Assim refletem aspectos que priorizam as necessidades dos visitantes direcionados para o desenvolvimento social e econômico de cada localidade visitada. O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros. (OMT, 2001, p.38).

A partir da definição da OMT, faz-se necessário a compreensão que impulsionam o deslocamento dos atores envolvidos nesse processo, no qual a relação com questões que envolvem o meio ambiente e as relações socioculturais, perpassam ao conjunto de elementos importantes relacionados ao produto final da viagem, ou seja, o turismo enquanto atividade relacionada ao fenômeno social, que vai transformando-se a partir da perspectiva econômica para além do consumo constituído.

Portanto DE LA TORRE, diz que:

O turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (Aput: MOECH 2004, p. 28- DE LA TORRE, 1992, p. 19-)

Sendo assim, as definições abordadas no turismo, advêm das atividades que ultrapassam os setores convencionais da economia, no qual abrange informações de diversas outras áreas. Na tentativa de elucidar os diversos conceitos atribuídos à atividade do turismo, deste modo criam-se mecanismo na perspectiva das praticas e reformulações, no sentido de explicar cientificamente o turismo enquanto um fenômeno social.

Neste sentido, as formas já explicitadas sobre o conceitos de turística incorporam

a definição do ato de viajar, que envolve o deslocamento e a integração social do ser humano. De certo, tal compreensão, resume-se historicamente no processo do desenvolvimento do turismo e as relações sociais dimensionadas a partir da ação da viagem e a relação com outras pessoas.

Segundo (KRIPPENDORF, 2000, p: 81), o turismo se parece como o nevoeiro, ele se insinua por todos os cantos. E tem de particular o fato de que os turistas vêm pessoalmente, com seu próprio comportamento e seu poder de influência. Assim, o desafio é entender o turismo enquanto fenômeno social que necessita ser dialogada de forma transversal, decorrente de um processo de institucionalização da política destinada às comunidades quilombolas.

Contudo a perspectiva do turismo harmonioso onde há uma integração entre as comunidades e os visitantes envolvidos, bem como no processo de desenvolvimento local, que requer para além do conhecimento da atividade turística a incorporação das comunidades que fogem da relação turismo-comércio.

A maior parte dos anfitriões vê nos turistas fontes de renda e não pessoas. As trocas acontecem entre sujeitos sociais que não se enxergam a si mesmos como tais, a não ser como consumidores e prestadores de serviços, respectivamente. (JR BANDUCCI, BARRETO, 2002, p. 11).

Dessa forma, as relações que estabelecem a partir do deslocamento do turista, não deixam claro que as relações humanas podem ir para além das relações econômicas, portanto é necessário que haja um engajamento participativo dos sujeitos envolvidos no ato de viajar.

Para Silva (2013) a apropriação do conhecimento referente ao destino turístico é consequentemente idealizada a partir do momento, que o deslocamento se torna realidade, assim o desafio e a relação estabelecida diante da harmonização do sistema e do equilíbrio da sociedade revertida sobre todo ato de deslocamento, na perspectiva da transformação sociocultural do ser humana.

Dada essa complexidade do conceito de turismo, enfatiza-se como característica primordial, o deslocamento de pessoas mediante a realização da viagem, a partir de quatro elementos básicos no desenvolvimento da atividade turística, segundo a OMT a *demanda, a oferta, o espaço geográfico e os operadores do mercado* (OMT, 2001).

Ao refletir a partir das demandas explícitas pela OMT, percebe-se a necessidade de dá atenção especial quando se trata do turismo enquanto produto abstrato a ser consumido. Segundo (RUSCHMANN,1990) há um desentendimento conceitual relacionado à prática da



viagem, e ao mesmo tempo refere-se à problemática da discussão do objeto enquanto fenômeno, objetivado nas ciências sociais.

Portanto, o conceito definido pela OMT, mesmo com a ideia de ampla abordagem, dialoga com elementos importantes que deixa de lado conceitos determinantes para a atividade turística, tal como a relação do visitante com o local visitado e as relações estabelecidas a partir da intervenção do turista com a sociedade local.

Dessa forma, a importância que se atribui a valorização do local e ao processo de regionalização do turismo vai ao encontro de interesses que perpassam pela construção de um produto adequado as demandas de uma sociedade global e que principalmente seja dotado de elementos simbólicos que possam travestir o produto turístico em uma determinada roupagem, que se constitua na sua representação. (RAMOS; CERDAN, 2010, p. 28).

Contudo, o inerente processo de formação relacionada ao desenvolvimento e a abordagem conceitual da atividade turística, busca estabelecer relações que viabilizem de fato a ampla conceituação e a interdisciplinaridade que o turismo exerce. Tal qual busca sensibilizar a sociedade quanto às especificidades locais e os possíveis impactos a partir do reflexo do qual estão sujeitos, com o desenvolvimento da atividade turística.

Desse modo, faz-se necessário a criação de alternativas no que diz respeito à conceituação do turismo, com métodos e objetivos que evidenciam o turismo enquanto fenômeno social e comportamento coletivo, imerso em um sistema multifacetado.

Para KRIPPENDORF:

O turismo moderno se tornou um dos fenômenos mais notáveis e mais singulares da nossa época. Para descobrir sua natureza, é necessário tentar compreender como se ligam os elementos, quais são as causas e os efeitos, os desejos e as realidades. Devemos, antes de mais nada, dominar o mecanismo de seu funcionamento, antes de determinar os meios de controlá-lo, modificá-lo e aperfeiçoá-lo. (KRIPPENDORF, 2000, p. 22).

Nessa perspectiva, ao refletir sobre a preponderância é necessário compreender a dimensão social que o turismo abrange, diante do conjunto de ações capaz de proporcionar a produção e a participação do turismo no processo de integração social, para então produzir novos valores e interação por meio da integração sociocultural.

Assim, a hegemonia é estabelecida de acordo com o modelo, e a economia é um modelo cívico moldado pela necessidade de consumo da população, para Santos (2012), esse modelo cresce a cada dia no sentido dos interesses individuais.

Por tanto, entendemos que o turismo pode intervir de forma proativa nas políticas públicas de âmbito transversal, no qual possibilita por meio de ações estratégicas a promoção do desenvolvimento e a sustentabilidade do destino turístico. Do mesmo modo a compreensão

mútua refere-se ao cotidiano da sociedade moderna, que prever a melhoria a partir do conceito da atividade do turismo enquanto atividade de desenvolvimento social.

Assim, segundo a concepção Marxista há uma relação entre o modelo de vida da sociedade e o modo de produção materialista, através de fatores determinantes para o modelo de desenvolvimento econômico, a exemplo da organização social e política, bem como as representações intelectuais de uma época, que resulta fortemente na divisão do trabalho e na dominação das massas, ou na dominação do homem pelo homem.

Chegamos, então, a ter diante de nós a divisão da sociedade em classes como problema. Nosso problema não é mais, pura e simplesmente, a derrubada de uma determinada classe e do sistema social que ela sanciona: nosso problema é o da própria existência de classes sociais, é o dado da própria divisão da sociedade em classe. (KONDER, 2009, p: 53).

Ideologicamente, os problemas são interpretados partindo de princípios organizativos da sociedade, tornando-se concreto o que antes era apenas o imaginário. O pensamento é capaz de ativar na consciência da massa a contradição que existe no sistema dominante.

Segundo (HALL, 2009, p:250) problema da ideologia está no cerne das formas pelas quais as ideias diferentes tomam conta das mentes e, por esse intermédio tomam uma “força material”. Cabe portanto, a abstração do conteúdo interpretativo da análise retirada de elementos reais.

Deve-se relacionar a compreensão metodológica abstrata, definida por Marx como o conhecimento, do concreto que constitui o real, ou seja, o científico exato diante do concreto pensando. (NETTO, 2011)

Assim, com base no materialismo histórico dialético de Max e Engel, busca-se compreender, a partir do estudo de caso da comunidade quilombola de Ivaporunduva, a função do turismo enquanto modo de produção, e qual a compreensão do Estado no que diz respeito à aplicabilidade das políticas públicas.

As questões territoriais e a apropriação do quilombo trás a perspectiva da garantia do espaço social e cultural, bem como, o acesso aos direitos garantidos, a partir dos marcos legais conquistados nas últimas décadas por meio de lutas e mobilizações sociais. Ainda assim requer um processo de formalização e estudo aprofundado de forma que contribua para o desenvolvimento da atividade do turismo nos territórios quilombolas, a partir da perspectiva local.

Compreender a problemática do desenvolvimento crescente da atividade turística é relevante não só à medida que seus produtores, vendedores

intermediários, consumidores continuam produzindo, vendendo e consumindo sem limites ou critérios, sem outro fim que o próprio benefício do primeiro e a satisfação egoísta do consumidor, mas pela persistência do problema, disfarçado nas concepções implícitas destes conceitos. (MOESCH, 2004, p:35).

É com esse entendimento que buscamos entender o sistema econômico do turismo e as relações sociais construídas na comunidade quilombola de Ivaporunduva, a partir de elementos como a organização social, a produção e o acesso às políticas públicas.

É nessa linha de pensamento dialético materialista, que a realidade histórico-social é entendida como uma totalidade, um todo integrado, no qual os âmbitos envolvidos como o econômico, o social, o político, o cultural, o individual, o local, o nacional, o internacional, o objetivo e o subjetivo só podem ser entendidos em conjunto, como uma articulação interna de todas as múltiplas relações.

## **2.2 Conceito de Turismo de Base Comunitária**

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) o Turismo Base Comunitário deve atentar para princípios básicos a exemplo da autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades de benefícios; colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local; o protagonismo das comunidades locais na gestão.

Assim promover a inclusão das populações locais a partir do princípio ativo advindo do desenvolvimento da atividade do TBC, com o objetivo de verificar, por meio de evidências empíricas, a aderência entre a discussão teórico-conceitual do TBC e as suas práticas existentes em comunidades quilombolas. (BRASIL, 2010).

Para tanto, desenvolveu-se uma revisão do arcabouço teórico do turismo comunitário, identificado nos componentes recorrentes do entendimento do TBC, a partir de estudiosos e do conceito estabelecido na comunidade de Ivaporunduva.

O conceito de TBC teve seu amadurecimento e chega há uma definição mais estruturada nas últimas décadas, com a elaboração do estudo sobre Turismo de Base Comunitária em 2009 produziu-se a obra “diversidade de olhares e experiências brasileiras” produzido pelo Ministério do Turismo. No qual autores renomados expõem seu ponto de vista a respeito do que é o Turismo de Base Comunitária e como tal se relaciona com o dia-a-dia das comunidades locais, que se dispõem a promover o turismo alternativo sem perder seus princípios e modos de vida.

Na tentativa de não cair na vala comum do reducionismo e superficialidade analítica, os autores tecem algumas considerações: (i) As experiências de TBC bem sucedidas não podem ser interpretadas como passíveis de

reaplicação em outras localidades e contextos. Tal atitude faria do desenvolvimento situado um objeto de reprodução seriada, ou seja, uma contradição nos próprios termos da questão. (ii) O TBC deve ser encarado em uma perspectiva *possibilista* e não determinista e prescritiva para o desenvolvimento situado e o turismo. Não podemos interpretá-lo como um modelo estanque, com uma configuração fixa e capaz de atender toda e qualquer realidade. (iii) Deve-se, ainda, reconhecer que iniciativas de TBC não estão isentas de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse. (FABRINO, 2013, p:28).

Diante da construção teórica de como o TBC está pensado e executado, considera-se que o pano de fundo sobre o qual se desenvolve tal atividade não é mais uma pequena parte de um imenso jogo de relações sociais, e sim integração abrangente das partes envolvidas, a partir da relação estabelecida para além dos interesses mercadológicos que se estabelecem entre a atividade do turismo e a comunidade.

Segundo (BRANDÃO, 2014) o TBC propõe algo mais adiante, por estabelecer que não somente o setor empresarial, mas toda a comunidade deve ser beneficiada direta e indiretamente. Há casos em que o turismo é desenvolvido em sua totalidade a partir da autonomia da comunidades local. O que leva a crer que é a partir das relações e do efetivo controle sobre o desenvolvimento da gestão e participação dos membros da comunidade é que se apresenta para o turista um roteiro, mas também um espaço de produção.

Estabelecer essa relação é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo no mesmo, requer o desvendamento de sua natureza, e a sua complexidade e de seus conflitos.

...uma atividade invasora e exigente; frequentemente geram graves efeitos negativos. Os estudos consultados advertem sobre os riscos que conduzem a criação de conflitos internos, a aceleração de uma aculturação dos jovens e enfraquecimento da coesão social. Isto ocorre quando a atividade turística não foi debatida e planejada suficientemente na comunidade, quando a sua gestão é deficiente e quando tenha subestimado o comportamento dos visitantes e das exigências das operadoras de turismo... (BARTHOLO, SAN SOLO e BURSZTYN, 2009).

O turismo define as suas próprias regras e traz a fantasia e o sonho a uma realidade de valores diferentes, da sociedade globalizada para a sociedade local, não consider os princípios e as relações sociais estabelecidas através de regras, como forma de autoafirmação social, cultural e intelectual estabelecidas pelas comunidades quilombolas.

Um dos princípios desta proposta refere-se à integração do turismo na dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais. Outro aspecto de destaque é o entendimento do TBC como uma atividade econômica complementar da comunidade, e não a atividade principal. Aqui, temos duas características: complementaridade e insubstituibilidade. Elas supõem que a atividade turística não irá se

desenvolver ao ponto de reduzir ou eliminar as outras atividades econômicas existentes na localidade. (FABRINO, 2013,p:25).

Por outro lado, o TBC é visto como agente transformador a partir do processo de globalização, vivenciado pelas comunidades que em muitos casos é um processo irreversível, onde o desafio para um horizonte desejável não mais se traduz na discussão da viabilidade dos riscos, mas na concepção e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e a identidade envolvida como elemento central do planejamento.

Acredita-se que as características fundamentais para que isso aconteça são as relações sociais existentes na comunidade, do qual o ponto fundamental a autogestão dos atores locais embasada nos princípios da sustentabilidade e na organização social dos grupos, tidas como avanços.

Segundo Marta de Azevedo Irving (2002) tais avanços nem sempre ocorrem a favor das populações locais, que frequentemente sofrem com a exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental. (IRVING e AZEVEDO, 2002)

O turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, na maioria das vezes, se impõe em lugares tidos como espaços vazios e sem donos.

Diante disso, percebe-se que são poucas as comunidades que, por si só, atingem esse processo de autonomia, no processo de desenvolvimento do TBC e conseguem construir um planejamento incluyente sem contar com o auxílio de ONGs ou instituições exógenas<sup>12</sup> ao seu ambiente socioambiental. (BRANDÃO, 2014,p:4)

Cabe a comunidade o desafio de a partir das suas intervenções no processo de produção, estabelecer a sua autonomia enquanto protagonista do processo de desenvolvimento.

A terminologia do TBC não apresenta apenas mais uma segmentação de mercado, mas sim uma proposta de desenvolvimento a partir da atividade do turismo apoiada em bases endógenas, pensada a partir das especificidades locais.

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com

---

<sup>12</sup> De origem externa

nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (BARTHOLO, SAN SOLO e BURSZTYN, 2009, p: 31).

Esse modelo de turismo é pretendido por um considerável número de comunidades quilombolas, onde o desenvolvimento local se coloca como desafio no sentido de expor o contraditório diante das condições e interesses, a partir do conceito a que se vincula a sustentabilidade e a atividade do turismo, que considera a biodiversidade e a diversidade cultural existentes em cada território.

As políticas públicas de turismo, por sua vez, devem se interrelacionar com outras políticas estruturantes destinadas para as comunidades quilombolas, no sentido de fortalecer através da transversalidade, da participação e apropriação da comunidade o processo de gestão do turismo.

Ao compreender a diversidade das comunidades quilombolas e a complexidade da atividade do turismo, enquanto ação de integração social verifica-se que é um desafio trabalhar a integração pública reconhecida pelo Estado brasileiro e o turismo enquanto atividade que vai além do consumo e ultrapasse a realidade vivenciada nas comunidades.

A preocupação dessas instituições tem ampliado os estudos voltados para um desenvolvimento conservacionista e sustentável, que possa congrega os interesses do setor turístico e das populações inseridas em comunidades onde existam ofertas turísticas. (JR.; BARRETO. 2002, p:176)

Tal entendimento nos leva a compreensão de que o turismo é movido por um ciclo motivador da transformação do ser humano, como alerta a teoria defendida por Krippendorf (2000), onde o turismo tem a capacidade de contribuir com a formação de uma sociedade melhor e mais igualitária, com a ressalva de que não se pode ter uma fórmula predefinida, e sim tendências atualmente seguidas por operadores do turismo. (KRIPPENDORF, 2000).

Com o adensamento do turismo de massa e a perspectiva do turismo enquanto atividade industrializada há uma transformação no perfil da sociedade, no modo de vida que se nutre das viagens de lazer com a perspectiva de amenizar e valorizar o meio ambiente e demais regiões, que até então, não são vistas como áreas para desenvolver o turismo habitual.

Portanto, outros elementos primordiais para o conjunto e harmonizar o sistema globalizado podem também indicar o que motiva o ato do deslocamento, e assim provocar alterações na dinâmica social do ser humano, que contraria as questões habituais vivenciadas pelo mesmo.

É preciso, pois, que a economia se descentralize novamente; que o sistema de valores do homem e da sociedade volte acentuar mais o "ser" do que o "ter"; que se considere o fato de que os recursos naturais não são

inesgotáveis, em vez de explora-los a todo custo, que a política de estado volte a ser mais federalista que centralizadora [...] (KRIPPENDORF, 2000, p: 33. 34).

Portanto, esse novo modelo de turismo tem sido uma das principais opções para o aproveitamento dos ecossistemas e das tradições locais ainda mantidos pelas populações tradicionais, a exemplo das comunidades quilombolas. De tal modo, que nos últimos anos vêm surgindo discussões a respeito da conservação dos recursos naturais e culturais, com o compromisso de apoiar as comunidades receptoras e os atores sociais envolvidos em todas as etapas do processo de desenvolvimento da atividade do turismo na localidade.

Assim, Krippendorf (2000) defende que o TBC passa a ser um elemento de integração dos povos que conseguem estabelecer um diálogo independente de raça, língua, religião ou orientação política no sentido de aumentar a capacidade de destinação e contribuir de forma positiva no que diz respeito à sustentabilidade da comunidade local, bem como no equilíbrio social e ambiental existentes. (KRIPPENDORF, 2000)

Capaz de contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, o TBC surge a partir da necessidade da comunidade de conhecer suas atribuições e como as relações com o visitante podem influenciar tanto de forma positiva quanto de forma negativa.

A apropriação e entendimento do que é ser quilombola nos remete à como o espaço territorial engloba os modos, fazeres e saberes próprios dessas comunidades. O espaço resulta, em muitos casos, na captação do imaginário coletivo na tentativa de resposta. Por outro lado, o espaço criado é reforçado pela mídia que gera e que alimenta o imaginário do visitante. (RODRIGUES, 2001).

Tais esforços culminam nas diferentes formas de manter e criar os valores sociais, culturais e econômicos, evidenciadas no modo de relacionar a luta pela garantia do território e a autonomia da comunidade, conectada a partir da identidade, por meio da memória social e coletiva.

Para Candau (2011), significa dizer que a existência da identidade sociocultural é a mesma que vem mediante a apropriação do espaço, em um constante processo de transformação desse espaço. A geografia espacial defini um produto social com o que é abstraído da sociedade, tornando-se um espaço produtivo com relações econômicas introduzidas pelo capitalismo. Tal afirmativa pode ser corroborada pelo pensamento de Milton Santos.

Santos(2009), define que historicamente as relações sociais se transformam em dinâmicas de causa e efeito, assim o espaço reproduz a totalidade social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas.

Assim, o espaço reproduz-se no interior da totalidade, quando evolui o modo de produção a partir de seus sucessivos momentos de influência na evolução e também em outras estruturas até se tornar componente fundamental da totalidade social das populações locais.

Daí, o turismo contribui no processo de desenvolvimento dessas comunidades, elemento em construção que o sentido de promover ações de integração é capazes de produzir instrumentos de exclusão, como também, de inclusão social.

Considera-se que o turismo por si só já é capaz de introduz arranjos culturais que propõem novos sistemas e simbologias baseados em conceitos que substituem e permitem ressignificações dos costumes no espaço territorial.

Por sua vez, a comunidade reflete na utilização do espaço enquanto fator primordial para o desenvolvimento do turismo e na forma de pensar o lugar, a preservação dos costumes, na relação com o meio ambiente, bem como na ressignificação da identidade sociocultural da comunidade. Como o espaço também se tornou um produto no mercado é a sua raridade que une os homens [...]. A unidade dos homens pelo espaço é, pois, uma falsa unidade, a unidade externa da atividade de todos (SANTOS, 2009, p: 34).

Neste sentido, entende-se que o espaço territorial é extremamente importante para a definição do que se tem, do que se quer, e como se quer fazer o turismo incluindo que reflita as especificidades para além das necessidades estruturantes, mas que garanta o conjunto de peculiaridades que compõem as comunidades quilombolas.

Nessa perspectiva, a luta por visibilidade e reconhecimento da atividade do turismo versa através de recursos favoráveis a um desenvolvimento social e justo, considera que as peculiaridades, que compõem o conjunto de saberes, e os conhecimentos tradicionais mantidos como elementos importantes da identidade étnica das comunidades quilombolas, são essenciais para sua apropriação.

Por isso, reconhecer as especificidades estabelecidas diante da percepção do indivíduo enquanto parte de uma sociedade a partir de uma definição constituída, é fortalecer etnicamente a identidade social e cultural das comunidades, que disputam politicamente o enfrentamento no campo teórico e prático.

Nessa perspectiva, defende-se que a relação estabelecida entre as comunidades quilombolas e o TBC confrontam-se com o moderno mundo globalizados.



Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mas as identidades se tornam desvinculadas, desalojadas, de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem “flutuar livremente”. (HALL, 2006, p:75)

A memória e a exposição das riquezas culturais são colocadas de forma que haja uma interação do contemporâneo com o tradicional, que possa mostrar ao visitante o que é o quilombo através do contexto histórico e cultural, bem como quais as evidências práticas de uso comum dos recursos naturais e as relações sociais intimamente ligadas ao conceito de quilombo.

Dessa forma o turismo mantido e cultivado como parte essencial que transmite a importância da territorialidade, pode ao mesmo tempo ser tratado como um atrativo ou produto dentro de limitações determinadas a partir dos espaços sagrados a serem preservados pela comunidade.

Assim, as áreas de proteção dos saberes, que durante séculos são de domínio da comunidade, a qual cabe à a responsabilidade de preservar, lhes deixam em posições que os mantêm ligados a identidade quilombola, no qual possibilita o acesso aos direitos e a preservação do patrimônio cultural.

O TBC vem no sentido de contribuir com a compreensão da identidade quilombola a partir da perspectiva do desenvolvimento local que vislumbra a atividade como um fato promissor para o fortalecimento e continuidade das manifestações sociais, culturais além da relação com a produção de forma sustentável.

Entende-se que o processo de desenvolvimento do TBC poderá considerar a diversidade sistêmica nas comunidades quilombolas a partir da produção de ideias, da concepção e da criação intelectual, da produção e prática de ações referentes à atividade do TBC no quilombo.

É nessa perspectiva que a identidade é construída socialmente e acaba por dispor as escolhas políticas dos grupos étnicos. Para tanto, é preciso garantir o desenvolvimento do TBC através da autoafirmação da identidade, na qual se faz necessário a compreensão do lugar de fala do sujeito delimitado pela espacialidade territorial a partir da dimensão social e política, assim promover ações que serão desenvolvidas pelo turismo num amplo processo de apropriação comunitária.

Assim, a atividade do TBC se propõem a desempenhar uma ação que venha influenciar de forma positiva na vivência da comunidade, também que tenha a capacidade de contribuir e identificar fraquezas operacionais cabíveis de reflexão, no sentido de assegurar a integração de ações e de possibilitar o diálogo entre o desenvolvimento local e a inclusão social das comunidades quilombolas, apontando para a preservação das práticas sociais endógenas, bem como, considerando as praticas sociais, culturais e produtivas das comunidades quilombolas.

Precisamos harmonizar o desenvolvimento turístico com a vivência da comunidade, o que implica, antes de qualquer movimentação, o interesse pelos modos e fazeres diferentes daqueles impostos pelo mundo globalizado.

Diante disso, o TBC pode se constituir através do conjunto de bens e serviços públicos que favoreçam o desenvolvimento das comunidades quilombolas. Deste modo, deve-se considerar a inclusão social e as políticas disponíveis para essas comunidades, bem como priorizar o processo de planejamento e gestão do turismo nas etapas iniciais, bem como a participação social e a execução das ações de desenvolvimento local.

O TBC torna-se uma importante ação capaz de contribuir para o desenvolvimento local, onde a troca de conhecimento é estabelecida através de normas de uso do espaço territorial, exposto na forma de apresentar a comunidade como um produto turístico.

O TBC desenvolvido nas comunidades quilombolas tem o desafio de trabalhar questões relacionadas ao planejamento, às relações sociais, culturais, e econômicas que se estabelecem a partir da criação de elementos que venham fortalecer em primeiro lugar a organização social da comunidade e na sequência a atividade do turismo de forma sustentável.

Assim, garantir que a comunidade promova o desenvolvimento harmonioso e equilibrado entre as partes envolvidas no processo de organização social e participativa no desenvolvimento das atividades.

É com esse entendimento que buscamos, a partir da definição do que é o Turismo de Base Comunitária, refletir sobre os padrões estabelecido na atividade de Turismo convencional, que muitas vezes não considera as especificidades das comunidades que possuem padrões tradicionais de autoridade já estabelecidas e que se chocam com os princípios da gestão participativa.

### **2.3 Políticas públicas de turismo e o Plano Nacional do Turismo 2013-2016**

As políticas públicas de desenvolvimento do turismo no Brasil, vem sendo pautadas ao longo do século XX. Devido ao reconhecimento da atividade do turismo na economia do país, houve a necessidade de constituir um conjunto de ações que objetivassem a atividade do turismo como elo de crescimento da economia. De um modo geral, a política de turismo é constituída do conjunto de objetivos, diretrizes, regulamentações e estratégias estabelecidas e/ou deliberadas, no âmbito do poder público. (SILVA, 2013).

De acordo com o Decreto-lei 60224 de 16 de fevereiro de 1967, art. 1º “Compreende-se como Política Nacional de Turismo, o conjunto de Diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”.

Somente no final da década de 30 é que houve a criação do primeiro órgão da administração pública federal que garantiu oficialmente o turismo enquanto ação a ser desenvolvida como política pública, viável pelo Decreto Lei nº 1915, de 27 de dezembro de 1939, no qual criou-se a Divisão de Turismo, instituída como setor do então Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente ligado a Presidência da República. (CRUZ, 2000).

Teoricamente o Decreto-Lei 1915/39 tem a função de desenvolver os serviços de turismo prestados para além das agências de viagens e venda de passagens; o texto se refere ainda ao universo de atuação do Estado em outras instâncias da administração pública, que na época tinham assuntos relativos à atividade do turismo.

Segundo Cruz (2000), o turismo esteve sob a responsabilidade de vários outros órgãos da Administração Pública: Departamento de Nacional de Informações, do Ministério da Justiça e Negocio interiores (1946-46); Departamento Nacional de Imigrantes, posterior ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1946-58), Ministério do Trabalho Indústria e Comercio (MTIC); Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), subordinada diretamente a Presidência da República (1958-1962) concomitante a esse período 1961-62- à atuação da Divisão de Turismo e Certames, do Departamento Nacional de Comercio, do Ministério da Indústria e do Comercio (1961-66). (CRUZ, 2000)

Conforme estudo realizado entre os anos de 1966 até os anos de 1990 (CRUZ, 2000), o turismo foi uma política sem tantas prioridades. Mesmo estando sob a subordinação de um único órgão, com a criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) por meio do Decreto-lei nº 55 de novembro de 1966, definiu-se a variação de departamentos até a reforma administrativa instituída no governo

Collor de Mello (1990-92), período em que o Ministério da Indústria e do Comércio foi instinto.

Assim, o departamento que atendia as demandas do turismo passa a integrar a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) até a criação do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo em 1992. Segundo Cruz (2000), a fraqueza política do setor, traduzida na inconstância dos organismos oficiais encarregados da gestão da atividade do turismo.

Tido como o setor menos importante dentro do conjunto das atividades produtivas desenvolvidas no país o turismo era possivelmente transferido de um para outro órgão da administração pública, devido à atuação de grupos ligados à atividade, e à sua respectiva articulação com as diversas esferas do poder público (CRUZ, 2000, p: 45).

Em consequência disso, alguns governos criaram os primeiros organismos que timidamente atuavam na política de turismo, sem que houvesse maior definição das atribuições dessa política. Com a criação da COMBRATUR, subordinada a Presidência da República, são definidas diretrizes de atuação do turismo. Assim busca estabelecer o Decreto 44.863 de 1958. Tais diretrizes, ainda que limitadas, iniciam as primeiras linhas de construção da política nacional de turismo no país, pautadas nas atribuições abaixo relacionadas:

Segundo (CRUZ, 2000, p:42).

- a) *A coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo íntimo e ao fluxo do estrangeiro;*
- b) *O estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas;*
- c) *A simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagens;*
- d) *A promoção e estímulo, por todos os meios a seus alcance, dos planos e equipamentos turísticos, com especialidade aos que se referem à construção e à remodelação de hotéis;*
- e) *A criação de serviços e instalação que ampliem e completem as zonas turísticas;*
- f) *A realização, com a colaboração dos estados e municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística. (Decreto 44.863/58).*

Muito se criou com o intuito de aprimorar a Política Nacional do Turismo (PNT) (leis, decretos, órgãos departamentos) sem que houvesse o aprimoramento conceitual da atividade do turismo. Equívocos foram cometidos no decorrer dessa construção que vislumbra o crescimento do turismo enquanto indústria a partir da crescente valorização da economia.

Por muitos anos o turismo foi tratado como um setor da indústria, tanto é verdade que ao criar o Ministério da Indústria e do Comércio foi incorporado também o turismo, onde passou a receber incentivo equivalentes destinados ao setor industrial.

Em 1991, sob a lei 8181 a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), criada sob o regime jurídico de empresa pública e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), é transformada em autarquia e sob a sua responsabilidade está à função de formular, coordenar, criar e executar a política nacional de turismo.

Cabe ainda como atribuição da EMBRATUR o papel de “propor ao governo federal normas e medidas à execução da Política Nacional do Turismo e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas”. (CRUZ, 2000, p.52)

A lei nº 8181 de 28 de março de 1991 estabelece ainda as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Turismo, o mesmo previa a criação de polos turísticos integrados em novas áreas de atuação.

Deflagra-se ao poder público federal o desafio de promover o turismo e a execução das políticas públicas. O Plantur nunca saiu do papel, pois o mesmo foi criado num período de grande instabilidade política e necessitaria da criação de um instrumento de efetivação da política de turismo, que só veio acontecer em 1996. (DIAS, 2003)

A recente valorização do turismo no Brasil, traduzida na implementação da PNT para o período de 1996-99, é resultado de fatores como a crescente importância econômica que a atividade veio adquirindo no mundo, traduzido na sua ascendente participação na composição do PIB mundial; a necessidade de diversificação das atividades produtivas nacionais, como forma de geração de divisas e empregos; e a difusão de certo senso comum no que se refere às “potencialidades naturais turísticas” do território nacional, principalmente em se considerando o binômio sol-praia e ecossistemas como Amazônia e Pantanal. (CRUZ, 2000, p: 62).

Assim, a partir do reordenamento espacial do turismo através do Política Nacional do Turismo foram traçados objetivos que contemplassem algumas especificidades como a escala global e a expansão territorial que objetiva a Política Nacional.

Para (CRUZ, 2000, p: 63).

- a) *A ordenação das ações do Setor Público orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social;*
- b) *A definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais;*
- c) *A orientação referencial para o setor privado.*

De acordo com Cruz (2000), o PNT é orientado através de quatro macrorregiões a partir dos objetivos no sentido de ordenar as ações distribuídas nas demais instâncias públicas, que considera a ampla execução das ações de desenvolvimento do turismo no fim da década de 90.

- a) *“ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre o governo e a iniciativa privada”.*
- b) *“Qualificação profissional dos recursos humanos envolvidos no setor”*
- c) *“A descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização de atividades para o setor privado”*
- d) *“A implantação de infraestrutura básica e infraestruturas turísticas adequadas às potencialidades regionais”* (CRUZ, 2000).

Programas foram criados no sentido de cumprir com os objetivos estabelecidos a partir da criação da Política Nacional do Turismo (PNT), com destaque para o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR); Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); Programa Nacional de Ecoturismo (PROECOTUR); Programa de Formação Profissional do Setor Turístico (PFSTUR) e o Plano Anual de Publicidade e Promoção (PAPP).

A fim de promover as ações de desenvolvimento do turismo, fortalecer a ideia da Política Nacional como algo que merecia prioridade, no sentido de garantir a preconização e descentralização do turismo nas instâncias públicas.

Assim garantir a adequação das políticas públicas, no campo jurídico criando elementos de incentivo à atividade do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, que compreendia as três dimensões do Estado: Federal, Estadual e Municipal.

Em 2003, cria-se o Ministério do Turismo. Em consonância com o programa político da ocasião, inicia-se a elaboração do Plano Nacional de Turismo, com o objetivo central de promover o desenvolvimento sócio econômico e a melhoria de vida da população local (RAMOS, 2010).

Sob a Lei Federal de nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, dispõe-se a Política Nacional de Turismo (PNT) e determina as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e o estímulo ao setor turístico, a fim de definir a Política Nacional do Turismo (PNT) a partir do conjunto de normas voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, é considerada um instrumento inoperante aos olhos dos operadores do turismo ao que se propõem em seus artigos e ao que é desenvolvido na prática.

Segundo Joandre Antonio Ferraz (2012), houve uma regressão na tentativa de instituir o marco regulatório mais moderno sobre o planejamento e o fomento-econômico-turísticos, visto que confere maior importância à função fiscalizadora do poder público sobre o mercado. (FERRAZ, 2012)

Diante da concepção de desenvolver o turismo como um instrumento de inclusão, projeta-se trabalhar com base na concepção do turismo sustentável. No qual envolve, portanto, a diversidade de órgãos que vão além do Ministério do Turismo (MTur), bem como, a outros setores públicos e privados que visam a gestão eficiente dessa atividade.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), roteiros do Brasil, tem como princípio básico trabalhar a participação das comunidades envolvidas, desafiando assim outras dimensões reais da sustentabilidade, conforme demanda do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS).

O programa de Regionalização do Turismo constitui um modelo de gestão descentralizada de políticas públicas que assimila noção de território como espaço de lugar de interação do homem com o ambiente, lugar de confluência entre oferta e demanda, dando origem a diversas maneiras de se relacionar com a natureza, cultura e os recursos. O conceito de programa incorpora, também, o ordenamento dos arranjos produtivos e a cooperação e integração dos setores gerando produtos e serviços diversos, para atender as necessidades, desejos e idiosincrasias da demanda. (ANSARAB, 2010, p:79).

O Ministério do Turismo (MTur), por meio da elaboração do Plano Nacional se propõe a criar estratégias regionalizadas de desenvolvimento do turismo. Com o tema “*Uma Viagem de Inclusão*”, traça iniciativas de sensibilização e organização junto aos gestores do turismo, bem como, à sociedade civil organizada.

Assim ao descrever a história de resistência da Política Pública de Turismo em meio as instâncias de governo e a não priorização do turismo, enquanto atividade que venham contribuir com a inclusão social do país. Entendemos que é desafiador a criação de divisões por parte do Estado que considera o turismo como um setor de grande relevância social e econômica para as comunidades quilombolas, e necessitam da implementação da política pública para o desenvolvimento do turismo em seus territórios.

Neste sentido, a busca do lugar do TBC nos instrumentos de execução da política de turismo ainda é um desafio, tanto para quem busca na teoria definir a especificidade do TBC como também para nas comunidades locais que buscam sua definição a partir da vivência e da prática do turismo em casos de comum acordo, em outros por força da ação que ocupa o lugar de forma contrária aos princípios da comunidade.

O Plano Nacional do Turismo 2013-2016, nos trás uma outra forma de perceber e projetar a atividade do turismo é a perspectiva do governo, mediante o Ministério do Turismo, onde a construção do documento aborda a situação do turismo nacional e as estratégias adotadas para o fomento do turismo no País.

Com o tema “*O turismo fazendo muito mais pelo Brasil*”, o PNT embarca numa visão econômica onde o foco principal no decorrer dos três anos são os grandes eventos esportistas, Copa 2014 e Olimpíadas 2016. O mesmo aborda que, através dos aspectos oriundos da atividade econômica há geração de benefícios sociais, e por consequência, crescimento e desenvolvimento socioeconômicos de âmbito nacional. (BRANDÃO, 2014, p: 09).

Portanto, antes mesmo de adentrarmos no PNT, precisamos entender a importância da implantação de uma política de turismo, e mais ainda a construção de uma política de turismo como estratégias de incidência para o desenvolvimento do turismo nas comunidades quilombolas.

Assim como qualquer outra política pública, é um desafio para o turismo ter a garantia na formalização dos documentos constituídos, a exemplo dos Planos Nacionais de Turismo, com suas metas, objetivos e ações. Desse modo, entendemos que o turismo necessite da política pública de forma articulada e executada a partir dos aspectos operacionais das ações interrelacionadas.

O turismo deve integrar políticas públicas e ações privadas, contribuindo sempre para o equilíbrio do desenvolvimento sustentável. Ele deve aperfeiçoar a situação econômica nas áreas de estrutura fraca e, igualdade, concorrer para o bem estar da população local, reduzindo o desemprego e a pobreza. Assim, a adaptação para a mudança inclui, também, a reciclagem dos recursos naturais e culturais (BENI, 2012, p: xxxiii).

Deste modo, a compreensão que teremos a partir da diversidade e dos ensinamentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas, é sem dúvida um grande desafio, o Estado por sua vez é o sujeito no ato de “*ordenar, proibir*”, em outras vezes o estado é o objeto onde ocorre a realização das ações, as conquistas, manutenção, a defesa, a aplicação...

Portanto, o Estado é com frequência desafiada a subsidiar e equacionar a relação através das políticas públicas diante do planejar, do criar estratégia de atuação, do fomentar ações específica e do investir em demandas que viabilize o desenvolvimento local sustentável.

Em outras palavras Reinaldo Dias (2003, p: 1212) definiu a política pública como:



O conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

Outros autores, a exemplo de Hall, definem que a política pública é algo facultativo e cabe ao governo “fazer ou não”. (HALL, 2001).

Em outro momento se ganha um novo entendimento do que é a política pública de turismo, no sentido da conceituação, com mais detalhes e mais atenção ao entorno sem deixar de lado os princípios do turismo enquanto atividade em um constante processo evolutivo. (apud. GOELDNER, RITCHIE e MCINTOSH, 2002)

É o conjunto de regulamentações, regras diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de qual destinação. (DIAS, 2003, p:121-122).

Diante da abrangência e da complexidade das políticas públicas cabe ao Estado definir ações, na qual as decisões refletem diretamente nas esferas de atuação e no processo de setorização das políticas. Além disso, pode-se dizer que, o processo de planejamento social é algo abstrato, mas também que ocorre sobre a cadeia de interações entre agentes, dirigentes, instituições, e outros atores que indiretamente são envolvidos no processo.

Embora a política pública de turismo seja de certa forma, algo ainda em processo de definição, é louvável que já se tenha funções norteadoras e pontos orientadores de destinação, de acordo com os mesmo atores que definem a política de turismo com maior precisão.

Segundo a concepção brasileira de desenvolvimento turístico, cabe ao Estado, por meio dos três níveis de governo, organizar as condições gerais para a recepção dos visitantes nos espaços designados para o turismo, através do provimento de uma infraestrutura de base, de incentivos para o estabelecimento de uma superestrutura turística, além da constituição de uma estrutura jurídico administrativa capaz de não apenas adequar a localidade às políticas nacionais para o setor, mas também de elaborar políticas para o desenvolvimento do turismo na região, contemplando as particularidades e interesses locais. (SILVA, 2013, p: 51).

Portanto, a partir da formulação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, percebe-se que outros elementos vêm se consolidando, onde o foco principal deixa de ser a inclusão social por meio da participação, no ato de construir a política de turismo, e passa a ser a realização dos grandes eventos previstos 2014 e 2016 que ocorrerão em território nacional.

Porém, acredita-se que com o crescimento do turismo no mundo, assim como a ascensão das famílias brasileiras, no qual consolida-se uma importante fonte de geração de emprego e renda. Que considera o diagnóstico do setor que tem como referência as diretrizes para a construção do PNT 2013- 2016, o governo trabalha a partir de quatro objetivos que norteiam a elaboração, execução e monitoramento das ações na perspectiva de elevar as divisas do turismo e alcançar à categoria do turismo internacional de acordo com suas prioridades.

Para o Ministério do Turismo o PNT 2013 - 2016 a distribuição de acordo com os objetivos estratégicos perpassa pelo sentido de: a) Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos; b) Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; c) Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; d) Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Entende-se que é necessária a inserção de um seguimento ainda muito tímido a exemplo do turismo de base comunitária, na política de desenvolvimento do turismo, por meio dos Planos Nacionais que hora tem uma perspectiva para além do local que desatrela a ideia de sustentabilidade como o elo de projeção para o futuro e a integração do local com a política de turismo para o externo.

Considera-se o modelo de desenvolvimento do turismo de inclusão, abordado no PNT 2007-2010, é importante elencar que o desenvolvimento local tem como característica determinante o desenvolvimento endógeno, assim ao converter-se num papel de competidor há necessidade de adequar-se às necessidades de consumo de países desenvolvidos.

Desse modo, ao considerar as múltiplas fontes de desigualdade na construção das políticas públicas, é que a elaboração do Plano Nacional de Turismo apresenta como tema “*o turismo fazendo muito mais pelo Brasil*”, mas que precisa entender para dentro do plano as especificidades existentes no Brasil, local que pensa o global, mas que precisa ser refletido para o local.

É nesse contexto que além dos objetivos metas e ações estabelecidas no Plano Nacional de Turismo (PNT) é necessário refletir sobre os mais diversos modelos de turismo que se desenvolve sem nenhum ,tipo de atenção proposta na política pública até então estabelecida pelo Estado brasileiro, como ação concreta de desenvolvimento do Turismo.

Dessa forma, entende-se a necessidade da construção do diálogo entre as políticas públicas de turismo e as políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, público dessa pesquisa que devem ser vistas como ato de inclusão social para essa população.

Diante disso, a busca pelo lugar do turismo a partir das políticas públicas de desenvolvimento é uma ferramenta de grande importância para o fortalecimento de comunidades quilombolas, que veem atualmente no turismo uma fonte de melhoria da qualidade de vida em seus territórios.

Apresentaremos no capítulo a seguir a experiência do Turismo na comunidade quilombola que descobriu no turismo outra alternativa de geração de renda, através do acesso às políticas públicas do Programa Brasil Quilombola (PBQ), que inseriu 95% da comunidade no desenvolvimento do turismo e ainda criou um fundo de renda participativo, além de fortalecer e resgatar a identidade étnica das comunidades.

### **3. A EXPERIÊNCIA DE TBC NOS QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA**

No primeiro e segundo capítulos, abordamos, a partir do contexto histórico, a formação social e as políticas públicas específicas para o público quilombola; a criação do PBQ e suas ferramentas de gestão; as políticas públicas de turismo, bem como, o desenvolvimento do Plano Nacional do turismo e o lugar do TBC, a partir do conceito e dos instrumentos vigentes.

No presente, buscarei responder especificamente ao problema norteador dessa pesquisa: É possível o turismo ter um lugar no Programa Brasil Quilombola (PBQ), a partir da perspectiva da inclusão social? Qual a importância do diálogo entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Ministério do Turismo (MTur)? Qual a necessidade de dialogar sobre a transversalidade existente entre o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e as políticas de desenvolvimento do turismo?

A partir da experiência de Turismo de Base Comunitária desenvolvido pela comunidade Quilombola de Ivaporunduva - Vale do Ribeira em Eldorado - SP, apresentaremos a perspectiva do TBC, a partir da apropriação da comunidade sobre a atividade do turismo. Também, como o acesso às políticas públicas viabilizadas a partir do PBQ que possibilitou o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

#### **3.1 Contexto Histórico do Vale do Ribeira**

Situada no litoral sul do estado de São Paulo e a oeste do estado do Paraná, a região do Vale do Ribeira é composta por 23 municípios. Sua área abrange 25.000 mil km<sup>2</sup>, e está distribuída em sub-regiões a partir da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, denominadas Baixo, Médio e Alto Ribeira, que compreendem desde a zona costeira, onde se

localiza o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida até a região da Serra de Paranapiacaba. (VER APÊNDECE Q)

Compreende vasta área de Mata atlântica, considerada uma das mais conservadas do País. Dos 7% de área ainda conservada no Brasil, 21% dessa quantia estão na região do Vale do Ribeira. A presença de inúmeros sítios arqueológicos comprova que a ocupação humana é anterior à chegada dos portugueses no século XVI. Essa região era utilizada como rota de passagem pelos ameríndios vindos do planalto para o litoral bem antes das primeiras incursões dos europeus no Brasil. Sabe-se que certas localidades do Vale eram ocupadas pelo povo Guaianá, é uma região que chama atenção dos espeleólogos devido ao grande número de cavernas espalhada na região.

No século XVI os bandeirantes<sup>13</sup> iniciaram suas expedições partindo do litoral sul do Estado para o interior do Vale do Ribeira, levando junto indígenas e negros escravizados. No século seguinte, a região encontrava-se povoada por colonos europeus, os quais mantinham a economia por meio da produção extrativista e agrícola do Brasil Colônia recém-trazidos de diversas regiões da África, e também de índios escravizados de outras regiões do País. (CARRIL, 1995).

Na divisa do estado de São Paulo e Paraná, o Vale do Ribeira confronta-se ao norte e a leste com as bacias dos rios Tietê e Paranapanema e ao Sul com a Bacia do Rio Iguaçu. Estando 2/3 da região situada no estado de São Paulo, foi uma das primeiras regiões a ser povoada no período da colonização pelos portugueses em meados do século XVI. Na época a mineração era a principal atividade desenvolvida na região<sup>14</sup>.

Mesmo sendo uma das regiões do estado de São Paulo com uma das áreas mais preservadas, é também onde concentra-se um dos maiores índices de mortalidade infantil e analfabetismo da região. É um tanto contraditória, quando se busca informações sobre o índice de desenvolvimento humano e demais indicadores sociais da região, depara-se com a diversidade do contraste social ainda bastante visível. (ISA, 2007, p.10).

---

<sup>13</sup> Expedições que saíam do litoral sul do estado para o interior do Vale do Ribeira

<sup>14</sup> Uma das primeiras cidades fundadas foi Iporanga, em 1576 pelos bandeirantes em busca de ouro. No século XVII, em função do ouro encontrado às margens do rio Ribeira de Iguape, no Médio Vale, teve origem a cidade de Xiririca, hoje Eldorado, nome que recebeu em 1948, em homenagem ao ouro que existia na região. Em 1730 surgiu Apiaí, cidade localizada no Alto Vale do Ribeira. Nas primeiras décadas do século XX, cresceram as lavouras de chá e banana, esta última passando a principal produto econômico da região. (Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira, ISA, 2013)

Para Carmo D.J. Hogan (2000), o Vale do Ribeira é uma região que foge dos padrões das demais regiões do estado, e nos põem a pensar sob o contraste social e econômico existente em pleno século XXI naquela área.

O Vale do Ribeira apresenta características bastante singulares, apresentando os mais baixos índices de desenvolvimento do Estado de São Paulo, tendo sua economia baseada principalmente na agricultura (banana e chá), mineração e extrativismo vegetal (palmito). Os parâmetros socioeconômicos e demográficos, tais como mortalidade infantil, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, condições de habitação e níveis de renda e de escolaridade, apresentam todos uma imagem contrastante com o restante do estado. Além disso, o Vale do Ribeira é uma região peculiar por ser uma das áreas menos urbanizadas do estado, com grande parcela da população vivendo em áreas rurais e desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência e extrativistas. (HOGAN, R.L, *et al.*, 2000).

Considera-se relevantes os dados mencionados, pois é necessário entender que as características sociais e econômicas do Vale do Ribeira estão relacionadas ao restante do estado de São Paulo, e que tais informações são superadas pelos grupos ali existentes. No entanto, a imensa área de valor cultural contada pelos mais velhos e vivenciadas pelas gerações mais jovens, tem como responsabilidade preservar além da natureza e seus recursos, a identidade étnica e cultural, bem como a integridade do território.

Com o advento dos projetos de desenvolvimento nas últimas décadas, passou a sofrer com a exploração imobiliária, madeireiras, hidrelétrica e a exploração do turismo. De forma desordenada essas ações entram em conflito com os interesses das comunidades e as políticas ambientais de preservação da flora e da fauna.

A construção das barragens é um dos empreendimentos mais debatidos, seja ela, como hidrelétricas destinadas a fornecer energia, seja como reservatórios para o abastecimento de água, ou seja, como obras de controle de enchentes.

As barragens provocam polêmica entre as populações locais e os ambientalistas, ameaçadas de perderem seus territórios com a inundação das áreas invadidas por projetos de desenvolvimento, as comunidade se juntam na eminência de não serem expulsas de seus territórios.

A partir da crescente ameaça de construção das barragens o Vale do Ribeira é vítima de um histórico processo vicioso de subdesenvolvimento e pobreza, em decorrência da exploração dos seus recursos naturais e da força de trabalho dos negros africanos escravizados. (HOGAN, 2000)

O Vale passa por um crítico dilema entre desenvolvimento e preservação do patrimônio natural, um pesado modelo conservador tradicional onde as forças se organizam

de forma bipolar que enfrentam-se de maneira antagônica, tais como: urbano x rural, desenvolvimento econômico, preservação ambiental, fazendeiros e ambientalistas.

Tais conflitos dão origem a manifestações populares em defesa do território. Assim, organizações sociais coordenadas pela igreja, comunidades quilombolas e ONGs criam o Movimento dos Ameaçados por Barragens em 1989. A partir de então despertou nas demais comunidades da região do Vale do Ribeira a problemática da construção das barragens naquela região.

Diante disso, outros povos que vivem na região também foram sendo envolvidos no processo de mobilização e organização social, a exemplo dos indígenas e caiçaras, além de entidades não governamentais, partidos políticos, congregações religiosas e universidades, todos na luta para que o processo de construção das barragens não avançasse.

O Rio Ribeira do Iguape é o único grande rio do Estado de São Paulo que ainda não é represado. Dessa forma, a crescente onda de urbanização e o problema das enchentes ocorridas no final dos anos 90 deixaram mais de 20 mil desabrigados na região. Em 2011 outra enchente fez centenas de vítimas desabrigadas, (PINTO, 2014)

O vale é também a região do estado que concentra os maiores remanescentes de Mata Atlântica do país, que acabam por despertar a atenção nacional e internacional, desencadeando uma crescente conscientização sobre a importância da conservação desses recursos, uma vez que a Mata Atlântica está hoje reduzida a menos de 5% da sua extensão original.

Um dos biomas mais ameaçados do Planeta, com uma biodiversidade tão rica quanto a da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica é atualmente o objeto de campanhas de preservação, entre elas o Programa "Homem e a Biosfera (MAB)" da UNESCO. Razões históricas que dificultaram o acesso e condições naturais adversas às atividades econômicas garantiram até hoje um relativo isolamento do Vale referente à capital do Estado e a preservação dos seus recursos naturais.

Habitada pelos povos Indígenas Tupi e Guarani, e mais tarde com o advento da mão de obra escrava e a decadência da atividade de mineração, outras áreas foram sendo povoadas pelos negros escravizados formando assim as pequenas comunidades negras rurais, que viam na agricultura de subsistência a sua fonte de sustentação. Mais tarde foram reconhecidas pelo estado brasileiro, na Constituição Federal de 1988, como comunidades quilombolas.

Segundo dados do Instituto de Terra de São Paulo (ITESP), das 28 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no Estado de São Paulo, 23 estão situadas na região do Vale do Ribeira<sup>15</sup>, mais precisamente às margens do Rio Ribeira de Iguape, com população aproximada de 11.500 habitantes. No final da década de 90 a região passou a ser Patrimônio Nacional da Humanidade, segundo a organização das Nações Unidas (UNESCO), onde 50% das áreas passam a ser Unidades de Conservação de Proteção Integral<sup>16</sup> e uso sustentável criadas ao longo do século XX. (ISA, 2013)

A formação dessas comunidades teve origem com a exploração de minérios no século XVII. Com o declínio da exploração da mineração na região, no século XVIII os fazendeiros brancos abandonaram as terras no Vale do Ribeira e os quilombolas retomaram a posse da terra conseguindo manter seus laços históricos e de parentesco com as comunidades vizinhas da região de Eldorado e Iporanga.

Além das relações de parentesco entre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, outros elementos foram identificados no Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira, produzido com o apoio do Instituto Sócio Ambiental e publicado em 2013. O patrimônio cultural foi dividido em categorias de identificação, no qual considera a cultura, a produção, o meio ambiente e os saberes tradicionais associados.(ISA,2013)

Das 16 (dezesesseis) comunidades<sup>17</sup> quilombolas estudadas no inventário foi feito o levantamento dos bens culturais comuns entre essas comunidades, a exemplo das *celebrações, das formas de expressão, ofícios e modos de fazer, lugares e edificações*. (ISA, 2013). Com o reconhecimento das reservas naturais identificou-se além das áreas de recursos naturais preservadas, elementos culturais nas comunidades propícias ao desenvolvimento da atividade do turismo.

---

<sup>15</sup> Comunidades quilombolas reconhecidas situadas no Vale do Ribeira: **Eldorado**- André Lopes, Nhungara\*, Pedro Cubas de Cima, Poço, Sapatu, Ivaporunduva, Pedro Cubas e São Pedro\*; **Itaóca**- Cangume; **Barra do Turvo**- Cedro, Pedra Preta/Paraíso, Reginaldo, Ribeirão Grande/Terra; **Cananeia**- Mandira; **Iporanga**- Nhungara\*, São Pedro\*, Porto Velho, Praia Grande, Maria Rosa, Pedro Cubas e Pilões; **Registro-Peropava**, **Iguape**- Morro Seco, Galvão, (Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira, ISA, 2013).  
\*Comunidades que pertencem a dois municípios.

<sup>16</sup> Região do Alto e Médio Vale do Ribeira (Região Serrana)- Parques Estaduais: Jurupará, Intervalles, Carlos Botelho, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar) e a Estação Ecologia de Xitué, com o Baixo Vale do Ribeira (Planície Sedimentar e Litorânea), onde estão localizados o Mosaico do Jacupiranga e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. (ISA, 2013, p. 15).

<sup>17</sup> Comunidades quilombolas: Aboboral, Bombas, Gangume, Galvão, Ivaporunduva, Mandira, Maria Rosa, Morro Seco, Hnuguara, Pedro Cubas, Pedro Cuba de Cima, Pilões Porto Velho, Praia Grande, São Pedro e Sapatu.

Historicamente a região do Vale do Ribeira é vista como um local de preservação natural e cultural, mesmo diante das limitações das populações tradicionais que sempre acabam sofrendo com as ameaças do desenvolvimento.

O acesso a terra é a maior e mais frequente luta dessas comunidades, que veem na Constituição Federal no artigo 68 (ADCT) a garantia de permanência nas suas áreas e a oportunidades de manter a sustentabilidade de famílias nos moldes tradicionais, mas também ter a garantia do acesso às políticas de desenvolvimento.

Em função das restrições de uso e ocupação do solo advindas da legislação ambiental, principalmente a partir das décadas de 1950 e 1960 até o início da década de 1990, as comunidades quilombolas tiveram que incorporar outras formas de acesso aos recursos naturais locais e à subsistência. Com isso, surgiram novos padrões de ações de sobrevivência entre elas, alterando práticas centenárias, como a extração de produtos na mata e o sistema tradicional de agricultura de corte e queima.

A biodiversidade mantida pelos quilombolas em suas terras contribui para a conservação da Mata Atlântica, formando um dos corredores ecológicos mais importantes de São Paulo, interligando importantes Unidades de Conservação, como o Mosaico de Jacupiranga, o Parque Estadual Intervales e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar).

As demandas e prioridades coletivas sistematizadas no Inventário Cultural do Vale do Ribeira, na forma de matrizes foram divididas nos seguintes temas: Cultura, Lazer e Educação; Atividades Produtivas agrícolas e não-agrícolas; Saúde e Saneamento; Infraestrutura, Moradia, Comunicação e Transporte; e Meio Ambiente e Fundiário. A partir do mapeamento, as comunidades apontam as competências e responsabilidades para que possam alcançar resultados, a elaboração de um cronograma para a execução das metas por eles estabelecidas no mapeamento foi uma das estratégias utilizadas.

Assim surgiu nesse mapeamento outras atividades com potenciais para a geração de renda, a exemplo do artesanato quilombola levantadas pelas comunidades como uma das principais e o desenvolvimento do turismo como uma atividade em processo de crescimento.

### **3.2 Os quilombos do Vale do Ribeira**

As comunidades quilombolas localizadas na região do Vale do Ribeira, tem mais de 300 anos. o quilombo Ivaporunduva deu origem a outras comunidades do entorno a partir do desmembramento de seus troncos familiares. Utilizavam os recursos naturais para a subsistência, às margens do Rio Ribeira do Iguape entre as cidades de Iporanga e Eldorado,



faziam uso da Mata Atlântica de forma sustentável uma características das comunidades quilombolas do Vale Ribeira e dos demais territórios.

Em caráter de resistência à escravidão, desde o início muitos negros agrupados se refugiavam na mata, formando os quilombos. Em terras abandonadas de várias regiões do país, tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas interioranas do Brasil. Após a abolição, muitos ex escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários para sobreviver. (SANTOS e TATTO, 2008, p.10).

Estudos do Ministério Público (MP) confirmam que em meio à subsistência e reprodução as comunidades acumularam um vasto conhecimento tradicional sobre o ecossistema, além das tradições culturais que ainda resistem em algumas comunidades mapeadas através do inventario cultural, publicado em 2013 pelo Instituto Sócio Ambiental.

É na região do Vale do Ribeira que se encontra ainda um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica, onde abriga várias comunidades tradicionais, além de quilombolas, os indígenas, caiçaras e agricultores familiares, que vivem do extrativismo, da agricultura de subsistência, da pesca e do turismo. Assim como outras comunidades quilombolas do País a questão fundiária é um problema comum.

Com a criação das unidades de conservação, os quilombolas buscam novas técnicas de plantio, por motivo de proibição das formas tradicionais de uso do território foram proibidas devido a implantação das Unidades de Conservação.

No início da década de 1980, o governo do Estado de São Paulo investiu em melhorias nas estradas que dão acesso a região, a fim de integra-las ao resto do Estado. As terras se valorizaram, a especulação imobiliária se instalou, que despertou o interesse de latifundiário e empresários de outras regiões, que conseqüentemente agravou conflitos fundiários em diversas áreas do Vale. (ISA, 2013).

A década de oitenta na região do Vale do Ribeira foi marcada por avanços e muitos conflitos. Nesse período, em meio à tentativa do estado de promover a regularização fundiária da posse rural, lotes foram divididos e distribuídos individualmente, que desrespetitou os princípios de uso comum das áreas ocupadas pelos quilombolas, gerando assim conflitos com grupos externos.

Com o advento da melhoria do acesso com o advento de rodovias, a especulação imobiliária é um outro fator de conflitos. Além da implantação de grandes projetos de hidrelétricas construídas ao longo do Rio Ribeira do Iguape, atingindo diversas comunidades que vivem às suas margens. As Unidades de Conservação e áreas ocupadas por fazendeiros

também contribuem para os conflitos fundiários, sendo que as comunidades vivem em constante processo de ameaça e conflitos em seus territórios.

São Paulo foi um dos primeiros estados que criou marcos legais no sentido de garantir a aplicabilidade da CF/88 e dos direitos constituídos.

Em 1996 publicou-se o Decreto 40.723/1996 que institui um Grupo de Trabalho<sup>18</sup>; em seguida o Decreto 41.774/1997 que dispõem sobre o programa de cooperação<sup>19</sup>; ainda em 1997 foi criada a Lei nº 957/1997 que buscou adequar a Legislação Federal<sup>20</sup> regulamentada em fevereiro de 1998 por meio do Decreto 41.839/1998<sup>21</sup>. Esses marcos legais reforçam a possibilidade das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira serem vistas a partir das constantes mobilizações pela regulamentação das terras pelo acesso a outras políticas públicas, a exemplo da melhoria para a produção, melhoria de moradia, luz e saneamento básico.

Mesmo com o processo de regularização fundiária seguindo os princípios do Artigo 68, e as instruções do decreto 4887/2003, as comunidades já tituladas se deparam com outras questões conflituosas. A não finalização do processo de regularização fundiária por parte do Estado dificulta o uso das terras pelas comunidades, que ficam impossibilitadas de avançar no acesso às políticas públicas devido a não garantia da posse total do território.

No geral, as comunidades não conseguem ter a posse total da terra, o passo seguinte após a emissão da posse é a retirada de terceiros das áreas, denominada de “desintrusão<sup>22</sup>”, ou seja, processo que garanti a segurança das comunidades.

Possuem em média 78,25% do território reconhecido, são áreas em estado de conservação, sendo que o mesmo não acontece com as áreas ocupadas por fazendeiros (terceiros), os quais permanecem com intensivas atividades de criação de gado e

---

<sup>18</sup> Objetivo de conferir direitos de propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombolas e definir direitos imediatos, aptos a garantir a plena aplicabilidade dos dispositivos constitucionais em território paulista.

<sup>19</sup> Ação conjunta a ser implementada entre a Procuradoria - Geral do Estado, a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria da Educação e a Secretaria do Governo e Gestão Estratégica, para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado de São Paulo e sua regularização fundiária ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, implantando medidas socioeconômicas, ambientais e culturais

<sup>20</sup> Dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais dos remanescentes das comunidades de quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

<sup>21</sup> Regulamenta o artigo 3º da Lei 9757, de setembro de 1997, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

<sup>22</sup> Desintrusão: A medida que o Estado vai pagando as áreas de terceiros essa terra é devolvida em nome da Associação local que representa a comunidade de forma jurídica, ou seja, a posse da terra é coletiva e de uso comum a todas as famílias quilombolas daquele território.

bananicultura, como se observa em quase toda a área da comunidade de Cangume, Porto Velho e Poça.

A área da regional do vale ocupada pelas comunidades, encontra-se em uma diversidade ambiental que se dá em função das formas de apropriação dos recursos naturais exercida por seus integrantes como: os sistemas de manejo da flora e fauna praticado, a conservação das matas ciliares e das nascentes de água, e as práticas agrícolas desenvolvidas. (SANTOS e TATTO, 2008, p: 27).

Neste sentido a conservação das áreas naturais, e o histórico de luta e resistência das comunidades quilombolas situadas na região atraem turistas com diversos perfis, do estudante pesquisador ao aventureiro.

Assim, o turismo passou a ser também uma ação que vem provocando uma série de questionamentos com relação à utilização dos recursos naturais e os impactos, seja ele de forma positiva ou negativa.

Veremos a seguir o turismo enquanto possibilidade de fortalecimento da identidade quilombolas, na perspectiva da geração de renda e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

### **3.3 O Turismo Étnico no quilombo**

Atualmente, o turismo caracteriza-se como um importante instrumento de dinamização socioeconômica, de comunidades tradicionais, no sentido de melhor representar as especificidades e suas caracterizações comum e coletivas. Apresenta-se sob o viés do fortalecimento cultural e social dos modos, dos fazeres e saberes das comunidades locais.

É com esse entendimento que buscamos a partir de iniciativas positivas do turismo étnico-cultural, evidenciar a importância do fenômeno do turismo na perspectiva do desenvolvimento local e da inclusão social, diante da potencialidade existente a exemplo da troca de experiência.

A comunidade tem ciência que a globalização é um elemento impossível de ser controlado, mas sabe também que é possível a adequação a partir das necessidades básicas da população local.

Portanto, é necessário que o visitante compreenda a comunidade a partir do espaço de institucionalização das relações sociais, do modo de produção e das tradições locais, que mantem o distanciamento, mas ao mesmo tempo aberto às distintas experiências capaz de promover o desenvolvimento da atividade do turismo étnico-cultural.

### **3.3.1 O turismo étnico-cultural como aplicação do Turismo de Base Comunitária**

O patrimônio cultural das comunidades quilombolas definido como testemunho da história de luta e resistência de um grupo social, apresenta-se sob vários matizes tradicionais, que considera aspectos tangíveis e intangíveis que produzem o legado cultural transmitido de geração para geração.

Portanto conhecer as comunidades quilombolas e construir relações a partir da perspectiva e da dimensão social e econômica permite ao visitante vivenciar as experiências do lugar e compartilhar os elementos históricos, significativos e singulares.

O TBC que cresce e se desenvolve ao longo dos anos a partir do protagonismo das comunidades locais, dessa forma outro turismo se consolida e dar espaço às comunidades reconhecidas, onde o “turismo étnico-cultural” cresce a partir da perspectiva do desenvolvimento.

O conceito de “turismo étnico-cultural” se desenvolve de forma significativa nas últimas décadas, é considerado uma modalidade de turismo desenvolvido especificamente pelos “afro americanos”, ou negros estadunidenses, na busca de raízes perdidas na África e nas Américas Negras. (VATIM, 2008)

O processo de proteção do patrimônio cultural e da identidade étnica racial é um fator importante para que a comunidade tenha a apropriação do espaço territorial e da sua história.

As comunidades quilombolas fazem parte das chamadas populações tradicionais que, desenvolvem formas particulares de manejo dos recursos naturais, bem como, a percepção e representação em relação ao mundo natural e cultural marcada pela ideia de harmonia e associação entre ser humano com o meio ambiente.

A identidade étnica de um grupo é o alicerce para a sua forma de organização, para sua relação com os demais grupos em essencial para as relações políticas. É com essa perspectiva que comunidades quilombolas buscam o turismo étnico-cultural como alternativa para a preservação dos recursos naturais e das manifestações culturais, bem como, para melhoria da geração de renda no sentido de garantir a qualidade de vida na comunidade, a partir do que definem como essencial para a sobrevivência.

A etnia passa a tornar-se a base para a construção de trincheiras defensivas, territorializadas em comunidades locais, ou mesmo sobre a forma de gangues na luta por seu próprio espaço. Em meio a comunas culturais e unidades territoriais de autodefesa, as raízes étnicas são distorcidas, divididas, reprocessadas, misturadas, estigmatizadas ou recompensadas de maneiras distintas, de acordo com uma nova lógica de informacionalização/globalização de culturas e economia que produzem

compostos simbólicos a partir de identidades não claramente discerníveis. (CASTELLS, 1999, p: 78).

Neste sentido, cresce o número de comunidades quilombolas que buscam, na atividade do turismo, usar a etnicidade como ferramenta de resistência, quanto à apropriação dos saberes e fazeres populares, das festas e celebrações, da gastronomia, do artesanato, estendendo-se ao patrimônio histórico-arquitetônico.

Portanto, a crescente transformação social advinda do processo de mundialização do capital econômico e cultural, onde o turismo está diretamente relacionado a uma rede global de amplos setores da economia, capaz construir ideologicamente possibilidades de desenvolvimento do turismo alternativo proposto pelas comunidades.

A partir da concepção do turismo étnico cabe à comunidade definir e propor o que de fato vem se afirmando enquanto turismo alternativo frente ao turismo massificado, no qual predomina o consumo desenfreado das culturas locais.

Sob o paradigma da diversidade cultural e da pluriétnicidade, os turistas culturais apresentam-se como grupos de consumidores interessados na vivência cultural, no âmbito das comunidades quilombolas, na naquelas em que predomina a representação do legado histórico herdado ao longo dos processos históricos e sociais reinterpretados no presente sob novos significados.

Algumas comunidades quilombolas no Brasil a exemplo do quilombo Ivaporunduva no estado de São Paulo a partir da Lei 10639/2003 que torna obrigatória a temática da história e cultura da África-Brasileira, passa a desenvolver o turismo étnico, com o objetivo de propiciar experiências educativas que auxiliem no conhecimento do visitante e consequentemente, na conservação das manifestações culturais das comunidades. (COSTA, 2009)

Assim, as escolas entendem que visitas de campo nessas comunidades podem contribuir com a absorção do tema de forma atrativa, onde ambos ganham com a troca, a partir do conhecimento endógeno dessas populações, aprimora-se a formação social do visitante, que por sua vez limita-se aos espaços urbanos e ao ambiente tecnologicamente transformado.

Sem perceber, a atividade turística interfere no modo de vida local e na estrutura da cultura tradicional, efeito este causado pelo fenômeno da globalização. (JR. e BARRETO, 2002). Entretanto a perspectiva do turismo étnico-cultural que a comunidade possa ter propriedade e controle das atividades no seu espaço, e ao mesmo tempo essas atividades não

ultrapasse o limite de envolvimento permitido estabelecido pela coordenação das atividades desenvolvidas.

Portanto, cabe aí o fortalecimento da organização social, no sentido de desenvolver o papel frente às instancias internas criadas para consolidar e validar as redes primárias, os monitores, o artesanato, a produção, a gastronomia, os costumes locais, enfim, a circulação da renda que gera o atendimento imediato e o envolvimento de toda a cadeia produtiva local.

Para Irving e Azevedo (2002), os agentes de desenvolvimento local tem um papel muito importante, são os encarregados de mobilizar recursos e consciência, ao mesmo tempo formar lideranças locais, capazes de pensar o turismo de forma coletiva. Tais agentes devem ser intermediários qualificados entre a administração e a população que trabalha no desenvolvimento qualificativo do tecido sociocultural de um território. (IRVING e AZEVEDO, 2002,p:123).

A busca desses agentes é sempre no sentido de contrapor a atividade do turismo étnico-cultural com o turismo massificado, no qual entende-se que o turismo é um fenômeno com diversas faces, que possibilita a geração de renda, o fortalecimento organizacional das populações locais, bem como, o controle e o descontrole do desenvolvimento, sobretudo, nos lugares propícios à intervenção, e que possuem frágil organicidade.

É com esse entendimento que buscamos nos princípios do Turismo de Base Comunitária o aprofundamento do turismo étnico-cultural como um processo de apropriação das comunidades quilombolas, constituídos por elementos culturais adequados como elo de resistência na contemporaneidade.

Assim, o lugar do turismo que estrategicamente foi construído pela comunidade revela ações inovadoras de colaboração e definição do que é turismo étnico-cultural, pensado e dialogado pela comunidade, e constituído por ações que trazem visibilidade ao turismo étnico-cultural.

### **3.3.2 O conceito definido na vivência: o turismo étnico-cultural na concepção dos moradores de Ivaporunduca**

A comunidade de quilombo do Ivaporunduca, em 1997, foi reconhecida como comunidade quilombola pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Já em 2000 este reconhecimento veio pela Fundação Palmares. Em 2003, a comunidade recebeu do ITESP o título de parte de suas terras. Até o início de 2008, o título não tinha sido registrado em cartório, estando na dependência de medidas a serem tomadas pelo Estado.

Considerada como um símbolo de resistência, Ivaporunduva é a comunidade mais antiga da região do Vale do Ribeira. Em depoimentos, moradores afirmam que a comunidade tem mais de 400 anos e é dos troncos familiares de Ivaporunduva que se originaram outras comunidades como o quilombo de São Pedro, Pilões, Maria Rosa e Nhunguara. (ISA, 2008, p: 93).

Assim, estão ocupadas e divididas as áreas por descendentes dos troncos familiares reconhecidos pelas famílias as quais originaram Ivaporunduva e demais comunidades da região do Vale do Ribeira acima mencionadas: *Furquim, Pupo, Marinho, Pedroso, Meira, Rodrigues*. Contam que os principais sobrenomes dos troncos fundadores das famílias são de histórias de homens, a formação de Ivaporunduva está pautada numa organização patriarcal, e sempre se mantiveram no poder da organização social da comunidade.

Habitada por 110 famílias e com aproximadamente 347 pessoas, Ivaporunduva é uma comunidade quilombola que vive do sistema agro florestal, da produção da banana orgânica e do turismo. Em 1996 com a construção da ponte que liga a rodovia, houve significativos avanços no desenvolvimento local da comunidade, para o escoamento da produção da banana orgânica e pela atividade do turismo o que garantiu o aumento da qualidade de vida de seus moradores.

A comunidade está dividida em cinco espaços geograficamente ocupados por famílias ali existentes: A Vila – onde concentra grande parte das famílias, o posto de saúde, a escola e a sede da associação; a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos; Cortesias - área onde está localizada a pousada, galpão para a confecção do artesanato e a estrada de Córrego Grande, que liga a ponte à vila; Bocó e Reversa - demais áreas de reservas, roçados e moradias Todos esses espaços são de uso comum.

Além das benfeitorias e equipamentos de uso comunitário: A fábrica de beneficiamento de banana (em fase final de construção), o galpão para confecção Comunitária de artesanato de fibra de bananeira, o campo de futebol, o galpão de armazenagem de banana, o telecentro (com acesso à internet e oito computadores), a pousada com estrutura da cozinha industrial, o viveiro de mudas de palmito (*Euterpe edulis*), a casa de beneficiamento das plantas medicinais, dois caminhões, três carros, duas máquinas, as máquinas de costura, duas máquina de pilar arroz, uma motocicleta e uma máquina fotográfica. (AMERICO, 2013, p: 48).

O turismo não era uma atividade bem vista pela comunidade, pois na sua compreensão o turismo só traria problemas e desequilíbrio entre os moradores, não se sentiam a vontade com pessoas estranhas passeando na comunidade. Não se sentiam preparados para enfrentar uma série de questões, a exemplo, o uso de drogas e o descontrole ambiental que provavelmente viriam atrelados ao turista, duas situações preocupantes para os habitantes mais antigos.

A falta de conhecimento sobre o turismo mexia com a comunidade de forma excessiva, discutir nas reuniões da associação não era prioridade, chegou a ser retirada da pauta, pois entendiam que não se deveria discutir a atividade do turismo e muito menos era permitido desenvolver a ação na comunidade. A partir do momento que as pessoas se propuseram a entender o que é o turismo, e discutir coletivamente todas as ações foi possível criar alternativas de desenvolvimento.

Dessa forma, um ponto importante foi à definição do que se quer com o turismo, qual a finalidade e qual tipo de turista a comunidade se propôs a receber? menciona Paulo Pupo Coordenador geral da Associação do quilombo Ivaporunduva.

A atividade do turismo aqui na comunidade é uma atividade que começou há algum tempo aqui na comunidade, um pouco mais de 10 anos e nós entendemos que o atrativo turístico de que as pessoas possam conhecer uma comunidade quilombola ele é muito forte, ele atrai um público alvo muito grande e a comunidade ela começou a se preparar, pra poder... pra poder atender também essa demanda hoje a gente vê que ela é uma atividade muito importante e significativa na comunidade e que as pessoas que pensou um turismo de forma um pouquinho diferente daquele que a gente costumava ver aqui na região algum tempo atrás. *(Paulo Pupo Coordenador Geral da Associação Quilombo Ivaporunduva- 2016).*

O processo de amadurecimento da comunidade se deu num período longo de formação social e política, a garantia do território sempre foi o principal objetivo da luta, quanto ao turismo não se esperava nenhum benefício real e sim problemas sociais e ambientais. Essa visão foi ao longo dos anos desconstruída e a comunidade se apropriando da atividade de forma que os benefícios fossem comuns a toda a comunidade, tanto na distribuição da renda quanto no processo de formação e do fortalecimento da identidade quilombola.

[...] o turismo de forma geral ele é muito delicado, e quando se trata de um turismo dentro de uma comunidade quilombola ele acaba sendo muito complexo também, mas nós aqui no quilombo de Ivaporunduva tomamos muito cuidado, por que pelo menos 10 ou 15 anos antes da gente implantar a atividade turística na comunidade a gente já discutia em todos os ambientes em todas as esferas de participação da comunidade pra gente saber e ter um acúmulo de conhecimento e chegar a conclusão de que modelo de turismo



que a gente gostaria de trabalhar e esse modelo de turismo étnico onde que a gente tá recebendo grupo com agendamento prévio, com reserva, sendo que o público-alvo são estudantes que também lá nas suas unidades escolares já tem um apanhado de informação, já tem informação do destino que ele tá indo conhecer de onde eles vão conhecer isso facilita, pra que a gente trabalhe isso, a história do quilombo [...] (Paulo Pupo- Coordenador Geral da Associação Quilombo Ivaporunduva- 2016).

Contar a história do quilombo pelos quilombolas tem outro sentido na vida de quem ouve e para quem conta. É com essa perspectiva de apropriação da história do quilombo que Ivaporunduva nos trás uma definição do turismo étnico-cultural a partir da sua vivência.

O resgate da cultura, o modo de produção, o uso sustentável da natureza, a culinária típica, são elementos importantes na concepção da comunidade.

[...] você preservar o meio ambiente... você vai ter o verde aí com 90%, hoje por exemplo nós conseguimos descobrir mais de 70 nascentes de água, com essa tomada das áreas de fazendeiros, se reflorestou e as nascentes que secou voltou... Então o turismo você trabalhar na comunidade você não vai ter pessoas que vai desmatar em longa escala, você não vai ter, o palmito juçara ele vai voltar, os pássaros ele vai voltar porque ele semeia as sementes ele vai voltar, as caças vão voltar, e isso já voltou muito nas outras comunidades, acho que o turismo é o foco disso, o resgate de todas essas coisas da natureza[...] (Setembrino da Guia Marinho- liderança da comunidade- 2016).

A preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são preocupações trabalhadas diariamente pela comunidade, pois a consciência ambiental é despertada pelos moradores desde muito cedo, com as mobilizações sociais e a atualização do principal meio de produção, Ivaporunduva busca através das práticas produtivas não impactar o funcionamento do ecossistema, e reestruturar as áreas já impactadas pelo uso de terceiros.

Dessa forma, buscar a sustentabilidade do território ao utilizar o turismo étnico - cultural como uma das ferramentas de desenvolvimento é um desafio. Assim, um dos passos primordiais para garantir a sustentação, além de construir um pensamento ambientalmente sustentável, economicamente viável, é a idealização de um turismo alternativo.

Portanto, o desenvolvimento social e econômico promovido a partir da priorização de ações e do planejamento estratégico que envolve toda a comunidade, por meio do diálogo e da formação, o turismo começa a ser visto como uma ferramenta de inclusão social, geração de renda, apropriação da cultura, fortalecimento institucional, a partir do conceito internalizado e do entendimento da comunidade sobre o turismo étnico-cultural.

### **3.3.3 A experiência no quilombo Ivaporunduva: Aqui deu certo!**

Contam nos registros que a produção agrícola foi a principal atividade da região do Vale do Ribeira, seguida pela exploração do minério ainda no período colonial. Com o fim

do período escravocrata e o fim do ciclo da exploração do minério, os núcleos rurais, em sua grande maioria formada pelos negros escravizados, começaram a se formar, surgindo assim, um novo ciclo na história das comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira, dando espaço ao mercado dos alimentos.

Sempre mantiveram relações sociais e econômicas com os pequenos núcleos urbanos regionais com os grandes proprietários rurais e com as autoridades locais. Mesmo estando em locais com certo isolamento geográfico, nunca viveram descontextualizado da produção agrícola regional, ora atuando como fornecedores de bens alimentícios, ora na qualidade de meeiros, de pequenos produtores ou de empregados de fazendeiros. (ISA, 2008, p:10).

Da década de 1950 para cá houve um significativo abandono das terras, e outras atividades econômicas surgiram, a exemplo do extrativismo do palmito da juçara e também a plantação da banana. Neste período havia no Brasil o crescimento do êxodo rural as famílias saíam do meio rural em busca de melhoria de vida nas grandes cidades.

Sem a garantia da terra, o modo de produção artesanal de uso do território vai enfraquecendo, com a crescente invasão por parte de grileiros, a área da comunidade vai ficando limitada e mais tarde essa situação se agrava com a construção de usinas hidrelétricas, além das comunidades serem constantemente ameaçadas com a perda total de suas terras.

Por concentrar uma área significativa de mata atlântica foram criadas as Unidades de Conservação sem considerar as populações tradicionais ali existentes. Influenciando diretamente no modo de produção e na sobrevivência das famílias, os conflitos ambientais se somaram aos conflitos fundiários, que só foram amenizados com a constituição de 1988, quando a comunidade tomou conhecimento dos seus direitos enquanto comunidades remanescente de quilombo.

Assim o quilombo de Ivaporunduva inicia uma luta pela regulamentação do território como forma de garantir a sustentabilidade da comunidade, preservação da natureza e a identidade sociocultural, mas somente em 1997 é reconhecida oficialmente como comunidade remanescente de quilombo.

Diante de muitos desafios a comunidade quilombola de Ivaporunduva se destaca na luta pela terra e o acesso às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável rural. Com o longo histórico de mobilização social e organização política, através da formação de grupos de trabalho foi possível construir a gestão compartilhada do território.

Coordenados pelos próprios moradores, os grupos de trabalhos avançam no sentido de ampliar a participação social, a formação, a melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias quilombolas. Dessa forma, a construção do planejamento e o acesso às

políticas públicas trouxeram grandes avanços, sendo um deles o fortalecimento da identidade quilombola.

A formação política de lideranças de Ivaporunduva sempre esteve presente na igreja, no partido, no movimento quilombola, no movimento dos atingidos por barragens, etc. O que lhes possibilitou liderar campanhas municipais, elegendo representante na câmara de vereadores, e a conseqüentemente discutir a construção das políticas no âmbito de maior relevância e representatividade.

Diante do acesso às políticas públicas, que lhes garantiu o desenvolvimento da produção da banana orgânica e o beneficiamento de produtos locais, a exemplo do artesanato, a atividade do turismo étnico é sim uma alternativa de geração de renda e inclusão social das famílias quilombolas.

Articulações foram construídas, o desafio naquele momento era pensar o planejamento estratégico da comunidade, pois era entendido que somente com o planejamento, todos poderiam ser estrategicamente envolvidos no processo de desenvolvimento local. (AMERICO, 2013)

A experiência do turismo étnico-cultural de Ivaporunduva nos leva a fazer uma viagem, sob os costumes, modos de produção, saberes e fazeres, da comunidade, conhecer seus limites organizacionais e suas alternativas de sobrevivência, sempre com a perspectiva de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e a tradicionalidade ali existente.

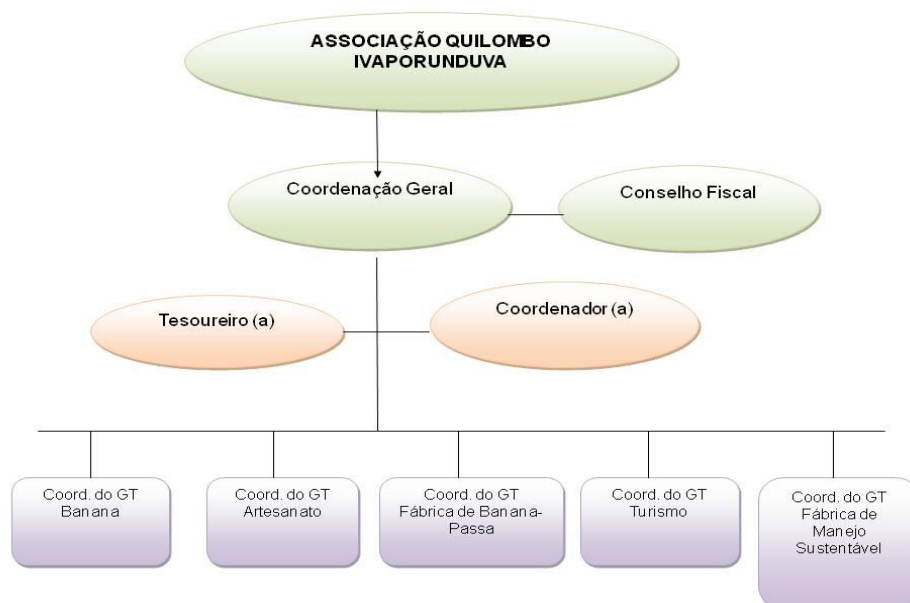
A organização das lideranças locais muitas vezes exige uma etapa prolongada de mobilização. Tal etapa é bastante complexa, uma vez que, frequentemente, diversos conflitos e disputas de valores e interesses são colocados em jogo e interferem na dinâmica social e política. (IRVING e AZEVEDO, 2002,p: 95).

No quilombo de Ivaporunduva a formação de lideranças locais já era um processo constante, a formação era direcionada para questões políticas. A conquista do território e a busca pela melhoria da produção sempre foi um forte motivo para que tivessem atentos aos direitos constituídos. A resistência dessas comunidades continua em diversos espaços, na articulação política junto aos órgãos de governo e aos espaços de mobilização social, onde se dá a formação de novas lideranças e dos moradores perceptível no cotidiano das comunidades.

Com essa finalidade, a Associação Remanescente de Quilombo do Bairro Ivaporunduva, foi institucionalizada em 1994, com o objetivo de receber o registro da terra frente às etapas que antecederam o processo de reconhecimento do território. Atualmente a

associação tem novos objetivos: garantir a formação dos moradores e a organização social a partir da gestão territorial.

**Figura 2:** Organograma da organização da Associação de Ivaporunduva



**Fonte:** Produzido pela autora com base no livro “Banana Organiza no Quilombo Ivaporunduva (ISA/2007).

No sentido de garantir a funcionalidade operacional da comunidade para além dos espaços de construção política, o objetivo da associação consiste agora no desenvolvimento e na sustentabilidade do território. Com a ajuda de assessoria e apoio financeiro de órgãos do governo a comunidade elaborou o primeiro planejamento estratégico, frente às expectativas e possibilidades da comunidade.

“... com a retomada de três fazendas em 1997, começou o planejamento, no sentido de resgatar um pouco aquilo que era nosso que nós, tinha perdido, a roça que a época da ditadura a gente perdeu, né por que nós não era dono da terra, na década de sessenta, setenta, até oitenta, as pessoas faziam roça escondido por tras das cerras por exemplo, por traz das montanhas, entendendo que lá a policia ambiental não ia, era pouco mais quando descobria na certa era um putro de um problema social. Isso nos tivemos de colocar no planejamento, então o resgate da roça, pra isso enfrentamos outro problema, outra coisa, que era fazer o licenciamento ambiental...” (Benedito Alves da Silva-Ditão/monitor ambiental e palestrante-2016).

A partir do planejamento e da criação dos grupos de trabalho, a associação cria força, possibilitando a distribuição dos trabalhos a partir da experiência de cada morador, no qual envolve famílias que não acreditavam no processo de desenvolvimento local, através do uso do território de forma sustentável.

Houve por anos o acompanhamento de assessoria que os auxiliava com a formação e a gestão. Com o conhecimento político de lideranças locais, que os avanços logo foram visualizados, e em 2009 ocorreu a liberação para a construção da ponte que liga a

comunidade à rodovia, melhorando o acesso de Ivaporunduva e outras comunidades que vivem a margem do Rio Ribeira, por meio do qual além da melhoria para o escoamento da produção, viessem também possibilidades de desenvolvimento para a atividade do turismo.

Já com forte mobilização e conhecimento dos direitos, Ivaporunduva busca por meio de investimento público federal acessar políticas públicas no sentido de fortalecer suas atividades produtivas que garantam a sustentabilidade da comunidade.

A melhoria da produção da Banana era um desafio a ser vencido. Sem condições para ampliar a produção por conta da limitação do território e das leis ambientais, o escoamento também era um problema. Comunidade dependeria de atravessadores que por muitos anos se mantiveram a custa dos produtores.

Agregar valor ao produto que até então era vendido *in natura* era uma possibilidade, então a comunidade definiu que adotar a produção orgânica era um caminho a ser percorrido, pois o mercado de produtos orgânicos era um mercado restrito e com muitas exigências por ser um produto mais caro.

O meio para enfrentar essas questões foi o envio ao PDA, no qual seria tratada apenas a questão da banana, mas outras questões importantes para o desenvolvimento sustentável da comunidade. O projeto aprovado permitiu, entre outras coisas, a aquisição do caminhão e a montagem da climatizadora. Outros projetos a construção da fábrica e doce e assessoria e capacitação para a associação e os grupos de trabalhos criados na comunidade. (ISA, 2007,p:18).

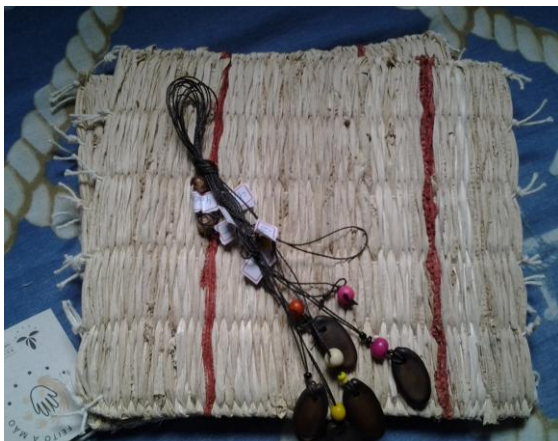
Pensar a sustentabilidade socioambiental é algo comum a todos os moradores do quilombo Ivaporunduva, com a compra de equipamentos e a certificação da banana orgânica, houve melhorias na infra estrutura e novas oportunidades de comercialização foram sendo conquistadas e levantadas pelo GT da Banana, que coordena todo o processo da produção até a comercialização do produto final, com vista atender a todas as exigências do mercado.

Além da produção da banana orgânica, outras fontes de geração de renda são desenvolvidas pela comunidade de forma simultânea e independente, mas ao mesmo tempo são tratadas de forma complementar, a exemplo do palmito da juçara que precisou ser repovoado, pois o mesmo foi um dos elementos da mata atlântica que foi retirado de forma desordenada causando o desequilíbrio ambiental.

O manejo sustentável possibilitou o repovoamento da floresta e extrativismo da polpa como uma das fontes de geração de renda realizada pela comunidade. O artesanato da fibra da banana, por exemplo, valoriza tanto a mão de obra masculina quanto a feminina.

O turismo étnico representa outra atividade relevante na comunidade atualmente considerada pelos moradores como a segunda maior fonte de geração de renda e capaz de envolver 95% da comunidade em todo o processo do desenvolvimento do turismo.

**Figura 3:** Artesanato da fibra da banana



**Fonte:** Francinete P. Cruz (2016)

**Figura 4:** Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos



**Fonte:** Emerson Furquin (Quilombola de Ivaporunduva-2016)

Segundo lideranças locais, o turismo foi considerado pelos mais velhos como algo negativo, que poderia trazer pra comunidades drogas e principalmente tirar a privacidade das famílias, da forma que vinha sendo desenvolvido, pois a comunidade não via que as pessoas que andavam frequentando a comunidade poderiam trazer qualquer tipo de benefício, pois já tinham a agricultura de subsistência e a produção da banana como fonte de renda das comunidades. Para eles o turismo desorganizado e sem controle não cabia no quilombo.

Segue o depoimento do senhor Benedito Alves liderança da comunidade, um dos grandes defensores do turismo étnico-cultural, por eles desenvolvido

“...no inicio o turismo era trabalhado de forma bastante desordenado, bastante desorganizado, deu um balaio de gato, muitas famílias eram contra o turismo, por que as pessoas que vinham aqui, não pagavam nada, não compravam nada, eram alguns professores de Eldorado que trazia, isso, isso gerou... ai fizemos uma placa “*PROIBIDA ENTRADA DE PESSOAS ESTRANHAS*”, deu um bafafã danado, era ali no porto na chegada, quando os caras chegaram que olhavam a placa, “upa!! Que negocio é esse?”. Aí começou aquela confusão em Eldorado na cidade, todo mundo contra nós, dizendo que nós tava proibindo o pessoal,nós não tamo proibindo tamo querendo ordenar... começamos a levar artesanato lá pra Iporanga pro pessoal, comecei a vender e trazia, 200, 250 conto, ôoo dinheiro danado, aí cada um pegava 30, outro pegava 40 conto, cada artesão pegava, eu vendia a peça e marcava no papel... isso foi legal, aí começou a vender começou a crescer, ai começou a vir pra cá, o turismo começou a chegar aqui, só que aí nós trazia, as cozinheiras começou a cozinhar... levava pra casa de um, pra casa de outro, mais aquilo era um choque cultural, ia comer a comida, enchia a barriga comia dois três partos, mas na entrada era um choque cultural, depois que passava duas horas com nós a gente percebia que isso ai acabava,

mais na chegada... (*Benedito Alves da Silva Ditão- Monitor ambiental/palestrante-2016*).

Como o turismo já estava invadindo o espaço da comunidade por atravessadores externos, foi necessário que a comunidade tomasse medidas, a ponto de proibir a entrada de pessoas estranhas no quilombo. A partir daí se inicia o desafio de reordenar o turismo, onde a comunidade se sentisse à vontade com o visitante.

Mas conseqüentemente boa parte da comunidade não se beneficiava, não tinha por que aceitar uma ação que traria desconforto para uns e benefícios para outros. Assim, lideranças locais tentavam discutir, por intermédio da associação, o desenvolvimento da atividade do turismo, mas veio o conhecimento, e esse convencimento foi se dando aos poucos.

“... a comunidade não aceitava o turismo, ela pensava o que tem haver com o turismo, eu não sei o que é turismo, o turismo pode vir é droga pode vir é muitas coisas que a comunidade não ta adaptada para algumas culturas que vai vir, inclusive a comunidade tava certa, mas como a região, a região a gente percebia que a região tinha muito potencial turístico e a questão até da Mata Atlântica até questão do desmatamento, a questão do turismo era favorável na região. Então a comunidade foi discutindo, discutindo, levava pra Assembleia, a assembleia não aceitava, por que aqui tudo é discutido dentro da assembleia. Por exemplo tem a coordenação, mas quem decide todas as coisa é a assembleia, as reuniões acontecem de três em três meses e aí se tiver uma reunião de emergência se faz reunião de emergência, mas no contrario se faz de três em três mês... Ai algumas pessoas levam essa discussão, eu, Zé Rodrigues, Ditão levava em questão do turismo mas a comunidade não aceitava, até saia de pauta pra não discutir mesmo... chegou a sair de pauta pra não discutir o turismo, por que eles não aceitavam, queriam trabalhar a agricultura de subsistência, o turismo era uma coisa que ninguém pode viver. Mas depois, discutindo, discutindo a gente percebeu que o turismo, a gente começou a pensar ele, o que é o turismo? Ai se a gente fosse por exemplo pensar o turismo normal, como existe por ai com outras empresas, pra nós não era favorável, por que ai a gente ia ter que discutir com outras empresas, ai não era favorável pra nós por que nos não tinha pé pra andar, lutar com as grandes empresas, então como você discutir e fazer esse tipo de turismo, ai a gente percebeu que o tal de turismo étnico cultural. Mas o quê que é isso? turismo étnico cultural? Falou um pouco, ai a gente foi amadurecendo, amadurecendo até que, sim ai nós íamos começar a falar nossa história...”  
*Setembrino da Guia Marinho / monitor e liderança local-2016*).

Primeiro conhecer o que é o turismo, suas possibilidades e seus desafios, depois, pensar junto à comunidade se a atividade do turismo é importante e qual seria o tipo de turismo que se gostaria.

Assim, associar o conceito de sustentabilidade ao fortalecimento da identidade do quilombo naquele momento foi algo estratégico como alternativa para o desenvolvimento do

turismo, onde a comunidade pudesse ter o controle da ação que estavam se propondo a desenvolver.

“... Nós optamos pra uma outra forma de turismo, nos temos aqui um leque muito grande que, que abrange várias áreas, nós é, é pensou é no turismo étnico cultural, tá, e é o turismo com a linha pedagógica ela não vai pra linha do ecoturismo, nem do turismo de aventura, então a gente já pensou né, de, de trabalhar com o trabalho pedagógico de formação de pessoas, por que quando você passa a história pra tipo aluno, seja do colegiado, seja aluno da faculdade, você vai tá ajudando a formação daquele individuo, tá?, então assim esse nosso modo de trabalho, ele começou ai a partir da década de noventa timidamente, mas a partir de dois mil e cinco pra cá já começou um trabalho mais profissional, no momento nós não tinha... no caso monitores a comunidade ela não tinha uma visão o quê que era o trabalho de turismo, o que o turismo ia trazer pra comunidade, é ai a gente como já conhecia teve que preparar a comunidade pra passar os pontos positivos do turismo e os pontos negativos...então assim! Nossa função aqui é geração de renda na comunidade...o trabalho do turismo é a segunda maior renda da comunidade, a primeira é a banana orgânica que junto trazem o artesanato, trazem o artesão junto, então assim no caso a cadeia...”(Olavo Pedrosa -*Olavinho Coordenador do Grupo de Turismo e monitor-2016*).

A partir da definição de qual o tipo de turismo gostariam que fosse desenvolvido, a comunidade começou o processo de empoderamento a partir da sua própria história. Com o aumento de visitação de grupos escolares, a comunidade entendeu que o turismo poderia se desenvolver na linha do turismo étnico-cultural, com um viés educativo.

A compreensão que se tem ao definir as motivações e o perfil dos turistas que buscam experiências expressas a partir do contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos, desempenham um importante papel no processo de caracterização e fortalecimento da identidade desse território. (MTUR, 2008)

Nessa perspectiva o turismo tornou-se um dos três pilares da cadeia produtiva na comunidade quilombola de Ivaporunduva, que formalizou uma rede local no qual envolveu mulheres, jovens, homens e os Griôs<sup>23</sup>. Todas as funções que relacionada a produção da banana orgânica o desenvolvimento do turismo e o artesanato, são ocupados por pessoas da

---

<sup>23</sup> A expressão brasileira “Griô” é derivado da palavra francesa “*Griot*”, que na língua dos Bamanan se diz *Dieli*, que significa o sangue que circula. Os Griôs são mestres populares, herdeiros dos saberes e fazeres da tradição oral, responsáveis por passar os costumes e as crenças à sua comunidade. Os Griôs brasileiros são reconhecidos pela sua comunidade através de suas ações. Muitos deles são curandeiros, artistas, líderes religiosos, contadores de histórias, poeta popular, cantadores, tocadores, entre muitos outros. É dentro das comunidades, manifestações populares, quilombos, aldeias, que encontramos os Griôs, como pajés, jongueiros, maracatuzeiros, rabequeiros, artesãos, entre outros. (PRODUÇÃO POPULAR, 2016)  
[http://blog.radardaproducao.com.br/culturas/cultura\\_popular/3811/guardioes-dos-saberes-os-griods/](http://blog.radardaproducao.com.br/culturas/cultura_popular/3811/guardioes-dos-saberes-os-griods/)



própria comunidade que passam pelo processo de formação e revezamento dentro dos cargos e funções ocupados. Essa organização serve tanto para a coordenação da associação como para os grupos de trabalhos da banana, do turismo e do artesanato .

Criado no âmbito da Associação, o GT de turismo tem a responsabilidade de organizar todas as atividades relacionadas ao turismo e à gestão da pousada. Duas pessoas pela comunidade designadas em assembleia geral coordenam as ações que reúnem as equipes de trabalho a partir do sistema de rodízio. Coordenam o agendamento dos grupos, os monitores ambientais, equipe de segurança e definição dos roteiros de acordo com os pacotes negociados.

“... sou uma das coordenadoras nessa gestão do GT de turismo, no caso os moradores no caso pra, trabalhar... o turismo no quilombo de Ivaporunduva se iniciou lá por volta de 1999, com a vinda de uns primeiros alunos que eram da USPs, e ai não tinha casa, não tinha como receber esses alunos, ai nos tinha um barracão, um barracão e que ainda existe, né velhinho já caindo aos pedaços, aí as moradoras faziam a comida e a gente carregava, faziam a comida dentro das casas e a gente carregava pra quele galpão e pra que as pessoas pudessem e ai era tudo muito improvisado, aí não tinha mesa, não tinha talheres em grande quantidade, pegava na casa de moradores na casa de um na casa de outro, era tudo muito assim, a gente não tinha, aí com a conversa com a comunidade houve um interesse né, em trazer o turismo pra comunidade, começou assim com poucas coisa e hoje a gente tem uma sede, uma pousada, um espaço amplo que comporta muitas pessoas...” (*Jeniffer Rocha da Silva/ Coordenadora do GT de turismo-2016*).

Com a criação do GT de turismo e a formação de lideranças locais liberadas com ajuda de custo, a atividade do turismo cresceu com qualidade e de forma integradora. Outro ponto importante com a criação do GT foi à negociação com as agências de turismo. O diálogo foi se qualificando e se tornando uma relação saudável e profissionalizada, estabelecendo acordos de visitação, respeito ao tempo e dos valores que eram pré-estabelecidos.

A definição do público prioritário foi um passo importante, pois o turismo étnico-cultural trabalha com o entendimento de que a comunidade não precisa deixar seus afazeres e suas práticas. O turismo é uma complementação das diversas atividades produtivas desenvolvidas por eles.

Com o aumento dos grupos, a comunidade precisa formar monitores ambientais e realizar uma série de cursos para monitores, que envolve jovens, adultos e os mais velhos, no sentido da valorização da mão de obra local a partir dos conhecimentos tradicionais e o resgate da identidade quilombola ora ameaçados.

Das 110 famílias moradoras de Ivaporunduva, 95% se envolve com a atividade do turismo que se desenvolve a outras atividades, a exemplo do artesanato, a agricultura de subsistência para o consumo interno, o extrativismo sustentável e a produção da banana orgânica para a comercialização.

O Turismo atualmente é considerado pela comunidade a segunda principal fonte de geração de renda. Chega a receber por ano uma média de 5 mil estudantes de escolas públicas e privada, em sua grande maioria originárias da capital do Estado de São Paulo. O turismo começa com um agendamento prévio com a comunidade que organiza o pacote, oferece, além dos passeios internos, outros roteiros em comunidades pertencentes ao Circuito Quilombola.

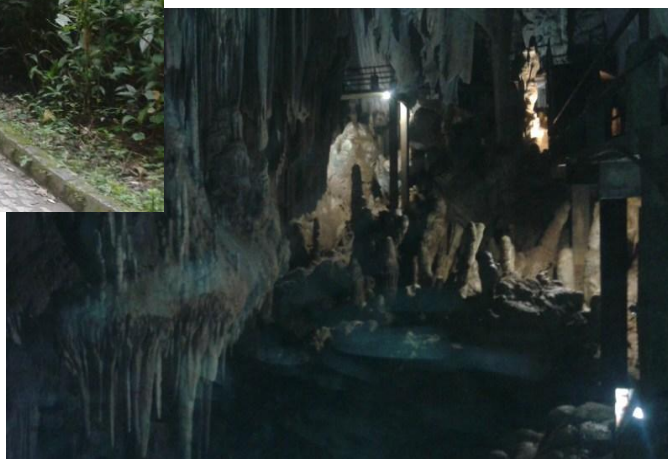
Ainda fazem parte do roteiro oferecido pelas comunidades, visitas ao Parque PETAR, onde em 2009 começou o trabalho de construção dos planos de manejo Espeleológicos, composto por mais de 300 cavernas mapeadas, onde a principal delas é a famosa Caverna do Diabo com 6.500 metros explorados, sendo que só são abertos para visitação apenas 700.

**Figura 5:** Passeio na caverna do Diabo grupo de estudantes de São Paulo



**Fonte:** Francinete P. Cruz (2016)

**Figura 6:** Interior da Caverna do Diabo



**Fonte:** Francinete P.Cruz (2016)

Os atrativos locais iniciam com a história da comunidade por meio da roda de conversa com os Griôs que contam a história do quilombo desde o surgimento até os dias atuais, além de trilhas nas áreas de roça e locais específicos da vila. Existe a festa de Nossa

Senhora do Rosário dos Homens Preto, o tráfico de farinha, as plantas e ervas medicinais, oficinas de confecção de artesanato, patrimônio histórico, trilha do ouro e visitas ao bananal orgânico.

Nessa perspectiva o Turismo étnico-cultural desenvolvido no quilombo de Ivaporunduva, a partir do entendimento comum da comunidade, busca com a implementação de políticas públicas direcionadas para comunidades quilombolas, garantir a viabilidade do desenvolvimento do turismo e a inclusão social das famílias.

É uma possibilidade de desenvolvimento local que promove a inclusão dos atores sociais no processo estimulando o envolvimento da comunidade, potencializando dessa forma o patrimônio natural e cultural. Assim é possível a apropriação da comunidade em meio à melhoria da qualidade de vida e conseqüentemente facilita o atendimento ao visitante, bem como, a maximização dos benefícios estruturantes para a localidade por meio do acesso de políticas públicas.

Com o avanço do turismo Étnico-Cultural no quilombo de Ivaporunduva outras comunidades quilombolas da região sonham com o fortalecimento do turismo a partir da criação do Circuito Quilombola.

É com esse entendimento que buscam através do Programa Brasil Quilombola (PBQ), a viabilidade do acesso às políticas públicas e a gestão participativa das comunidades, no qual o quilombo de Ivaporunduva considera que a experiência deu certo, confirmada por meio de depoimentos de moradores e lideranças diante da satisfação que a comunidade tem referente ao desenvolvimento do turismo étnico-cultural.

### **3.3.4 Circuito Quilombola, como tentativa de desenvolvimento do turismo étnico-cultural: O que deu certo?**

A partir da experiência do turismo étnico-cultural desenvolvido no quilombo Ivaporunduva, outras comunidades da região do Vale do Ribeira que já desenvolvem o turismo, se juntaram e iniciaram a discussão do desenvolvimento do turismo étnico-cultural.

O turismo é uma ação desafiadora, ainda assim quando se discute a perspectiva do turismo alternativo com o viés da sustentabilidade, ou quando se analisa a temática a partir dos impactos que podem vir acontecer, deste modo é importante de pensar a atividade do turismo considera a participação de atores locais.

A começar pelo saber compartilhado da problemática local e pela identificação de necessidades essenciais a serem incorporadas na visão de projetos. Assim o processo participativo, nesse estágio, é capaz de nortear o *timing* do projeto e sua adequação ao tempo de resposta beneficiário.

(IRVING e AZEVEDO, 2002, p:43).

Dessa forma, o turismo étnico- cultural faz parte da seguimentação do Turismo de Base Comunitária, pois a cooperação de todos no processo propicia à qualidade de vida e que respeita os saberes e fazeres das comunidades. Assim lhes trás autonomia na gestão do turismo, que torna o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Portanto, acredita-se que o turismo deva ser um instrumento que possa ser utilizado como ferramenta de desenvolvimento local e inclusão social dessas comunidades, onde o passo primordial é saber o que é o turismo, quais as suas possibilidades e consequências, como o envolvimento da comunidade é de fundamental importância para a sustentação das ações no território.

Nessa perspectiva, inicia-se junto às comunidades do Vale do Ribeira o processo de construção da Agenda Socioambiental, a partir de demandas das comunidades quilombolas da região, após a divulgação dos princípios da agenda 21 discutidas na Rio+92.

A proposta da Agenda Socioambiental do Vale do Ribeira veio no sentido de desenvolver ações que atendessem as necessidades básicas e contribuíssem com a melhoria da qualidade de vida das famílias, seguindo os princípios da sustentabilidade ambiental.

A partir dos temas, organização e fortalecimento comunitário; legislação ambiental e cultural; cultura, artesanato tradicional quilombola; manejo de recursos florestais; saneamento, manejo de lixo, e cuidado com os agrotóxicos, o então projeto discutiu propostas e estratégias comuns de execução das ações previstas pelas comunidades, podendo assim compartilhar suas necessidades e construir estratégias coletivas.

Na busca pelo desenvolvimento local, a elaboração da Agenda socioambiental tornou-se forte instrumento de cunho político que veio auxiliar as comunidades quilombolas no acesso às políticas públicas na valorização de atividades pouco desenvolvidas, a exemplo do turismo.

A partir da Agenda Socioambiental, outros instrumentos foram construídos, como o Planejamento Territorial Participativo das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Diante da necessidade de discutir o licenciamento ambiental das áreas de roças para a agricultura tradicional foi um tema importante para os agricultores que tiveram interrompidas suas práticas de roçado no período entre 2006-2009.

Com a criação da legislação ambiental<sup>24</sup> as restrições começam a ser impostas e a agricultura de subsistência começa a sofrer com as proibições da não permissão de suas práticas. O que levou os agricultores ao Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP) e o extinto DEPRN (Departamento Estadual de Recursos Naturais), para construírem planos de manejo participativo.

Com apoio de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, da Fundação Florestal e do Instituto Socioambiental (ISA). O resultado desse debate foi à aprovação da *Resolução SMA-027, de 30-03-2010*, que por um lado contempla também todas as outras comunidades tradicionais que vivem na Mata Atlântica do Estado de São Paulo, mas ainda não assegura por completo a garantia de abertura de novas áreas de roças em estágios avançados de floresta. (PASSINATO, 2012, p: 5).

Dessa forma, resta aos agricultores tradicionais buscar alternativas de complementação da renda familiar, que garanta a permanência dessas populações no território de forma sustentável. Ao discutir novas estratégias e ações, pensou-se na elaboração de um documento que identificasse o patrimônio *material e imaterial* do território. Surge então, a ideia do inventário cultural, dando origem ao "*Inventário Cultural de Quilombo do Vale do Ribeira- SP*".

O levantamento realizado em dezesseis comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, durante três anos, teve a finalidade de identificar e mapear os bens culturais das áreas quilombola do Vale do Ribeira. O desconhecimento no que tange ao acesso dos direitos territoriais e ambientais ainda é tamanho, da mesma forma como aqueles que asseguram o direito de permanência em suas áreas.

É importante que a comunidade conheça os seus limites, defina seu patrimônio e conheça detalhadamente seus direitos. Portanto, cabe à comunidade a busca de alternativas que perpassa pelo processo de formação de lideranças políticas e do entendimento que se deve ter com relação à sustentabilidade do território, para que se quer e para quem se busca essa tal sustentabilidade.

Neste sentido, a partir da Agenda Socioambiental discute-se, como uma das ações promissoras, a criação do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira, envolvendo na primeira

---

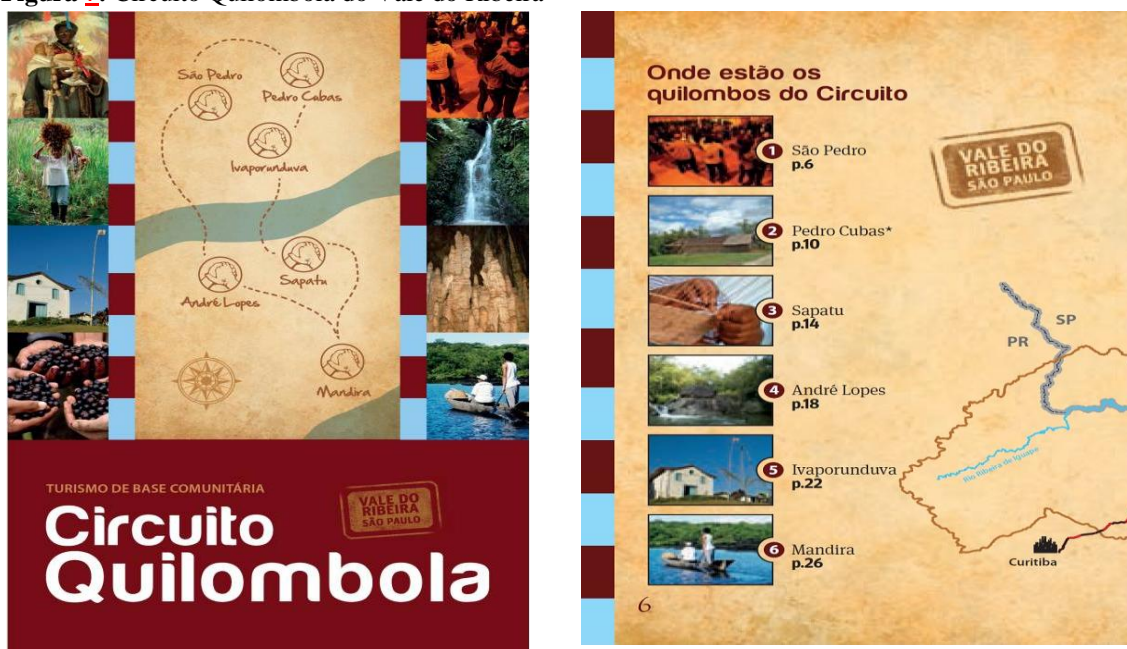
<sup>24</sup> Decreto n °41774 de 13 de maio de 1997- Dispõem o Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta a ser implementado entre a Procuradoria Geral do Estado, as Secretarias de Justiça e da Defesa da Cidadania do Meio Ambiente, da Cultura, de Agricultura e Abastecimento, da Educação e a do Governo e Gestão Estratégias, para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado de São Paulo e sua regularização fundiária ocupadas por Remanescentes das Comunidades de Quilombos, implantando medidas socioeconômicas, ambientais e culturais.

etapa as seguintes comunidades: Mandira no município de Cananéia, Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cuba, Sapatu e André Lopes todas no município de Eldorado.

Ao executar o projeto “Circuito Quilombola” houve a necessidade por parte das comunidades a elaboração de um Planejamento Estratégico do Circuito Quilombola de turismo, o projeto executado pelo ISA em conjunto com as seis comunidades do Vale do Ribeira, realizou oficinas em cada comunidade. Participaram das discussões e da elaboração do plano as comunidades de Mandira, Ivaporunduva, Sapatu, Pedro Cubas, André Lopes e São Pedro, com apoio do Ministério do Meio Ambiente, através do programa PROECOTUR e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nesta etapa foi criado o Conselho Gestor, composto por dois representantes de cada uma das seis comunidades, e responsável por fomentar o Circuito Turístico Quilombola Integrado, que tem o objetivo de deliberar sobre as ações a serem empreendidas pelas comunidades. Dessa forma traçaram-se atribuições como: Representar o Circuito Quilombola em eventos, feiras de turismo; Divulgar o Circuito Quilombola junto às operadoras/agências; Fomentar a discussão de políticas públicas para buscar novos públicos (secretarias de educação); Fazer a ponte entre os visitantes e os grupos de turismo das comunidades; Coordenar a discussão sobre política de preços e gestão financeira do Circuito Quilombola e do funcionamento do comitê (ex: fundo, parcerias);organizar as atividades de consolidação do Circuito; Coordenar discussão sobre desenvolvimento de novos produtos/roteiros/atrativos. (<http://www.circuitoquilombola.org.br/node/66>).

**Figura 7:** Circuito Quilombola do Vale do Ribeira



Fonte: Caderno do Circuito Quilombola (ISA/2013)

Ao considerar o turismo uma ferramenta de sustentação econômica e inclusão social dessas comunidades, cada uma delas trabalha o desenvolvimento do turismo de acordo com suas especificidades organização social e limitações temporárias.

Com a criação do primeiro roteiro, as comunidades quilombolas dialogam entre si de forma que o desenvolvimento da atividade do Turismo de Base Comunitária contribuiu com a estruturação da atividade, de acordo com a especificidade de cada localidade, a partir da história local, das manifestações culturais, além da produção e outros modos de viver.

Iniciado em agosto de 2009 o projeto do Circuito Quilombola foi realizado pelo ISA em parceria com as Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, entende-se que o processo de emancipação das comunidades é importante para dar continuidade às ações propostas por elas. Foram realizadas reuniões, oficinas de planejamento, organização das demandas, o levantamento das principais dificuldades, até chegar à elaboração do roteiro, envolvendo as seis comunidades.

O processo de discussão do Circuito Quilombola contou com a participação de lideranças da comunidade como José Rodrigues, liderança do Quilombo Ivaporunduva, atualmente presidente do Centro de Educação, Profissionalização, Cultura e Empreendedorismo (CEPCE).

Em 2013, o CEPCE cria o Programa de Desenvolvimento Sustentável nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (PDSCO-VR), que visa à implantação de projetos e ações integradas com a agricultura familiar, com interesses coletivos convergentes e, sustentado numa plataforma para a realização de cadeias produtivas, de comercialização de serviços, com qualidade produtividade e eficiência, para atender o mercado, que envolve as atividades do turismo.

O objetivo do programa era desenvolver no período de dois anos a formação e formalização das atividade produtivas, como a ampliação, a comercialização e consolidação do turismo Étnico- cultural em seis comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira “*Nhunguara, Ivaporunduva, Sapatu, São Pedro, André Lopes e Pedro Cubas*”, priorizando os jovens entre 18 a 28 anos e adultos de 29 a 40 anos.

“...foi criado uma associação, a associação CEPCE - associação de todos os quilombos, 6 comunidades e hoje a gente trabalha uns projetos também lá a questão do turismo e desenvolvimento, na questão do turismo cultural nessas outras comunidades, foi criado o circuito, que o circuito é a distribuição das pessoas, visita uma, visita outra, as vezes até 5 comunidades até mais pelo circuito, e

essas comunidades discutem como é que é feito na comunidades elas oferecem pacotes, elas se organizam e esse pacote ta incluído um monte de coisa, os roteiros turísticos, alimentação né, aí chama de circuito quilombola..." (José Rodrigues- Coordenador Geral do CEPCE- 2016).

Após o planejamento e a elaboração do Inventário de Referências Culturais, o projeto entra em sua segunda etapa com a execução das ações nas comunidades e a construção de benfeitorias, onde cada comunidade do Circuito ganha um espaço denominado por eles de "Receptivo".

Essa ação se deu com a captação de recursos oriundos do Governo Federal, via articulação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) em ações realizada por meio da Petrobrás, que após infinitas reuniões e elaboração de propostas e demandas levantadas a partir da Agenda Socioambiental foram consolidadas no I Seminário de Turismo em 2010.

Realizado em junho de 2010 o "*I Seminário de Turismo de Base Comunitário em Comunidades Quilombolas*", foi organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Fundação Cultural Palmares (FCP), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Turismo (MTUr), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e apoiado pelo SEBRAE-SP, Prefeitura Municipal de Registro, Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP), Secretária de Meio Ambiente-SMA-SP/Fundação Florestal.

Nesse seminário, discutiu-se propostas e diretrizes voltadas para o turismo nas comunidades Quilombolas, abordou-se a partir das experiências apresentadas, estratégias necessárias ao desenvolvimento do turismo étnico-cultural na região. A exemplo do quilombo de Ivaporunduva, que desenvolvi o turismo étnico- cultural, com foco para grupos de estudantes a comunidade se organizar a partir do turismo com uma linha pedagógica.

Nesse seminário, foram produzidos documentos com a finalidade de propor a criação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do turismo nos territórios quilombolas, bem como, a elaboração da "Carta aberta das Comunidades Quilombolas reunidas no 1º Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas". Adotou-se nesse encontro a metodologia participativa de forma a integrar as experiências de turismo apresentadas no intercâmbio para a socialização das ações já desenvolvidas.

A carta solicita apoio da sociedade brasileira, dos poderes executivos e judiciário em defesa dos direitos quilombolas e em defesa do decreto 4887/2013 ameaçado de inconstitucionalidade. (VER APÊNDICE P)



Outros espaços foram criados, a partir do seminário, a ideia do Circuito Quilombola começa a ter concretude, as comunidades elaboram mapas e discutem os principais problemas enfrentados com relação à atividade que já vinha sendo desenvolvida.

Portanto, ao considerar o nível de organização social e a relação já estabelecida com a atividade do turismo em cada uma das comunidades, consideramos que o nível de entendimento e a relação que cada uma tem com as ações de turismo seja desenvolvido em paralelo às atividades produtivas, seja ela conjunto das políticas públicas de fortalecimento social ou econômico.

A operacionalidade da atividade turística na região do Vale do Ribeira já é considerada uma das grandes impulsionadoras da geração de renda em algumas localidades, que desenvolvem a atividade como ação complementar, estimulada pela concretude das ações. É uma fonte de geração de renda disponível e capaz de transformar a sociedade, o espaço territorial e a economia local.

O turismo é visto pela comunidade para além da geração de renda. Para elas é uma importante ferramenta para entender o processo de formação sociocultural, o envolvimento dos jovens, que até então são desafios a serem vencidos pelos organizadores locais e pela comunidade, no sentido de envolvê-los no processo de desenvolvimento das comunidades.

O quilombo Mandira é um exemplo, pois através do turismo está sendo possível o empoderamento da identidade pelas famílias. Conhecer a cultura e alternativas de produção, para além da utilização de ferramenta que perpassam a inserção da juventude, com o olhar atento para a geração de renda e apropriação da história de luta e resistência da comunidade. Irene Cândida traz em sua como a atividade do turismo vem sendo desenvolvida no quilombo Mandira.

[...] Formaram três monitores ambientais, mas atualmente na comunidade apenas um está envolvido com o turismo... tem outras pessoas que trabalham como guia mais ainda não são formados, no apoio a cozinha tem uma equipe de 9 pessoas, o artesanato, a produção local... quase todas as famílias se envolve com o turismo... no início foi feito por meio do ITESP, fizeram cursos de formação, os pacotes é controlado pelo Nei, meu filho que agenda e controla os grupos... a maioria das pessoas que se envolve são os associados, são tudo associado e hoje ta sendo discutido nas reuniões da associação sobre o turismo, assim por que a gente tem o centro comunitário ali, então ta sendo discutido aí sempre é falado os grupos que vem é passado e é tirado uma taxa pra associação... o que vem é sempre por que tem a associação, se não tivesse a associação a gente não tinha nada era tudo esquecido aqui [...]" (*Irene Candida Mandira Coutinho- Artesã/ liderança local-2016*).

A organização social da comunidade é um dos pontos fortes que contribui para o fortalecimento da atividade do turismo, pois são através das reuniões em assembleia geral que é deliberados os encaminhamentos das ações. Em todas as comunidades houve uma resistência por parte dos moradores para o desenvolvimento da atividade do turismo. Por não entenderem como a atividade poderia ser desenvolvida e por medo da perderem o controle com a entrada de pessoas estranhas na comunidade.

Assim vale reafirmar, que o capital social é importante e gera relações igualitárias, desde de que esse pressuposto não seja impecilho para o desenvolvimento local, que requer segurança de todos no processo de organização e planejamento. Para tanto, as associações locais desenvolvem um papel importante, sem deixar de frisar que existem outros modelos de organização visando o bem comum da comunidade.

### **3.3.5 As comunidades do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira**

O Circuito Quilombola do Vale do Ribeira é um roteiro turístico de Base Comunitária que envolve seis comunidades quilombolas: André Lopes, Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapato. O circuito está articulado junto com a Associação de Monitores Ambientais de Eldorado (AMAMEL), filiadas à Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) e à Rede Brasileira de turismo Solidário e Comunitário (TURISOL).

Não se pode falar do turismo étnico cultural no quilombo de Ivaporunduva sem mencionar o desenvolvimento do turismo na região do Vale do Ribeira com foco na experiência do Circuito Quilombola. Do ponto de vista do campo, tive a oportunidade de conhecer cinco das seis comunidades que fazem parte do Circuito. Entre o período de 09 a 18 de fevereiro de 2016 visitei o Quilombo de Pedro Cubas, São Pedro, Mandira, Sapatu e Ivaporunduva.

Diante disso apresentarei abaixo a caracterização de cada uma delas e como o turismo vem se desenvolvendo de acordo com a especificidade de cada uma dessas comunidades.

#### **3.3.5.1 O Quilombo de São Pedro**

Localizado no município de Eldorado, aproximadamente a 60 km do centro da cidade. O acesso se dá de balsa, na altura do km 41 da estrada Eldorado/Iporanga (SP-165) à margem direita do rio Ribeira de Iguape. Para chegar ao agrupamento central, à chamada vila da comunidade, percorre-se 8 km em estrada de terra. Vivem da agricultura de subsistência,

plantação do palmito da juçara e a plantação da banana. Atualmente 52 família vivem na comunidade e estão ligadas a associação local.

**Figura 8:** Foto do Alto do Quilombo São Pedro e Caracterização



**Fonte:** Luis Katu (Quilombola de São Pedro- 2015)

**Figura 9** - Oficina de Cestaria no Quilombo de São Pedro (Mestre Antonio)



**Fonte:** Francinete P.Cruz (2016)

Em São Pedro a atividade do turismo já existe, mas na perspectiva da comunidade ainda não é uma atividade que não gera impacto na geração de renda, mesmo fazendo parte do Circuito Quilombola. Por ser uma atividade pouco desenvolvida, a comunidade tem dificuldade de entender o que de fato o turismo representa para o desenvolvimento local.

Além das cachoeiras e dos rios, a comunidade dispõem ainda de outros atrativos, a exemplo da história de resistência do quilombo, seu modo de vida, seus costumes, modo de produção a casa antiga e o artesanato de cipó. (VER APÊNCIDE B e C).

A criação do Circuito Quilombola possibilitou a construção do espaço do “Receptivo”, onde a comunidade poderá receber os visitantes e iniciar as atividades de

visitação. No qual entende-se que seja um importante passo para que a comunidade reconheça a atividade do turismo, e possa intensificar a relação com o visitante a partir da valorização da identidade social e econômica das famílias quilombolas.

Para Eloíza Dias, liderança local e integrante do Comitê Gestor do Circuito Quilombola, o turismo nas comunidades é um processo em desenvolvimento, até chegar ao ponto do amadurecimento e entendimento da comunidade. São Pedro conta com um grupo de monitores ambientais e gestores que coordenam as atividades desenvolvidas com o turismo.

“... o turismo ainda não está da forma que a gente quer, ainda estamos engatinhando, a ideia é que a partir desse ano assim, a gente tá entrando na diretoria esse ano, então a gente começa a dá um gás nesse grupo gestor, pra tá tentando trabalhar um pouquinho mais. Por que é uma coisa que além de gerar renda pra comunidade, vai segurar os nossos jovens aqui, e até mesmo quem sabe alguns que estão fora tenham o interesse de voltar, então é uma coisa que tamos querendo focar como meta é tentar é tentar pelo menos estruturar o turismo na comunidade, talvez não com uma grande escala né, mais inicialmente a gente quer ver se estrutura o turismo na comunidade. Hoje a comunidade toda é! Assim, ela é bem entusiasmada né, quando a gente fala de vir um grupo de turistas todo mundo já se mobiliza procura o que pode, no que pode contribuir né, se vai precisar de uma verdura, se vai precisar buscar um limão, se vai precisar fazer uma trilha já vai olhar se a trilha tá limpa se tá tudo certo, se tá em condições de visitação, se vai visitar um rio uma cachoeira o povo já vai ver se tá em condições de visitação... hoje a comunidade ela, tem um entendimento que o turismo realmente é uma coisa boa pra comunidade...” (Eloíza Dias liderança local e integrante do Comitê Gestor do Circuito Quilombola-2016).

Atualmente vivem na comunidade aproximadamente 50 famílias, quase todas participam das atividades do turismo de forma direta e indireta; ou na gestão participativa através da Associação, por meio da venda dos produtos agrícolas, ou contribuindo com a manutenção dos espaços de uso comum, trilhas, cachoeiras, realizando palestras, oficinas de artesanato, venda do artesanato.

**Figura 10:** Oficina de Cestaria no Quilombo São Pedro (Mestre Antonio)



**Fonte:** Francinete P. Cruz (2016)

Os atrativos foram mapeados pela comunidade no sentido de construir um roteiro que envolve os atrativos naturais e culturais, construídos em diversas oficinas de formação sobre o turismo, com o objetivo de formar e estruturar a melhor forma de desenvolvimento, que envolve atores locais. Portanto, São Pedro oferece os atrativos naturais, culturais e históricos, com foco no festejo de São Pedro, realizado anualmente no mês de junho, organizado pela comunidade.

### **3.3.5.2 O Quilombo de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima**

Localizado aproximadamente a 34km da cidade de Eldorado e na altura do quilômetro 96 da estrada que liga Eldorado a Iporanga (SP-165). Para chegar até a comunidade atravessa-se o Rio Ribeira do Iguape, utilizando a balsa que fica na altura do bairro Batatal, após a travessia é necessário percorrer mais 10km por estrada de chão.

Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima são duas comunidade quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares em 1998. Duas comunidades com relações territoriais distintas e ao mesmo tempo relações comuns e coletiva. A diferença entre elas decorre da proximidade com a Vila de Santa Catarina, que divide as duas comunidades, local onde congrega o maior número de famílias moradoras das duas comunidades.

Pedro Cubas de Cima congrega as famílias que vivem nas áreas ao longo dos afluentes mais próximos das cabeceiras, nos altos do rio Pedro Cubas. Vivem em torno de 130 famílias, tem como atividade de geração de renda a plantação da Banana, a plantação do palmito da juçara e da pupunha. Algumas famílias trabalham como empregados em fazendas que ocupam as áreas que ainda não foram devolvidas à comunidade no processo de regularização fundiária.

Quanto ao turismo, mesmo envolvendo um número significativo de famílias, ainda não é considerada uma atividade que influência na geração de renda para a comunidade. De acordo com seu Antônio Benedito (*liderança local*), a falta de estrutura é um dos fatores que influencia de forma negativa no desenvolvimento do turismo. Outro fator importante é o não empoderamento da comunidade, o desconhecimento sobre o que é a atividade e como a mesma pode contribuir de fato com o desenvolvimento local.

Seu Antônio entende que o turista não vai à comunidade somente para conhecer os recursos naturais, mas sim a comunidade e sua especificidade. O visitante que se dispõem a conhecer uma comunidade quilombola tem curiosidade sobre as histórias e os modos de vida, bem como o modo de organização social existente.

“...o turismo na realidade ele não vem só por causa de cachoeira, por causa de bicho do mato, ele vem pra participar de tudo, é ver cachoeira ver bicho, ver história da comunidade, enfim ele que participar de tudo. E a gente tem que ter um lugar pra conseguir dialogar com eles mais tempo, então ai, é assim, e tamos tocando assim devagarzinho. Começou com a associação, ai começou fazendo casinha de barro e agora com a parceria do ISA e o circuito, avançamos bastante...” *Antonio Benedito Jorge- Presidente da Associação quilombola de São Pedro-2016).*

As comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima dispõem de atrativos naturais como a Cachoeira do Penteado e a Trilha para as Capovas<sup>25</sup>, atrativos culturais como o Circulo Cultural, a Casa do Artesão, a Visita à Roça de Mandioca e ao Tráfego de Farinha, a Visita ao Sistema Agroflorestal, a Dança do Trabalhador, a Capoeira e a Bandeira do Divino Espírito Santo. O perfil do visitante, em sua grande maioria, são estudantes e grupos independentes (ISA, 2013). (VER APÊNDICE E).

De acordo com os moradores, o Circuito Quilombola vem no sentido de fortalecer o turismo étnico cultural a partir dos planos de gestão territorial, bem como os avanços que possibilitam o desenvolvimento das atividade sob o olhar dos moradores locais.

A proposta do circuito é um processo importante para as famílias que estão diretamente envolvidas com a atividade do turismo na comunidade de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, seja ela para a complementação da renda familiar, ou até mesmo como um importante instrumento de resgate da cultura e do fortalecimento institucional no território, como forma de envolver as demais famílias atendidas de forma direta e indireta.

Pedro Cubas é uma das comunidades da região do Vale do Ribeira que sofre com o processo de regularização fundiária. Parte de suas terras ainda continua ocupada por terceiros que não foram indenizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Sem espaço para o desenvolvimento da produção local, as famílias saem da comunidade em busca de melhorias na cidade. Poucos jovens ainda permanecem no local. Entende-se que para ser alguém e ter condições de estudo é preciso ir para as cidades vizinhas ou até mesmo para as capitais, Curitiba ou São Paulo.

Assim, seu Antônio diz que o turismo soa como uma alternativa que no futuro possa contribuir para a permanência da juventude na comunidade, e enfatiza que, “recursos na comunidade tem”, o que falta é investimento, formação e sensibilização das famílias que

---

<sup>25</sup> Roças tradicionais na comunidade

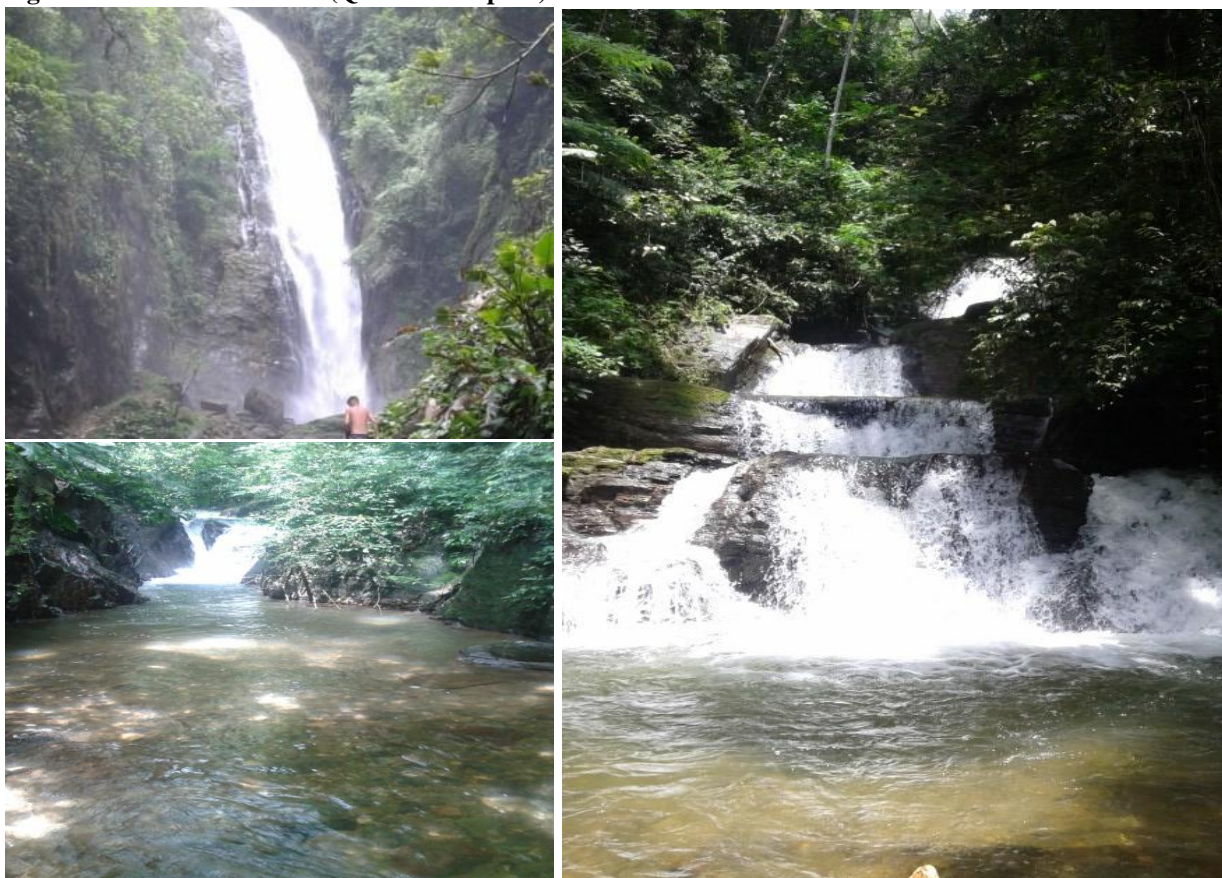
ainda residem em Pedro Cubas. Entende que o processo de discussão do Circuito Quilombola contribuirá de forma significativa no desenvolvimento do turismo em sua comunidade.

### 3.3.5.3 O Quilombo de Sapatu

Localizado no município de Eldorado-SP a aproximadamente 33km do centro da cidade, limita-se com as comunidades quilombolas de Ivaporunduva, André Lopes e Pedro Cubas, e é cortado pela estrada que liga as cidades de Eldorado e Iporanga (SP-165). A comunidade de Sapatu é subdividida em três localidades: Indaiatuba, Sapatu e Cordas. Todas ligadas pelas redes de parentesco e organização interna quanto às relações de uso e ocupação das terras. (ISA, 2013)

Sapatu assume um papel importante no Circuito de Turismo, coordena o espaço de Artesanato na sede do município, onde as demais comunidades expõem o seu artesanato. No que diz respeito a seus atrativos, oferece a diversidade gastronômica com destaque para o Café da Roça. Nos atrativos naturais, encontra-se a Trilha das Ostras composta por 15 cachoeiras, incluindo a Queda de Meu Deus, uma das cachoeiras mais famosas da região com 53 metros de queda livre e a Cachoeira de Sapatu.

**Figura 11: Trilha das Ostras (Quilombo Sapatu)**



Fonte: Francinete P. Cruz (2016)

Segundo Ivo Santos Rosa, coordenador de turismo da Comunidade Sapatu Circuito Quilombola, o mais importante é o envolvimento da comunidade, principalmente no que diz respeito ao envolvimento da juventude no que diz respeito às manifestações culturais da comunidade.

“... os jovens ainda é, assim, uma luta para conseguir envolver mais os jovens, hoje Sapatu tem ai, envolve os jovens na cachoeiras e por exemplos, nas cachoeiras nas caverna, que são os monitores locais, que são as atividades de aventura, mais a gente tem dificuldade pra trazer os jovens pra atividades culturais, isso é uma, uma luta de quase todas as comunidades, com exceção de algumas essa luta de envolver os jovens, principalmente nas danças culturais, no quilombo[...] O trabalho dentro da comunidade é é o que a gente vem fazendo, é falando pro jovens, trazer o jovens sim, incentivando o jovens na verdade os jovens é que vão fortalecer a comunidades no futuro ai, então por isso, que precisa ser trabalhado bem com os jovens, infelizmente algumas comunidades, ou as comunidades não talvez pensaram nisso lá atrás, e as vezes o jovem, a gente colocaria o jovens deste o inicio do, tipo prézim, se tivesse feito isso antes talvez não tinha muito essa dificuldade, mais infelizmente ai com o passar do tempo a gente vai percebendo a necessidade de envolvimento com o jovem, então a gente tem que fazer um trabalho de base, ai familiar pra envolver esses jovem...” *Ivo Santos Rosa (Monitor e artesão-2016)*.

De acordo com o relatório técnico do ITESP, o território de Sapatu está vinculado à busca de terras para famílias que estavam estabelecidas em outras comunidades em busca de espaço e terras férteis para o plantio. As famílias que compõem a comunidade de Sapatu são oriundas das comunidade de São Pedro, Pedro Cubas e Nhungura. (TURATTI, 2000).

Para as instâncias públicas, Sapatu é tratada como uma área rural única, diferente da apresentada pelos moradores das localidades identificadas dentro do território, onde os troncos familiares foram constituídos de acordo com pelo menos três núcleos: Cordas, Sapatu e Indaiatuba. É uma das comunidades que concentra um grande numero de recursos naturais a exemplo do roteiro das cachoeiras (Trilha das ostras). (VER APÊNDICE G)

#### **3.3.5.4 O Quilombo do Mandira**

A comunidade de Mandira está localizada no município de Cananéia - SP, com acesso pela estrada que liga a cidade de Jacupiranga à Cananéia, via balsa, entrando na estrada do Itapitangui/Ariri, também conhecida como Estrada do Mandira, até a altura do Km 11.

Remonta-se sua fundação à metade do século XIX, por volta de 1868 quando as terras foram doadas a Francisco Mandira, filho do senhor de escravo Antonio Florêncio de Andrade e uma negra escravizada sem nome registrado. Parte das terras ficou em poder de João Francisco Vicente Mandira que se estabeleceu na área conhecida como Salto do



Mandara, delimitada pelo Rio Acaraú, a oeste, e pelo Rio Cambupuçava, a Serra da Boacica, a leste, até o encontro com o Mar de Dentro. (TURRATTI, 2002).

Em 1974 descendentes de João Mandira buscarem recuperar o território que historicamente pertencia à família mandira. Naquela época, era uma área de 600 alqueires equivalentes a 1.344 hectares. Hoje é uma área ocupada pelas famílias que descendem dos Mandiras, de apenas 22 alqueires equivalentes a apenas 53,2 hectares de terras em posse da comunidade.

O quilombo Mandira tem como principal fonte de renda a agricultura de subsistência, o extrativismo e o turismo. Há aproximadamente 30 anos o cultivo e a extração da ostra passou a ser a principal geração de renda, chegando a fornecer ostras para as cidades vizinhas.

Residem na comunidade 24 famílias, um total de 105 pessoas entre crianças jovens mulheres e homens. As mulheres desenvolvem um papel importante na comunidade através da costura e do artesanato local, mantém um espaço organizado pelo grupo, onde se reúnem para costurar e vender suas peças. (VER APÊNDICE I)

**Figura 12:** Grupo de Mulheres Costureiras e Artesãs do Quilombo Mandira



**Fonte:** Francinete P. Cruz (2016)

Com o apoio financeiro de projetos oriundos de órgãos governamentais as mulheres do Mandiram produzem peças de roupas vendidas na loja organizada e alimentada por elas mesmas.

O auto reconhecimento da comunidade enquanto Comunidade Quilombola possibilitou o contato com outras comunidades do Vale do Ribeira que também buscavam o reconhecimento e a garantia da terra. A dimensão ontológica desta comunidade é definida quase como um prolongamento da terra que seus membros ocupam e de onde vieram,

compartilhando com ela a própria nominalidade, descrita a partir do seu sobre nome. (TURRATTI, 2002c, p.37).

Mandira é uma das seis comunidades do Circuito Quilombola desenvolvido no Vale do Ribeira, e oferece como atrativos a Festa da Ostra realizada no dia 20 de novembro, Circulo Culturais, Casa de Pedra, Igreja e Festa de Santo Antonio, Galpão do Grupo de Mulheres Artesãs, Cachoeira do Mandira, Visita ao Viveiro de Ostra, Trilha Sambaqui e a Trilha Caminho do Pecê & Cavalo.

**Figura 13:** Atrativos turísticos no Quilombo do Mandira



Fonte: Francinete P. Cruz (2016)

A comunidade conta ainda com a estrutura de dois restaurantes familiares e uma Cooperativa de Produtores de Ostras do Mandira. Fundada em 1995 a Associação dos Moradores do Bairro Mandira-REMA, que acompanha atualmente todo o processo de organização e desenvolvimento do turismo.

O turismo em Mandira é desenvolvido também de forma individual, cada família atende no seu espaço de acordo com sua estrutura, mas o coletivo predomina sob a coordenação da Associação de moradores que operacionaliza a visita dos grupos de escolas.

Segundo Dona Irene (*Artesã*), a atividade do turismo teve aumento a partir da organização dos grupos coordenados pela Associação, pois é responsável pela divulgação, agendamento de pacotes e a formação dos grupos de trabalhos.

“...o turismo que vem de grupo de escola é coordenado pela Associação, quem vem individual fica avontade pra visitar a comunidade e usar qualquer restaurante[...] o ITESP veio falando do turismo, no inicio teve vários cursos explicando o que era o turismo, eles fizeram uma visita programada. Tem uma pessoa, meu filho o Ney faz a negociação com as agencias, faz os pacotes, faz o agendamento... Todo o pessoal que se envolve na atividade o turismo são associados e hoje ta sendo discutido nas reuniões sobre o turismo, hoje a gente tem o centro comunitário ali, então ta sendo discutido, aqui sempre é falado os

grupos que vem, são organizados e repassados uma taxa pra associação. Por que se a gente não tivesse associação ainda não tinha nada, ainda tava como a gente era antes, sem nada a gentes não tinha nada antes da associação era tudo esquecido aqui. Com o turismo deu uma melhorada boa...”. (*Irene Candida Mandira Coutinho – Artesã e Dona de restaurante-2016*).

Mandira é a segunda comunidade do Circuito Quilombola com estrutura para receber o turista. Conta com um roteiro estruturado e acompanhado pela comunidade. Com dificuldade de uso do território, pois parte dele encontra-se em posse de terceiros, a comunidade se limita a utilizar apenas 53,2 hectares, de um total de 2.904 hectares, área onde está localizada os atrativos naturais das cachoeiras e trilhas.

Na divisão feita há mais de um século, cada herdeiros dos Mandiras ficou com aproximadamente uma porção de 600 alqueires, o equivalente a 1.344 hectares de áreas. Ao longo dos anos alguns detentores desses lotes foram desfazendo e os vendendo para terceiros.

Com a construção da estrada Itapitangui- Ariri, por volta de 1975, os Mandiras começaram a ter contato com a vizinhança da região e a se preocupar com a delimitação de seu território, pois os conflitos já se tornavam constantes.

A autoestima do grupo foi fortalecida a partir da sua organização política e econômica. Um exemplo importante foi à criação de uma cooperativa de produção de ostras, com a criação da Associação em 1995, foram construídas parcerias com a Fundação Florestal, o Instituto de Pesca e o Centro de Estudos Gaia Ambiental, que apoiaram e atuação da REMA. (ALVES, 2015, p:8).

Após o processo de elaboração do laudo antropológico da comunidade, a associação sai fortalecida e encontra no turismo alternativas de sobrevivência, e com a redução do território, o turismo se torna uma possibilidade que encontraram para gerar renda de forma sustentável e ainda discutir o resgate da história dos Manterás.

**Figura 14** – Placa informativa na entrada do Quilombo Mandira



Fonte: Francinete P.Cruz (2016)

**Figura 15:** Restaurante familiar dos Mandiras



Fonte: Francinete P. Cruz (2016)

### 3.3.5.5 O quilombo de Ivaporunduva

Localiza-se a 55 km do centro da cidade de Eldorado, á margem esquerda do rio Ribeira de Iguape, limitando-se com outras cinco comunidades quilombolas: São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, André Lopes e Nhunguara. Ivaporunduva surgiu no século XVII pela ocupação de mineradores e um grupo de negros escravizados, que segundo historiadores foram os primeiros negros trazidos da África para o Brasil. (ISA, 2011).

**Figura 16:** Chegada na Vila de Ivaporunduva (Praça Central)



**Fonte:** Emerson Furquin  
(Quilombola de Ivaporunduva-2016)



**Fonte:** Emerson Furquin  
(Quilombola de Ivaporunduva-2016)

Ivaporunduva é a comunidade quilombola mais antiga do Vale do Ribeira, sua origem se deu ainda no Século XVII com a exploração da Mineração com a chegada de dois irmãos mineradores que deram origem ao povoado. De maneira geral, a ocupação da região ocorreu em decorrência da intensa mobilidade geográfica característica da extração do ouro de lavagem. (VER APÊNDICE U)

A instabilidade das moradias acompanhada por pequenas roças de subsistência dos mineradores e seus escravos, levou a uma dinâmica econômica que absorveu expressiva mão-de-obra escrava. (TURATTI, 2002<sup>a</sup>)

Mais tarde, em 1791 foi construída, por negros livres que ali viviam, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que se tornou o principal símbolo de sua resistência.

A população branca contribuiu para a diminuição da mão de obra escrava, antes trabalhadores da mineração. Refugiando-se nas práticas de uma economia de subsistência, ancorada no cultivo de pequenas roças, sobretudo arroz, milho e feijão – que suplementa a atividade agrícola por meio das atividades de pesca, coleta e caça, apossaram-se de parcelas livres relativamente próximas ao centro do povoado e isolaram-se em núcleos familiares, que compunham um grupo mais extenso e igualitário, graças aos vínculos de solidariedade e de sociabilidade baseados nas obrigações mútuas próprias do parentesco, da vizinhança e do compadrio. (TURATTI, 2002, p: 14,15)

Dessa forma o povoado de Ivaporunduva vai se consolidando a partir de troncos familiares que mesmo antes da abolição da escravatura durante os séculos XVIII e XIX, já eram considerados negros *libertos* e qualificados de negros *livres*. Assim os negros relacionados aos fundadores do bairros, ou seus primeiros moradores, tem as seguintes descendências: *Pupo, Marinho, Meira, Vieira, Pedroso, Moraes, Araújo, Machado, Pereira, Santos, Costa, Furquim e Silva*.

Com a queda na atividade da mineração e as exportações do cultivo do arroz, a região do Vale da Ribeira passou a ser povoada por homens e mulheres negros e negras em busca de melhorias e de terras para viver.

Durante o rápido período entre 1808 até 1809 a história da econômica do Vale do rio Ribeira, com negros e negras de várias procedências, oriundos, sobretudo das grandes fazendas locais, assentaram-se como camponeses livres em suas terras, dando origem a grande parte dos atuais bairros rurais ali existentes. (TURATTI, 2002).

A comunidade de Ivaporunduva sempre foi baseada em forte vínculo com o território e o ecossistema local. Baseada em sólidas evidências históricas, e até mesmo arqueológicas, sempre sobreviveu da agricultura de subsistência e da exploração de forma sustentável da floresta.

Por volta de 1950, com a melhoria do acesso, intensificou-se a relação com o centro urbano, que ocasiona assim a queda da produção agrícola no qual provoca o êxodo rural (ISA, 2007). As ameaças pela retomada do território também aumentam, ora por grileiros, fazendeiros, ora por projetos de usinas hidrelétricas e até mesmo pela legislação ambiental, devido a grande criação de áreas de parques ambientais.

Com as ameaças de construção de barragens no Rio Ribeira do Iguape, Ivaporunduva busca articular-se com outras comunidades quilombolas da região, assegurados pela Constituição Federal de 1988. A partir daí é que encabeçam um movimento em defesa do

território. Como resultado dessa luta, surgem conquistas como a implementação de políticas públicas que viabilizam o desenvolvimento social, econômico e cultural, que torna-se uma das comunidades referenciadas no que diz respeito à gestão territorial e ambiental.

Por ser a comunidade mais antiga e experiente no modelo de organização social do Vale do Ribeira, é também quem inicia a discussão sobre a atividade do turismo com o olhar para o turismo histórico, que mais tarde é denominado pela comunidade de “*turismo étnico-cultural*”. (VER APÊNDICE L)

Atualmente conta com um roteiro melhor estruturado, contando com restaurantes, pousada, transporte para o deslocamento dos visitantes, monitores formados da comunidade e palestrantes.

### **3.4 Visita de Campo um passeio pelo circuito quilombola do Vale do Ribeira.**

A visita de campo ocorreu no período de 5 a 18 de fevereiro na região do Vale do Ribeira – Eldorado – São Paulo. Em minha chegada, por volta das 23h do dia 09 de fevereiro de 2016, fui acompanhada de dois amigos da comunidade que me receberam em Eldorado (Oriel Rodrigues e Carlos Ribeiro). Eles gentilmente foram me buscar na rodoviária da cidade, há 40km.

Por ser no período do carnaval, a comunidade estava em festa e havia um grupo de estudantes de São Paulo hospedados. Coincidentemente, era um grupo de estudantes negros oriundos de um cursinho que discute cotas nas universidades federais “*Educafro*”, sediada na capital paulista e que recebe alunos das comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira.

Fui então acolhida na casa de Dona Maria da Guia e José Rodrigues. Fui informada que o grupo que estava hospedado, se preparavam no dia seguinte para a visita na Caverna do Diabo, ponto turístico que faz parte do Circuito Quilombola, situado nas comunidades de Sapatu. É um dos atrativos que compõem a área do Parque PETAR. Fui convidada pelo Coordenador da Associação (Paulo Pupo) a integrar o grupo. Os passeios na caverna são realizados por monitores locais das comunidades que fazem parte do circuito que prestam serviços de monitores licenciados na área do parque.

O meu ponto de pouso se deu no quilombo de Ivaporunduva, comunidade escolhido para a realização da minha pesquisa, onde fiquei hospedada e onde tive todo apoio de logística para as demais comunidades que fazem parte do Circuito, bem como o apoio na mobilização e indicação de outras lideranças-chaves para serem entrevistadas.

No decorrer da minha estadia no quilombo foi possível perceber o quanto a atividade do turismo está presente na vida das pessoas, mas infelizmente não é uma variante comum em todas as comunidades que fazem parte do Circuito Quilombola. Entende-se que a temporalidade é um fator importante a ser considerada no desenvolvimento da atividade do turismo étnico-cultural nas comunidades quilombolas.

Mediada por lideranças de Ivaporunduva me foi possível conhecer 5 das 6 comunidades e ainda entrevistar lideranças que fazem parte do processo do Circuito que são direta ou indiretamente envolvidas com a atividade do Turismo

Ao dialogar com as pessoas nas comunidades que visitei, descreveram-me o turismo a partir de uma perspectiva diferenciada, mas com um objetivo comum: a permanência em seus territórios especialmente da juventude quilombola e melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento da produção de forma sustentável, a valorização e o entendimento que o turismo pode sim ser uma ferramenta importante no processo de regularização e gestão dos territórios quilombolas.

Assim, através das organizações sociais, cada comunidade constrói o seu processo de desenvolvimento do turismo, uns com mais propriedade, por já ter uma caminhada mais longa, outras com muitos desafios a serem vencidos.

Nem sempre o entendimento de um serve para o outro, assim, o Circuito Quilombola na região do Vale do Ribeira vem crescendo e desafiando as fronteiras do turismo tradicionalmente desenvolvido e potencializado pelo capital, que se desenvolve em meio à imediata satisfação dos desejos momentâneos, pois busca a essência das tradições locais, a partir de princípios da organização social, onde o benefício é compartilhado entre todos e a relação estabelecida entre o visitante e a comunidade se configura como uma troca de experiência que vai além de um produto vendido e um produto consumido.

A partir do estudo de caso onde o turismo se tornou uma atividade possível de delinear o aspecto transversal entre o turismo e o acesso às políticas públicas por meio do Programa Brasil Quilombola. Portanto o PBQ precisa ter um lugar a ser ocupado pelo turismo.

Nessa perspectiva, a busca pelo lugar do turismo a partir das políticas públicas de desenvolvimento torna-se uma ferramenta de grande importância para o fortalecimento das comunidades quilombolas, que veem atualmente no turismo uma fonte de melhoria da qualidade de vida em seus territórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em quase três séculos do colonialismo no Brasil, os quilombos foram se formando com extrema invisibilidade social. Assim, ao longo da história, além de lutar pela sobrevivência, as comunidades quilombolas lutaram no sentido de garantir seus direitos perante o Estado. O quilombo ganhou visibilidade com a Constituição de 1988, que instituiu um Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade justa.

Com o artigo 68 do ADCT, o quilombo conquistou um *status* jurídico, e o quilombola viu ser reconhecido seu direito de permanecer nas terras historicamente ocupadas. Mas ainda assim, apesar dos notáveis avanços, ainda existe um grande caminho a ser percorrido e muitos direitos a serem garantidos.

A territorialidade garantida pelas políticas públicas se fundamenta na idealização do quilombo como elemento de resistência, campo de afirmação da identidade étnica e de estruturação social.

De fato, a formação dos quilombos se deu por meio de princípios culturais e estratégias de resistência, o que possibilitou a sua existência e permanência ao longo dos séculos nos mais diversos espaços do território brasileiro.

Em paralelo à política fundiária, não podemos aqui deixar de mencionar a importância das políticas de ações afirmativas. No entanto, mesmo com os avanços alcançados com as políticas públicas direcionadas ao público quilombola, o momento político atual demonstrou o quanto essas comunidades continuam sendo um público em situação de extrema vulnerabilidade social.

Verificamos que as políticas públicas voltadas para os quilombolas ainda são frágeis e pouco consistentes, mesmo tendo um órgão dedicado a promover o acesso aos seus direitos. Assim, durante seus 13 anos de existência, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) teve como missão a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial.

Nesse período as comunidades quilombolas, tidas como um dos públicos prioritários da secretaria, ganharam visibilidade e espaço em outros órgãos de governo, que começaram a reconhecer as comunidades quilombolas como público de alta vulnerabilidade social, e que careciam, portanto, de atenção específica nas diversas áreas: no acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, direito, cidadania e inclusão produtiva.



O Programa Brasil Quilombola (PBQ) é o instrumento dedicado a construir esse elo entre o Estado e as comunidades. Ele tem como objetivo consolidar as políticas públicas direcionadas para o público quilombola. Isso compreende um modelo de organização institucional que agrega as ações de implementação das políticas e se torna capaz de promover a inclusão social.

Os avanços e principalmente os desafios que ainda precisam ser enfrentados, revela que é importante criar outras interfaces. Ou seja, é importante considerar outras estratégias de atuação entre ministérios para implementar novas ações.

A então pesquisa se coloca nessa perspectiva. A partir do estudo de caso do quilombo de Ivaporunduva, onde o turismo se tornou uma atividade central, buscamos delinear o aspecto transversal entre o turismo e o acesso às políticas públicas por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ). Ou seja, buscamos identificar como o turismo, realizado nas modalidades estabelecidas, encontra seu lugar nas políticas públicas acessíveis por essas comunidades.

Neste caso, a experiência de Ivaporunduva nos traz fortes elementos para afirmar que o turismo é capaz de promover o desenvolvimento sociocultural de comunidades quilombolas a partir das relações construídas com a intervenção das políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

A experiência do Quilombo Ivaporunduva nos mostra que é necessária uma adequação das políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento local das comunidades quilombolas. Com a diminuição dos meios de produção tradicional, a comunidade busca outras alternativas de complementação de renda, a partir das necessidades que vão surgindo com a escassez da produção agrícola.

Nesse caso o Quilombo Ivaporunduva encontrou no turismo uma fonte concreta de agregação de valor, a partir dos elementos existentes na comunidade: a cultura local, os modos de produção, além dos contos e da culinária tradicional. Essa alternativa envolve toda a comunidade desde o planejamento, coordenação até a etapa final de recebimento dos grupos e atividades até a saída dos grupos. Todas essas atividades envolvem diretamente homens, mulheres e jovens na atividade do turismo étnico- cultural.

Deste modo, entendemos que é sim possível delinear ações de turismo no Programa Brasil Quilombolas (PBQ), mas com toda a cautela necessária. De fato, o modelo de Ivaporunduva não poderia ser replicado tal qual para outras comunidades quilombolas. Foi o que vimos com o exemplo do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira. Para que o turismo

desse certo no quilombo Ivaporunduva foi necessário mais de 10 anos de construção com a comunidade e um longo processo de convencimento das pessoas mais velhas sobre o desenvolvimento do turismo no quilombo.

O conceito de turismo étnico-cultural, que constitui uma tradução local do conceito de turismo de base comunitária, é a prova dessa apropriação das atividades turísticas pela comunidade. Assim como em Ivaporunduva, cada comunidade tem um tempo e uma vivência diferenciada uma da outra.

Por mais que o exemplo do quilombo Ivaporunduva possa servir para construir as bases de uma ação política, deve ser deixada uma certa margem para que cada comunidade possa, no seu tempo e nas suas modalidades, construir seu modelo de turismo.

Essa temporalidade é a margem de manobra própria de cada comunidade que queira se aventurar no turismo de base comunitária. É algo que precisa ser estrategicamente dialogado no processo de construção da política.

No entanto, para que o turismo possa de fato ocupar esse lugar nas políticas públicas dedicadas ao público quilombola, é primordial que seja aberto um diálogo entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Ministério do Turismo (Mtur).

As políticas de ações afirmativas são necessárias, o que se verifica a partir da constatação de que embora a sociedade esteja melhorando, no que se refere aos indicadores de qualidade de vida e renda da população, enquanto não tratarmos os desiguais enquanto desiguais, a vida melhora, mas as desigualdades são mantidas. É preciso dar mais a quem menos tem para que, ao cabo, todos estejam situados no mesmo patamar de direitos e oportunidades.

Felizmente, isso foi percebido pelos governos Lula e Dilma, que vão deixar como legado avanços sem precedentes – ao menos desde a abolição formal do trabalho escravo no país – No histórico das políticas de ações afirmativas no Brasil. Avanços para os quais a SEPPIR cumpriu papel fundamental, subsidiando as políticas que promoveram grandes transformações na sociedade brasileira. (Edson Santos – Ex Ministro da SEPPIR). Orgs (SANTOS, SOUSA, 2016, p: 72)

Ao considerar a política pública de desenvolvimento social para as comunidades quilombolas, não poderei deixar de mencionar a importância das políticas de ações afirmativas, que neste momento sofrem com o retrocesso, e a insustentável política de

inclusão social, criada com o sentido de promover o acesso da população negra aos espaços que sempre lhes foi negado.

No período colonial, a invisibilidade era fruto da história de resistência das comunidades quilombolas, que sempre tiveram uma luta, primeiro pela sobrevivência, segundo pela conquista do território, terceiro pela garantia dos direitos constituídos.

Diante disso, o quilombo progressivamente ganhou espaço e visibilidade a partir da Constituição de 1988, quando conquistou um *status* jurídico, e o direito de permanecer na terra, mas ainda existem muitos direitos a serem garantidos. Apesar dos notáveis avanços, ainda existe um grande caminho a ser percorrido.

Sendo assim, através do processo de mobilização, a estratégia utilizada pelo movimento quilombola, na perspectiva de resistência intrínseca, na busca da garantia dos direitos fundamentais e de marcos legais, busca viabilizar a implementação das políticas específicas para as comunidades quilombolas.

A idealização do quilombo como elemento de resistência é para o campo de afirmação da identidade étnica e para a estruturação social algo que viabiliza o acesso das políticas públicas e a garantia da territorialidade. Contribuiu de forma significativa para a constatação da importância da formalidade do aparato do estado no que diz respeito à formação social das comunidades quilombolas contemporâneas.

Diante dos inúmeros momentos de luta e resistência, as comunidades quilombolas em pleno século XXI, continuam sem a garantia plena de seus direitos e continuam sofrendo com o retrocesso das políticas. Fato este que se confirma a cada dia, com a extinção de órgãos que discutem diretamente a pauta quilombola e de outras populações tradicionais por meio de Medidas Provisórias que versam justificativa de ajustes orçamentários.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

- DECRETO 4887/2003, D. **Presidencia da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.]. 2003.
- ALMEIDA, A. W. B. D. **Quilombo e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições , 2011.
- ALVES, A. N. R. **Coleção Terra de Quilombos: Comunidade Quilombola Mandira**. Belo Horizonte: FAFICH, 2015.
- AMERICO, M. C. **Práticas soletivas na constituição da vida quilombola: história da comunidade tradicional de Ivaporunduva**. São Carlos. 2013.
- ANSARAB, M. G. D. R. In: MERCADO, P. D. T. E. S. D. **Turismo, políticas e desenvolvimento humana**. 1º. ed. Porto Alegre: Asterisco, 2010. Cap. 3, p. 203.
- BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências brasileiras**. Rio de Janeiro : Letra e Imagem, v. I, 2009.
- BENI, M. C. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão- desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri: Manole, 2012.
- BRANDÃO, J. O. D. S. **Turismo de Base Comunitária: Ressignificando a Concepção de Comunidade**. Brasília : UNB Centro de Excelencia do Turismo, 2014.
- BRASIL, D. **O mar virou sertão: O quilombo de Santana e a Transposição do Rio São Francisco**. 1º. ed. Curitiba: Appris, 2014.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARNEIRO, E. **O Quilombo dos Palmares**. 5º edição. ed. São Paulo: wmfmartinsfontes, 2011.
- CARRIL, L. D. F. B. **Terras de negros do Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência**. Dissertação de Mestrado. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.
- CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, v. 6 º edição, 1999.
- COSTA, F. R. **Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualidade**. São Paulo : SESC SP, 2009.
- CRUZ, R. D. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo : Contexto, 2000.
- DIAS, R. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil- Atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007) de 29-4-2003**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária**: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Brasília : UNB, 2013.

FERRAZ, J. A. Políticas e Planejamento estratégico em Clusters de turismo dimensão jurídica. In: BENI, M. C. **Turismo Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão, desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. 1º. ed. Barueri: Manole, 2012. Cap. 2, p. 594.

HALL, M. C. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Coleção Turismo Contextoo, 2001.

HALL, S. **A identidade Cultural na pós- modernidade**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOGAN, C. D. J. et al. **Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP)**: conservação ambiental em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: UNICAMP, 2000.

HUNGARO, E. M. **Trabalho tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer**. Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação Física. Campinas, p. 264. 2008.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRVING, M. D. A.; AZEVEDO, J. **TURIAMO**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura , 2002.

IRVING, M. D. A.; AZEVEDO, J. **Turismo o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura , 2002.

ISA. **Banana Organica no Quilombo de Ivaporunduva**: uma experiencia para o desenvolvimento sustentável. Eldorado: Instituto Socio Ambiental, 2007.

ISA. Agenda Socioambiental do Vale do Ribeira. Eldorado SP: ISA, 2008.

ISA. Circuito Quilombola. **Turismo de Base Comunitário Circuito Quilombola**, Eldorado, p. 36, 2011.

ISA. **Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socio Ambiental, 2013.

JR., Á. B.; BARRETO, M. **Turismo e Identidade Local**: Uma visão antropologica. 2º. ed. Campinas SP: Papirus Editora , 2002.

KONDER, L. **Maexismo e Alienação**: contribuição para o estudo do conceito marxista e alienação. São Paulo: Expressão, v. 2º edição , 2009.

- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleeph, 2000.
- LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil**: Questões conceituais e normativas. [S.l.]: [s.n.], v. IV, 2000.
- MELO, P. B. D. **Práticas Produtivas e Políticas Públicas**: uma Experiência Quilombola no Vale do Ribeira/SP. Brasília: UNB, 2010.
- MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo : Boitempo, 2009.
- MOESCH, M. M. **Epistemologia Social do Turismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo , 2004.
- MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. 1º edição. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOURA, C. D. **Quilombos Resistência ao Escravismo**. 3º edição. ed. São Paulo: Editora ática , 1993.
- MTUR, M. D. T. **Turismo Cultural**: Orientações Básicas. 2º. ed. Brasília: Ministério do Turismo, v. IV, 2008.
- MTUR, M. D. T. **Dinâmica do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Ministério do Turismo. Brasília. 2010.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- O'DWYER, E. C. **Quilombos Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro : [s.n.], 2002.
- ORGS: PINTO, A. R. et al. **Cadernos de Estudos: Quilombos do Brasil: SEGURANÇA Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS. [S.l.]. 2014.
- PALMARES, FUNDAÇÃO CULTURAL. Palmares Fundação Cultural, 2016. Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=31465](http://www.palmares.gov.br/?page_id=31465)>. Acesso em: 28 maio 2016.
- PALUDO, C.; VITORIA, F. B. **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Faculdade de Educação UNB, 2014.
- PASSINATO, R. **Planejamento Territorial Participativo, Relato de Experiencia em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira SP**. São Paulo : ISA, 2012.
- PINTO, M. A. M. **MOAB A Saga de um Povo**. Movimento dos Ameaçados Por Barragens-Vale do Ribeira. Eldorado, p. 201. 2014.

PRODUÇÃP, R. D. **Cultura Popular**. <http://culturapopular2.blogspot.com.br/>,2016. Disponível em: <[http://blog.radardaproducao.com.br/culturas/cultura\\_popular/3811/guardioes-dos-saberes-os-grios/](http://blog.radardaproducao.com.br/culturas/cultura_popular/3811/guardioes-dos-saberes-os-grios/)>. Acesso em: 17 junho 2016.

RAMOS, S. P. **Turismo e Desenvolvimento Local: Uma "Viagem de Inclusão"?** In: RAMOS, S. P.; CERDAN, L. M. I. **Turismo, políticas e desenvolvimento humano**. 1º. ed. Porto Alegre : Asterisco, 2010. Cap. 1, p. 203.

RATTS, A. **Eu sou Atlantica**: sobre a tragédia de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. 9º. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, M. Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil (1986-2010). 1º Ed. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3º Edição. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

SANTOS, K. M. P. D.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Katia M. Pacheco dos Santos, 2008.

SANTOS, K. R. D. C.; SOUSA, E. P.; (ORGS). **SEPPPIR- Promovendo a Igualdade Racial para um Brasil sem Racismo**. 1ª edição. ed. Brasília: Governo Federal , 2016.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homen**. 5º edição. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 89.

SEPPPIR. **Relatório de gestão SEPPPIR**. SEPPPIR. Brasília. 2011.

SEPPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPPIR. Brasília. 2013.

SILVA, P. T. D. **Limites e possibilidade do processo de regionalização do turismo como indicador da cultura da cooperação regional dos negócios em Goiás**. Brasília : Centro de Excelência do Turismo-CET-UNB, 2013.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola no Brasil**. Brasília: Dissertação de mestrado UNB, 2008. p. 14.

TURATTI, M. C. M. **Relatório Técnico- Científico Sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Ivaporunduva/Eldorado-SP**. ITESP. São Paulo, p. 50. 2002a.

VATIM, X. O desenvolvimento do turismo étnico na Bahia: O caso da cidade de Cachoeira.  
**Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro , 1 a 4 Junho 2008. 15.



## APÊNDICE

**APÊNDICE A: ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA:** Recursos de entrevista gravada por meio de um roteiro.

### ROTEIRO DO TRABALHO DE CAMPO

Período: 07 a 18 de fevereiro de 2015

1. Como? Quando surgiu o Quilombo Ivaporanduva?
2. Quais as ações do Estado (Governo Federal; Estadual; ou Municipal) que auxiliam (ou não) a comunidade?
3. A comunidade participa? (Se sim, passe para a próxima pergunta, se não, gostariam de participar? De que forma)
4. Como é essa participação?
5. A partir de quando surge a atividade turística na comunidade?
6. Quais são essas atividades? (roteiros de ecoturismo - cachoeiras, espeleologia [cavernas]; passeio litúrgico - roteiro religioso; roteiro do artesanato).
7. Qual a relação do turismo com a comunidade? (papel dos homens, das mulheres e dos jovens).
8. De que forma a atividade está estruturada hoje? (grupos, pessoas envolvidas).
9. Conhecem o Programa Brasil Quilombola?
10. Conhecem alguma ação desenvolvida pelo Ministério do Turismo?
11. Pra você o que é o turismo e o que ele e o que ele pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade?
12. O que falta para fortalecer a atividade do turismo na região? Tem alguma

QUILOMBO

# São Pedro

**C**omunidade localizada no município de Eldorado, a aproximadamente 60 km do centro. O acesso se dá por travessia de balsa, na altura do km 41 da SP-165. Para chegar ao agrupamento central, a chamada vila da comunidade, percorre-se 8 km em estrada de terra. A formação da comunidade está intimamente ligada com a da comunidade vizinha, Galvão, pois ambas têm parentesco com Bernardo Furquim, negro livre que chegou à região por volta da década de 30 do século XIX e ficou conhecido por ter mais de 20 filhos e constituir várias famílias.

**Calendário de festas**  
*Festa de São Pedro*  
29 de junho



Festa de São Pedro

8

Fonte: Caderno Circuito Quilombolas (ISA/2013 )

QUILOMBO SÃO PEDRO

### Atrativos naturais

-  **1. Cachoeira da Poça**  
 Queda de aproximadamente 12 metros de altura, com poço para banho e piscinas naturais. Localizada a 3 quilômetros da sede da comunidade, por uma trilha íngreme de 500 metros, de dificuldade média, com bastante vegetação primária de Mata Atlântica.
-  **2. Cachoeira do Laranjal**  
 Queda de aproximadamente 20 metros de altura, com poço para banho e piscinas naturais. Localizada a 5 quilômetros da sede da comunidade, por uma trilha de dificuldade média e com bastante vegetação primária de Mata Atlântica.
-  **3. Cachoeira do Mato Limpo**  
 Queda livre de aproximadamente 20 metros, com poço para banho e piscinas naturais. Localizada a 6 quilômetros da sede da comunidade, por uma trilha sem dificuldade de acesso, com bastante vegetação primária de Mata Atlântica.

### Atrativos culturais

-  **1. Círculo Cultural**  
 Apresentação da história e dos costumes locais no centro comunitário.
-  **2. Visita à comunidade**  
 Visita à casa de tráfico de farinha de mandioca, local onde se faz a tradicional farinha de mandioca artesanal, além de beiju e cuscuz. No escaçador de moer cana, um tipo de moenda antiga, pode-se tomar caldo de cana natural. Visita às casas dos moradores da comunidade, feitas com madeira, bambu, cipó, sapé e barro.
-  **3. Apresentação cultural da Dança da Mão Esquerda e capoeira**  
 Dança tradicional que está sendo resgatada na cultura local.
-  **4. Visita às roças da comunidade**  
 Visita às roças dos moradores da comunidade para explicar o jeito da comunidade fazer, plantar, colher e processar.

9

Fonte: Caderno Circuito Quilombolas (ISA/2013)

QUILOMBO

# Pedro Cubas\*

A ocupação das terras banhadas pelo Rio Pedro Cubas teve início com escravos fugidos de áreas de mineração de ouro no século XVIII. No século XIX, todo o Vale do Ribeira sofreu pressões de grileiros de terras e latifundiários, incluindo a área das comunidades de Pedro Cubas. As famílias que conseguiram ficar, trabalhavam nessas fazendas e praticavam a agricultura de pousio. Em meados de 1990, familiares que haviam saído da localidade, começaram a regressar a Pedro Cubas.

**Calendário de festas**

*Festa de Santa Catarina*

1º sábado após  
25 de novembro

Barracão de festa



\*Ver observação na página 5.

**APÊNDICE E: Roteiro de atrativos turísticos quilombo Pedro Cuba de Cima e Pedro Cubas de Baixo**

**QUILOMBOS PEDRO CUBAS E PEDRO CUBAS DE CIMA**

 **Atrativo gastronômico**

 **1. Café, almoço e jantar no barracão de palha**  
Comida típica quilombola e cafés com vários tipos de cará, inhame, taioba, mandioca, batata doce.  
Duração 1h30

 **Atrativos naturais**

 **1. Cachoeira do Penteado**  
Trilha de média dificuldade. Piscinas naturais para banho e contemplação da fauna e flora da Mata Atlântica.  
Duração 3h

 **2. Visita ao Rio Pedro Cubas**  
Lazer no principal rio da comunidade.  
Duração 1h

 **3. Trilha para as capovas (roças da comunidade)**  
Trilha fácil, às margens do Rio Ivaporunduvinha, que liga as capovas antigas e atuais.  
Duração 1h30

 **Atrativos culturais**

 **1. Círculo de Cultura**  
Histórias da vida cotidiana, das festas locais  
Duração 1h30

e do Caminho do Tropeiro – antiga rota de comércio.

 **2. Casa do artesão**  
Local onde os artesãos locais expõem e comercializam seus trabalhos.  
Duração 1h30

 **3. Visitas à roça de mandioca e ao Tráfico da farinha**  
Plantio, técnicas de cultivo e coleta da mandioca. Conheça onde se produz a farinha de mandioca e seus derivados  
Duração 2h30

 **5. Visita ao sistema agroflorestal**  
Agrofloresta utilizada para reflorestamento.  
Duração 1h

 **6. Dança do Trabalhador e Capoeira**  
Apresentações de dança e de capoeira, símbolo da cultura afrobrasileira.  
Duração 1h30

 **7. Festa de Santa Catarina**  
Grande festa para a padroeira da comunidade. Reúne pessoas de toda a região.  
Duração dia todo

 **8. Bandeira do Divino Espírito Santo**  
Conversa sobre as tradições que envolvem a procissão da Bandeira do Divino Espírito Santo.  
Duração 1h30

13

Fonte: Caderno Circuito Quilombolas (ISA/2013)

QUILOMBO

# Sapatu

A comunidade de Sapatu é subdividida em três localidades: Indaiatuba, Sapatu e Cordas, todas ligadas tanto pelas redes de parentesco e organização internas quanto pelas relações de uso e ocupação das terras. A comunidade foi formada por negros que fugiram do recrutamento forçado para combater na Guerra do Paraguai, por volta de 1870, e também por famílias que se estabeleceram na área vindas de outras comunidades da região em busca de terras para uso e moradia. É o caso de Julio Furquim,

um dos netos de Bernardo Furquim, que veio da comunidade de São Pedro e fixou-se em Sapatu, em terras que adquiriu de um negro comerciante de Barra de São Pedro.

**Calendário de festas**

*Festa de Santa Luzia*

12 de novembro

*Festa de N. S<sup>ra</sup>. Aparecida*

12 de outubro

Artesanato



QUILOMBO SAPATU



### Atrativo Gastronômico



**1. Comidas típicas e café da roça**  
Cuscuz de arroz, biju, tapioca, frango caipira com mandioca, arroz caipira pilado, feijão da roça, legumes e verduras orgânicos da época.



### Atrativos Naturais



**1. Trilha Vale das Ostras**  
Trilha de média dificuldade que passa por várias piscinas naturais. Há trechos que necessitam do auxílio de cordas. Ao todo, são 15 cachoeiras com maravilhosas quedas d'água, dentre elas a Queda do Meu Deus (leia abaixo).



**2. Queda do Meu Deus**  
A maior das quedas d'água da Trilha do Vale das Ostras, com 53 m de queda livre. Foi eleita a cachoeira mais bela do Estado de São Paulo.



**3. Cachoeira Sapatu**  
Trilha de média dificuldade, com queda d'água de 8 metros e piscina natural própria para banho.



### Atrativos Culturais



**1. Centro de artesanato**  
No centro, os artesãos produzem e vendem produtos feitos com fibra da bananeira (almofadas, bolsas, carteiras, jogos americanos etc.), brincos de capiã, entalhes em madeira (monjolo e escaçador), mundêu, laço e arapuca (instrumentos de caça) e cestaria de cipó timbopeva.



**2. Tráfico de farinha**  
Visita à roça de mandioca e à casa de farinha da comunidade, onde pode-se ver todo o processo de beneficiamento da farinha e de seus derivados, desde a colheita dos produtos na roça (a visita deve ser agendada).



**3. Prosa na Figueira**  
Na entrada da comunidade, ao pé da figueira que fica na estrada, pode-se ouvir a história dos antigos e as lutas atuais da comunidade.



**4. Nhá Maruca**  
Apresentação de danças e músicas tradicionais feita por seis pares da comunidade.

17

QUILOMBO

# Mandira

A formação da comunidade se deu no século XIX, em 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu cerca de 2.880 hectares, em doação de sua meia irmã Celestina Benícia de Andrade. O patriarca era filho de uma escrava com o fazendeiro Antônio Florêncio de Andrade, dono da fazenda que existia no local onde hoje está a comunidade. Ainda hoje, é possível ver, em pé, as grossas paredes de pedra de um

provável armazém da antiga fazenda, que foi construído pelos escravos que ali viveram. A fonte de renda mais presente e também a mais importante no orçamento das famílias de Mandira está relacionada à comercialização de ostras.

**Calendário de festas**

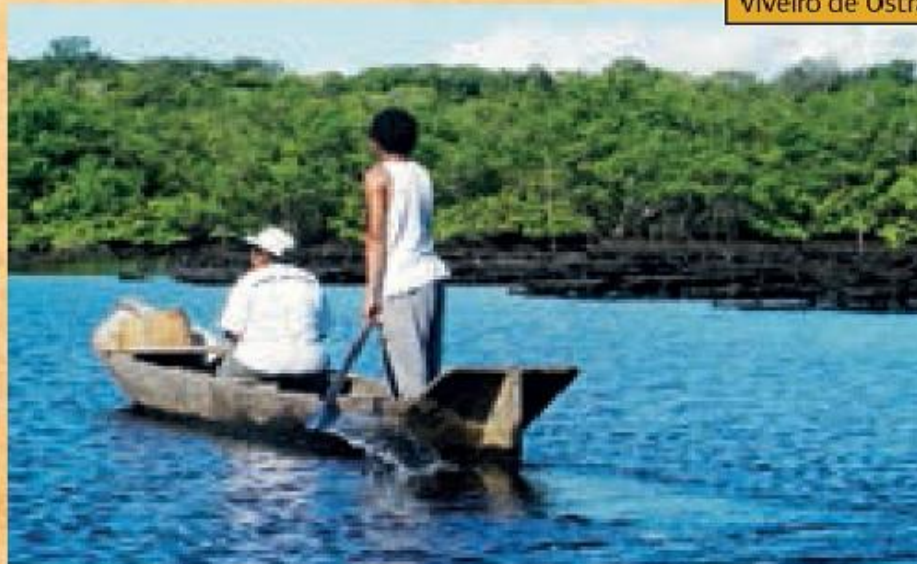
*Festa de Santo Antônio*

12 e 13 de junho

*Festa da Ostra*

20 de novembro

Viveiro de Ostras







### Atrativo Gastronômico

bolsas, cestos de cipó, miniaturas, bonecas de pano etc.



Duração  
3 dias

#### 1. Festa da Ostra

Três dias de festa a partir do Dia da Consciência Negra. Música ao vivo, gincana, corrida com remo e muitos pratos a base de ostra.



### Atrativos Naturais



Duração  
1h30

#### 1. Cachoeira do Mandira

São 2 km de ônibus e 1 km de trilha de nível médio. Bonito local, com queda d'água e 2 piscinas naturais de 7 m de profundidade.



### Atrativos Culturais



Duração  
1h30

#### 1. Círculo de Cultura

Conversa sobre a história e as tradições da comunidade de Mandira.



Duração  
2h30

#### 2. Visita ao Viveiro de Ostras

O viveiro fica dentro da Reserva Extrativista do Mandira (Resex de Mandira), área vizinha ao quilombo. São 1,2 km de estrada, 500 m de trilha de nível médio e mais 10 minutos de barco. Lá, pode-se fazer degustação de ostra *in natura*.



Duração  
1h30

#### 2. Casa de Pedra

Casa construída por volta de 1750, com material de sambaqui (casca de marisco, ostra, vôngole, areia, barro e óleo de baleia).



Duração  
2h30

#### 3. Trilha Sambaqui

São 2 km de estrada e 1 km de trilha de nível médio. A trilha foi muito usada pelos mais velhos e nela há uma figueira centenária.



Duração  
2 dias

#### 4. Igreja e Festa de Santo Antônio

Os mais velhos dizem que o oratório da Igreja tem cerca de 250 anos – no primeiro dia da Festa de São Antônio é onde se faz o terço cantado. A festa tem quermesse, bingo, festival, baile, almoço comunitário etc.



Duração  
4h30

#### 4. Caminho do Pecê & Cavalo

São 1,8 km de estrada e 5 km de trilha de nível médio. Visita ao mangue onde se encontram ostras, caranguejos e outras espécies.



Duração  
30min

#### 3. Grupo de mulheres artesãs

Galpão de corte e costura onde se produzem

QUILOMBO

# Ivaporunduva

**É**a comunidade quilombola mais antiga do Vale do Ribeira, anterior até mesmo à fundação do município de Eldorado. Ivaporunduva surgiu no século XVII pela ocupação de mineradores e seus negros escravizados. Com o declínio da extração do ouro na região, em meados do século XVIII, os escravos foram sendo gradativamente abandonados. A população negra que resolveu ficar ali estabelecida foi ampliando seu domínio sobre as terras e Ivaporunduva transformou-se num

lugar onde negros livres, libertos e também fugidos estabeleceram suas residências e áreas de cultivo. A formação do povoamento ocorreu antes de 1888, data da abolição da escravidão no Brasil.

**Calendário de festas**

*Festa de Nossa Senhora dos Homens Pretos*  
2º final de semana de outubro



Casa de artesanato

24

Fonte: Caderno do Circuito Quilombolas (ISA/2013 )



### Atrativo Gastronômico



Duração  
1h30

#### 1. Almoço tradicional

Almoço tradicional quilombola com produtos cultivados na roça.



### Atrativos Culturais



Duração  
2 dias

#### 1. Festa Nossa S<sup>ra</sup>. do Rosário dos Homens Pretos

Festa de dois dias que tem início com a procissão em homenagem à padroeira da comunidade. Logo após, é celebrada a missa afro e tem início a quermesse e é servido o tradicional frango assado.



Duração  
1h

#### 2. Conversa sobre a comunidade

Palestra com lideranças da comunidade sobre como o quilombo surgiu, resistiu e vive até hoje seguindo suas tradições e cultura.



Duração  
8h

#### 3. Tráfico de Farinha

Processo de beneficiamento de farinha de mandioca e seus derivados (visita deve ser agendada).



Duração  
3h

#### 4. Plantas e ervas medicinais

Trilha até áreas de plan-

tas e ervas medicinais nativas da Mata Atlântica utilizadas com o conhecimento da comunidade.



Duração  
5h

#### 5. Oficina de confecção de artesanato

Os trabalhos mostram desde a extração da palha da bananeira até a confecção de produtos como bolsas, tapetes e almofadas.



Duração  
1h30

#### 6. Patrimônio Histórico

Visita pela vila da comunidade. A Igreja de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário dos Homens Pretos começou a ser construída em 1630 e o cemitério feito de taipas tem cerca de 200 anos.



### Atrativos Naturais



Duração  
1h30

#### 1. Trilha do ouro

Trilha de nível médio que atravessa o Rio Boco e córrego de Rodrigues, dando acesso à capova de um morador antigo, onde era realizado o garimpo de ouro na época da escravidão.



Duração  
1h30

#### 2. Visita ao bananal orgânico

Demonstração de técnicas agroecológicas de recuperação de áreas degradadas e rodízio de coivara.

**APÊNDICE M:** Espaços de turismo apoio as comunidades do Circuito Quilombola

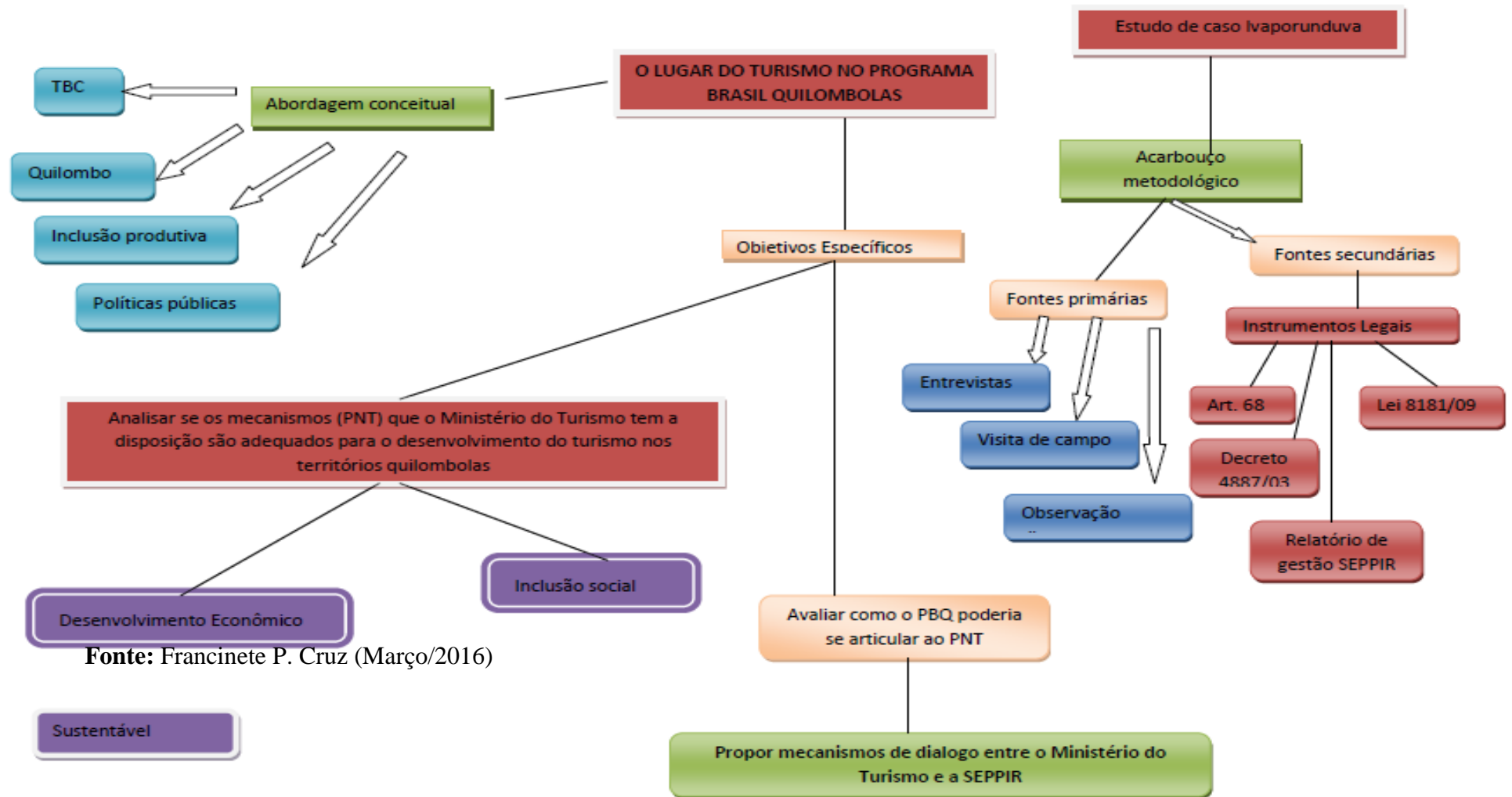


Agencias de Turismo do Circuito quilombola  
**Fonte:** Francinete P. Cruz (2016)



Pousada no Quilombo Ivaporunduva  
**Fonte:** Francinete P. Cruz (2016)

APENDECE N: Mapa conceitual (Francinete Pereira da Cruz)



APÊNDICE O: Quadro de comunidades certificadas no Brasil pela Fundação Cultural Palmares até maio de 2016

QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs)																												
N°	UF	Anos de certificação																				CRQs (Certidões)	N° CRQs (COMUNIDADE)					
		2004 CRQs (Certidões)	2004 N° CRQs (COMUNIDADE)	2005 CRQs (Certidões)	2005 N° CRQs (COMUNIDADE)	2006 CRQs (Certidões)	2006 N° CRQs (COMUNIDADE)	2007 CRQs (Certidões)	2007 N° CRQs (COMUNIDADE)	2008 CRQs (Certidões)	2008 N° CRQs (COMUNIDADE)	2009 CRQs (Certidões)	2009 N° CRQs (COMUNIDADE)	2010 CRQs (Certidões)	2010 N° CRQs (COMUNIDADE)	2011 CRQs (Certidões)	2011 N° CRQs (COMUNIDADE)	2012 CRQs (Certidões)	2012 N° CRQs (COMUNIDADE)	2013 CRQs (Certidões)	2013 N° CRQs (COMUNIDADE)			2014 CRQs (Certidões)	2014 N° CRQs (COMUNIDADE)	2015 CRQs (Certidões)	2015 N° CRQs (COMUNIDADE)	2016 CRQs (Certidões)
1	ACRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
2	ALAGOAS	0	0	10	11	8	8	3	3	1	1	27	27	14	14	1	1	0	0	0	0	1	1	2	2	0	0	
3	AMAZONAS	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	2	2	0	0	0	0		
4	AMAPÁ	0	0	4	4	7	7	0	0	0	0	2	2	11	11	3	3	0	0	7	7	0	0	2	2	4	4	
5	BAHIA	22	34	52	62	111	120	23	26	36	36	21	21	48	50	90	96	9	9	73	127	42	46	30	33	40	58	
6	CEARÁ	2	2	4	5	7	7	2	2	1	1	3	3	7	7	6	6	7	7	4	4	3	3	0	0	0	0	
7	DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	ESPIRITO SANTO	1	5	5	6	20	20	0	0	0	0	0	2	2	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2	2	2	33	38
9	GOIÁS	1	1	4	4	8	8	3	3	3	3	3	3	1	1	0	0	0	3	3	4	4	3	3	0	0	33	33
10	MARANHÃO	6	158	42	44	24	24	28	29	42	42	6	6	52	56	48	53	45	47	75	75	36	36	17	24	53	59	
11	MINAS GERAIS	9	9	29	29	39	40	11	11	15	15	7	7	20	27	14	22	22	30	17	29	9	11	11	12	26	33	
12	MATO GROSSO DO SUL	0	0	11	11	2	2	2	2	1	1	0	0	1	1	3	3	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	
13	MATO GROSSO	0	0	55	57	1	1	5	5	0	0	1	1	2	2	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	
22	PARÁ RORAIMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
23	RIO GRANDE DO SUL	9	9	5	5	13	14	9	9	7	7	7	7	32	32	2	2	5	6	5	5	12	12	0	0	14	14	
24	SANTA CATARINA	3	3	0	0	1	1	2	2	0	0	3	3	2	2	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	
25	SERGIPE	2	2	4	4	8	8	1	1	0	0	0	0	0	0	7	7	3	3	2	2	2	2	0	0	2	6	
26	SÃO PAULO	1	1	15	15	14	15	10	10	3	6	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	
27	TOCANTINS	1	1	1	1	13	13	0	0	1	1	3	5	8	8	0	0	0	0	0	0	3	8	6	6	1	1	
TOTAL POR ANO:		89	257	323	343	401	413	149	159	126	131	98	100	228	246	197	220	122	144	264	373	153	165	86	97	165	201	
INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ATÉ 20/05/2016																												
*CRQ: Comunidades Remanescentes de Quilombos																												

Fonte: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/QUADRO-RESUMO>

APÊNDICE P: carta aberta em defesa do decreto que regulamenta suas terras

**Comunidades quilombolas divulgam carta aberta em defesa do decreto que regulamenta suas terras**  
[08/06/2010 18:52]

Quarenta e três comunidades quilombolas e o comitê de associações de quilombos do Vale do Ribeira-Paraná, que participam por meio de suas lideranças do I Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, em Registro (SP), divulgam carta aberta pedindo o apoio da sociedade brasileira e em especial dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em defesa do decreto que regulamenta a titulação de seus territórios, ameaçada por uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) do DEM. A Adin deverá ser julgada em breve pelo STF. Leia o documento na íntegra.

**Carta aberta das comunidades quilombolas reunidas no 1º Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas**

Diante da situação criada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN 3.239, proposta em 2004 pelo DEM (Democratas), questionando a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e na iminência de julgamento da questão pelo Supremo Tribunal Federal – STF, nós, Comunidades Quilombolas reunidas no 1º. Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, em realização entre os dias 07 a 11 de junho de 2010, na cidade de Registro(SP), solicitamos apoio aos diferentes grupos formadores da nossa sociedade, em especial aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para fortalecer nossa luta, a partir do seguinte entendimento:

Que o art. 68 do ADCT/88 constitui norma de direito fundamental, que visa assegurar a possibilidade de

1. sobrevivência das Comunidades Quilombolas - povos dotados de cultura e identidade étnicas próprias – e garantir o exercício dos nossos direitos culturais, tais como as nossas formas de expressão, criações artísticas, nossos modos de criar fazer e viver, à luz do disposto no art. 216 da CF/88, que trata da proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro;
2. Que o texto do art. 68 do ADCT/88, na medida em que indica a titularidade do direito a ser conferido (comunidades quilombolas), a propriedade definitiva das terras ocupadas (objeto do direito) e quem deve conferir esse direito (o Estado), é norma para aplicação imediata, portanto independe de edição de lei específica para sua concretização, cabendo ao Estado fazer valer imediatamente esse direito fundamental;

Que o Decreto Federal 4.887/2003 é o instrumento adequado para a Administração Pública assegurar os direitos que nos foram garantidos pelo texto.

3. Constitucional de 1988, e que o critério de “auto-definição” previsto no Decreto é constitucional, que visa promover a conscientização da identidade do próprio grupo quilombola, assim como, é constitucional a definição de terras ocupadas por remanescentes de quilombos constante no Decreto;
4. Que os direitos quilombolas estão ainda garantidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, que vigora no Brasil desde 2003 e assegura que o critério para determinar a identidade do povo quilombola é a “consciência de sua identidade”, além de garantir o direito à propriedade e posse de nossas terras tradicionalmente ocupadas e o direito de consulta livre, prévia e informada conferido ao povo quilombola, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de nos afetar diretamente;



1. promoção da igualdade e justiça social, e a promoção e proteção do pluralismo étnico-cultural, aspecto relevante para toda a Nação.
2. Reafirmamos, também, a urgente necessidade de realização de audiências públicas antes que o Supremo Tribunal Federal – STF – julgue a ADIN 3.239, amplamente com os diversos setores da sociedade afetados pela ação, como medida de Justiça e dos ideais de cidadania, assegurando-se, assim, o nosso Estado Democrático de Direito.

**Assinam a carta as seguintes comunidades**

Aleluia (RJ)

André Lopes (SP)

Bairro João Surá (SP)

Barra do Turvo (SP)

Boitaracá (BA)

Bombas (SP)

Cacau (PA)

Cambucá (RJ)

Campinho da Independência (RJ)

Cangume (SP)

Cedro (GO)

Comitê das Associações Quilombolas do Vale do Ribeira -PR  
(PR)

Comunidade Quilombola de Jesus (RO)

Fazenda Machadinha (RJ)

Guajará-Miri (BA)  
Iporanga (SP)  
Itamatatíua (BA)  
Ivaporunduva (SP)  
Jatimane (BA)  
Lagoa das Emas (PI)  
Lagoa Santa (BA)  
Largo da Vitória (BA)  
Mandira (SP)  
Maria Rosa (SP)  
Mituaçu (PB)  
Monte Alegre (ES)  
Monte Bonito (RS)  
Morro Seco (SP)  
Mumbuca Jalapão (TO)  
Nhunguara (SP)  
Pedro Cubas (SP)  
Pedro Cubas de Cima (SP)  
Peropava (SP)  
Pilões (SP)  
Porto Velho (SP)  
Quilombo Lagoas (PI)

Restinga Seca (RS)

Retiro (ES)

Rio Grande (RS)

Santa Maria de Itacoã-Mirim (BA)

Santa Rosa (SP)

São Pedro (SP)

Sapatu (SP)

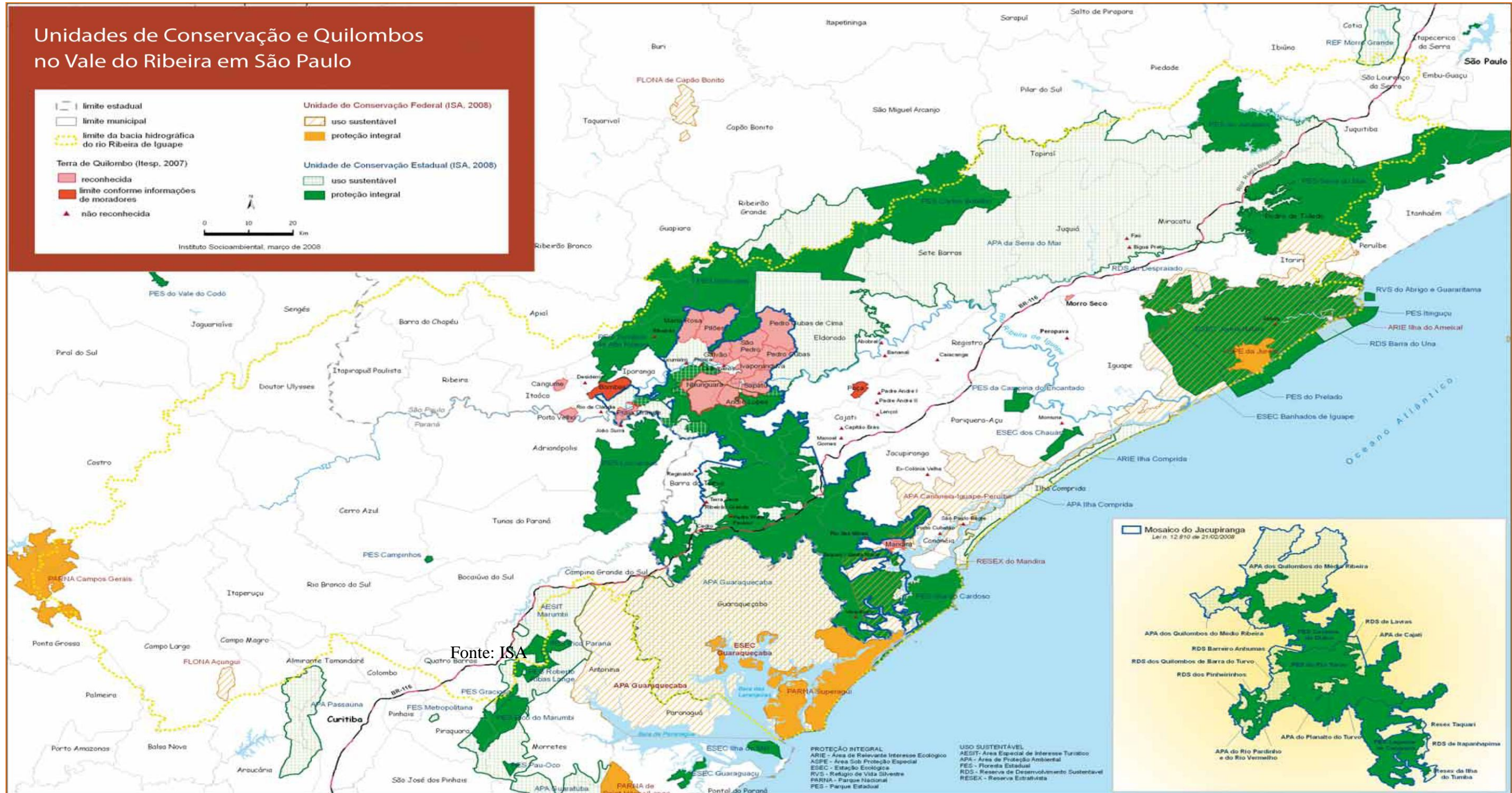
Tabacaria (AL)

**Saiba mais sobre o I Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas**

ISA, **Instituto Socioambiental.**

<https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3103>

APENDICE Q: Mapa da região do Vale do Ribeira São Paulo



APÊNDICE U: Mapa de uso e ocupação do Quilombo Ivaporunduva

Quilombo Ivaporunduva  
Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território  
(Itesp, 1998): 2.754,36 hectares

